



ACADEMIA MILITAR

Recolha da prova digital nos processos-crime de violência doméstica

Autor: Aspirante Aluno de GNR Infantaria Tiago André Matos Silva

Orientador: Major de GNR Infantaria Tiago Lourenço Lopes

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018



ACADEMIA MILITAR

Recolha da prova digital nos processos-crime de violência doméstica

Autor: Aspirante Aluno de GNR Infantaria Tiago André Matos Silva

Orientador: Major de GNR Infantaria Tiago Lourenço Lopes

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018

EPÍGRAFE

*“It is not the the bruises on the body that hurt.
It is the wounds of the heart and the scars on the mind.”*

Aisha Mirza

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmão, namorada e amigos de quem muito me orgulho!
A eles devo todas as minhas conquistas e todos os meus sucessos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai pela forma como me educou ao longo da minha vida para que, sem que nunca me faltasse nada, soubesse o quão difícil é a vida e fizesse de mim o homem que sou.

À minha mãe, por ao longo de toda a minha vida ter sido a mãe mais preocupada e atenciosa do mundo, que muita farda enlameada esfregou e que muito se esforçou para que todos os dias de descanso da Academia fossem aproveitados ao máximo e sem preocupações.

Ao meu irmão por fazer de mim aquilo que sou hoje, ao teu lado cresci e aprendi, foste muitas vezes mais um pai que um irmão, sempre ao meu lado quando precisei, a ti o meu eterno obrigado.

À minha namorada por ao longo destes cinco longos anos me receber sempre feliz e de coração cheio de amor para dar e de, apesar de todas as adversidades e distância entre nós, ter feito de tudo para que a nossa relação se mantivesse viva e escaldante como no primeiro dia, a ti peço desculpa por todos aqueles domingos que te deixei abandonada e a chorar e por isso te agradeço eternamente.

Aos meus amigos, que muito me apoiaram ao longo da minha vida, amigos com quem cresci e muito aprendi, um muito obrigado!

Aos meus camaradas de curso, sem o seu espírito de camaradagem e entreaajuda, a realização deste sonho não seria possível, juntos sofremos, rimos e lutámos para que hoje, o nosso objetivo fosse cumprido e para que no futuro, nos tornássemos melhores Comandantes e Soldados de Portugal.

Ao meu Orientador, o Sr. Major Tiago Lopes que, desde o começo do trabalho, sempre se mostrou disponível para me ajudar e orientar naquilo que fosse preciso, sem ele a realização deste trabalho seria impossível.

À Doutora Luísa Mascoli, um eterno obrigado pela permanente disponibilidade e boa disposição com que sempre me recebeu, assim como pelas horas gastas em ajustes e explicações, sem o seu apoio, nada disto teria sido possível.

A todos aqueles que, de alguma forma contribuíram para que este sonho se concretizasse, o meu eterno obrigado!

RESUMO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “Recolha da prova digital nos processos-crime de violência doméstica” perspetiva determinar qual a importância da recolha da prova digital, durante as diligências do inquérito, nos inquéritos delegados pelo Ministério Público à Guarda Nacional Republicana, para a eficácia do sistema judicial, isto é, para que os processos-crime relativos à violência doméstica cheguem a julgamento e se aplique a justiça.

Para isso, recorreu-se ao método hipotético-dedutivo, visando verificar as hipóteses de investigação, obter as respostas às questões derivadas e, por último, alcançar uma resposta para a questão central. A metodologia empregue nesta investigação foi a exposta por Quivy & Campenhoudt (2005), por Fortin (2009) e por Sarmiento (2013). Os instrumentos de recolha de dados a que recorreremos foram o inquérito por questionário e entrevistas.

A investigação está dividida em quatro capítulos principais, nomeadamente o Capítulo 1 sobre o enquadramento teórico, o Capítulo 2 sobre metodologia, métodos e materiais, o Capítulo 3 em que são apresentados e discutidos os resultados da parte prática e, por fim, o Capítulo 4 em que são retiradas conclusões e recomendações.

Dos resultados dos inquéritos por questionário e das entrevistas, resultou a conclusão de que os militares investigadores não se sentem totalmente preparados para lidar com a prova digital, sentindo a necessidade de formação neste âmbito, tendo-se apurado também que as mensagens SMS e as conversas em redes sociais são essenciais neste tipo de crime.

Conclui-se que o modo de expressão do crime de violência doméstica passa em muito pela prova digital, principalmente, nas gerações mais novas, pois, nos dias de hoje, uma fração significativa dos jovens tem acesso a dispositivos eletrónicos e à *Internet* e, dado que a violência doméstica se caracteriza pela escassez de meios de prova e pela baixa percentagem de inquéritos findos por acusação, devemos aproveitar todos os meios de prova existentes para que o inquérito prossiga para a fase de acusação, comprovando-se a prova digital como um meio de prova essencial para a resolução deste tipo de crimes.

Palavras chave: Prova Digital; GNR; Violência Doméstica; Investigação Criminal.

ABSTRACT

This Final Scientific Report of the Applied Research Work on "Handling digital evidence in domestic violence crime" aims to determine the importance of handling digital evidence during investigations, in the investigations delegated by the Public Prosecutor's Office to Guarda Nacional Republicana, for the effectiveness of the judicial system, in other words, so that the criminal processes related to domestic violence be brought to trial and justice be applied.

For this, we used the hypothetical-deductive method, in order to verify the hypotheses of the investigation, to obtain the answers to the derived questions and, finally, to reach an answer to the central question. The methodology used in this research was the one presented by Quivy & Campenhoudt (2005), by Fortin (2009) and by Sarmiento (2013). The data collection instruments we used were the survey by interview and by questionnaire.

The research is divided into four main chapters, namely Chapter 1 on the theoretical framework, Chapter 2 on methodology, methods and materials, Chapter 3 where the results of the practical part are presented and discussed and, finally, Chapter 4 drawing conclusions and recommendations.

From the results of the questionnaire and interview surveys, it was concluded that the military researchers do not feel fully prepared to deal with digital evidence, feeling the need for training in this area, and we also found that SMS messages and Social Networking conversations are essential in this type of crime.

It is concluded that domestic violence is related, many times, to digital evidence, especially in the younger generations, because, nowadays, a significant fraction of young people have access to electronic devices and to the Internet and, the fact that domestic violence is characterized by the lack of means of prove and a low percentage of investigations completed by prosecution, we must take advantage of all the means of proof available, in the investigation, to proceed to the prosecution stage, proving that digital evidence is an essential proof for the resolution of this type of crime.

Keywords: Digital Evidence, GNR, Domestic Violence; Criminal Investigation.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	xii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xiii
ÍNDICE DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
1.1. Violência Doméstica.....	5
1.1.1. Conceito de Violência Doméstica	5
1.1.2. Enquadramento legal da Violência Doméstica em Portugal	6
1.1.3. A Guarda Nacional Republicana e os níveis de intervenção na Violência Doméstica.....	6
1.1.4. A Denúncia de Violência Doméstica	8
1.2. Ciência Forense Digital	10
1.2.1. A Prova Digital.....	10
1.2.2. Aquisição de dados (Pesquisa de dados informáticos).....	12
1.2.3. Apreensão de dados informáticos	13
1.2.4. A Guarda Nacional Republicana e a recolha de Prova Digital	15
1.2.5. Procedimentos para identificar, preservar, adquirir, analisar e documentar prova em suporte eletrónico	17
1.2.6. Jurisprudência sobre Prova Digital	20
1.2.6.1. Mensagens SMS e correio eletrónico.....	20
1.2.6.2. Vídeos e Fotografias	21

1.2.6.3. Redes Sociais	22
1.2.6.4. Apreensões e Buscas	23
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	25
2.1. Origem da investigação científica.....	25
2.2. Método de abordagem ao problema	25
2.3. Objetivos da Investigação	27
2.4. Procedimento metodológico	28
2.5. Procedimentos técnicos de recolha de dados.....	29
2.6. Amostragem: composição e justificação	31
2.7. Técnicas de tratamento e análise de dados.....	31
CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
3.1. Análise Documental	33
3.1.1. Dados estatísticos de Violência Doméstica.....	33
3.1.2. Dados estatísticos sobre Prova Digital	34
3.2. Análise e discussão das entrevistas.....	35
3.2.1. Análise de conteúdo das entrevistas	35
3.2.2. Discussão dos resultados das entrevistas	40
3.3. Análise e discussão dos inquéritos por questionário	41
3.3.1. Parte 1. Caraterização da amostra	42
3.3.2. Parte 2: Conhecimento e competências técnicas dos investigadores	43
3.3.3. Parte 3: Recolha de Prova Digital no âmbito da Violência Doméstica pelos investigadores da GNR.....	44
CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	48
4.1. Verificação das hipóteses de investigação.....	48
4.2. Resposta às questões derivadas da investigação	50
4.3. Resposta à questão central da investigação	51
4.4. Confirmação dos objetivos da investigação.....	52
4.5. Reflexões Finais.....	52
4.6. Limitações da investigação.....	54
4.7. Investigações futuras	54

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES	55
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA	I
APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA	VI
APÊNDICE C – CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA DAS ENTREVISTAS ..	VII
APÊNDICE D – DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE PROVA DIGITAL	VIII
APÊNDICE E – ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS	XI
E.1. Codificação alfanumérica cromática das entrevistas	XI
E.2. Análise de conteúdo por questão	XIII
APÊNDICE F – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO .	XX
F.1. Caraterização sociodemográfica	XX
F.2. Conhecimento e competências técnicas dos investigadores	XXI
F.3. Recolha de Prova Digital no âmbito da Violência Doméstica pela GNR.....	XXIV
APÊNDICE G – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	XXIX
G.1. Solicitação para difundir o questionário pelos inquiridos	XXIX
G.2. Inquérito por questionário	XXX
APÊNDICE H – NÚMERO DE PROCESSOS-CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, REGISTADOS PELA GNR, ENTRE 2015 E 2017, POR DISTRITO.....	XXXIX
ANEXOS	XL
ANEXO A – ESTATÍSTICAS NACIONAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA....	XL
A.1. Inquéritos de Violência Doméstica, a nível nacional, entre 2015 e 2017	XL
A.2. Número de Suspeitos detidos pelas Forças de Segurança entre 2009 e 2017, no âmbito da Violência Doméstica	XL

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Exames e perícias no âmbito das tecnologias de informação e comunicação entre 2015 e 2017.	VIII
Figura n.º 2 – Número total de exames a dispositivos eletrónicos efetuados pelo NTP de Coimbra e pela SRPD de Lisboa entre 2015 e 2017.	IX
Figura n.º 3 – Número e tipo de dispositivos eletrónicos analisados, no âmbito da VD, no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017.	IX
Figura n.º 4 – Número de processos-crime de VD em que houve recolha de PD, no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017.	X
Figura n.º 5 – Número de processos-crime de VD, por Unidade da GNR e MP, que necessitaram de recolher PD por via de exames forenses, realizados no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017.	X
Figura n.º 6 – Posto e género (PQ 2 e 4).	XX
Figura n.º 7 – Nível etário (PQ 1).	XX
Figura n.º 8 – Habilitações literárias (PQ 3).	XX
Figura n.º 9 – Nível e Anos de experiência (PQ 5 e 6).	XX
Figura n.º 10 – Conhecimento do conceito de Prova Digital (PQ 7).	XXI
Figura n.º 11 – Conhecimento das disposições processuais (PQ 8).	XXI
Figura n.º 12 – Competências técnicas para efetuar a recolha de PD (PQ 9).	XXI
Figura n.º 13 – Conhecimento necessário para efetuar a recolha de PD (PQ 10).	XXI
Figura n.º 14 – Conhecimento dos requisitos para preservação de dados sem autorização da AJ (PQ 12).	XXII
Figura n.º 15 – Conhecimento dos requisitos para apreender PD sem autorização da AJ (PQ 13).	XXII
Figura n.º 16 – Conhecimento das formalidades processuais para efetuar a recolha de PD com consentimento (PQ 14).	XXII
Figura n.º 17 – Conhecimento da existência de Núcleos Especializados em PD (PQ 19).	XXII
Figura n.º 18 – Recebi a formação técnica necessária para efetuar a recolha da PD (PQ 11).	XXIII

Figura n.º 19 – Tem sentido a necessidade de formação técnica em matéria de PD (PQ 29).	XXIII
Figura n.º 20 – Área de formação que necessita (PQ 20).	XXIII
Figura n.º 21 – Utilização do computador ou do <i>smartphone</i> para recolher PD (PQ 32).	XXIV
Figura n.º 22 – Restrições da <i>Intranet</i> (PQ 15).	XXIV
Figura n.º 23 – Núcleo/Secção IC tem o suporte técnico necessário (PQ 16).	XXIV
Figura n.º 24 – Núcleo/Secção IC analisa a PD para seleccionar a relevante para o inquérito (PQ 28).	XXIV
Figura n.º 25 – Obtenção da PD durante a inquirição a vítimas ou testemunhas (PQ 27).	XXV
Figura n.º 26 – Obtenção da PD no momento da aquisição da notícia do crime (PQ 17).	XXV
Figura n.º 27 – Obtenção da PD durante as buscas domiciliárias (PQ 18).	XXV
Figura n.º 28 – Necessidade de apreender dispositivos eletrónicos durante a realização de buscas (PQ 24).	XXV
Figura n.º 29 – Solicito mandados de apreensão e de pesquisa de dados (PQ 25).	XXVI
Figura n.º 30 – Necessidade de promover propostas à AJ para apreender dispositivos eletrónicos (PQ 26).	XXVI
Figura n.º 31 – Tipos de PD recolhida (PQ 21).	XXVI
Figura n.º 32 – Tipos de dispositivos eletrónicos carregados para os processos (PQ 22).	XXVII
Figura n.º 33 – Necessidade de recolha da PD (PQ 23).	XXVII
Figura n.º 34 – Apreensão de dispositivos eletrónicos a arguidos (PQ 30).	XXVII
Figura n.º 35 – Remissão de dispositivos eletrónicos para o NTP ou NAT (PQ 31).	XXVIII
Figura n.º 36 – <i>E-mail</i> enviado a solicitar a distribuição dos questionários pelo dispositivo da GNR.	XXIX
Figura n.º 37 – Inquérito por questionário (1/9).	XXX
Figura n.º 38 – Inquérito por questionário (2/9).	XXXI
Figura n.º 39 – Inquérito por questionário (3/9).	XXXII
Figura n.º 40 – Inquérito por questionário (4/9).	XXXIII
Figura n.º 41 – Inquérito por questionário (5/9).	XXXIV
Figura n.º 42 – Inquérito por questionário (6/9).	XXXV

Figura n.º 43 – Inquérito por questionário (7/9).....	XXXVI
Figura n.º 44 – Inquérito por questionário (8/9).....	XXXVII
Figura n.º 45 – Inquérito por questionário (9/9).....	XXXVIII
Figura n.º 46 – Número de Suspeitos detidos pelas Forças de Segurança entre 2009 e 2017, no âmbito da Violência Doméstica.....	XL

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Análise qualitativa e quantitativa das entrevistas confirmatórias.	36
Quadro n.º 2 – Quadro resumo das questões de investigação e do guião de entrevista.	VI
Quadro n.º 3 – Caraterização da amostra.	VII
Quadro n.º 4 – Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas.....	XI
Quadro n.º 5 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 1.....	XIII
Quadro n.º 6 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 2.....	XIV
Quadro n.º 7 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 3.....	XV
Quadro n.º 8 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 4.....	XV
Quadro n.º 9 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 5.....	XVI
Quadro n.º 10 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 6.....	XVII
Quadro n.º 11 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 7.....	XVIII
Quadro n.º 12 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 8.....	XIX
Quadro n.º 15 – Inquéritos de Violência Doméstica, a nível nacional, entre 2015 e 2017.	XL

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A	Carta de apresentação e guião de entrevista
Apêndice B	Relação das questões de investigação com o guião de entrevista
Apêndice C	Caraterização da amostra das entrevistas
Apêndice D	Dados estatísticos sobre Prova Digital
Apêndice E	Análise dos resultados das entrevistas
Apêndice F	Resultados dos inquéritos por questionário
Apêndice G	Inquérito por questionário
Apêndice H	Número de processos-crime de violência doméstica, registados pela GNR, entre 2015 e 2017, por Distrito

ANEXOS

Anexo A	Estatísticas nacionais de violência doméstica
----------------	---

ÍNDICE DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Ac.	Acórdão
AJ	Autoridade Judiciária
art.º	Artigo
Cfr.	Conferir
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
DEFR	Digital Evidence First Responder
DES	Digital Evidence Specialist
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
HI	Hipótese de Investigação
IC	Investigação Criminal
JIC	Juiz de Instrução Criminal
LC	Lei do Cibercrime
MAI	Ministério da Administração Interna
MP	Ministério Público
NIAVE	Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
NMUME	Núcleo Mulher e Menor
OE	Objetivo Específico
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PD	Prova Digital
PGR	Procuradoria-Geral da República
PQ	Pergunta do Questionário
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
SRPD	Secção de Recolha de Prova Digital
UE	Unidade de Enumeração
UR	Unidade de Registo
VD	Violência Doméstica

INTRODUÇÃO

Mudanças significativas nas tecnologias de informação ao longo das últimas duas décadas, tornaram a recolha e análise de Prova Digital (PD) um instrumento cada vez mais importante para a resolução de crimes. A PD pode ser entendida como a informação e os dados relevantes para a investigação que são armazenados, recebidos ou transmitidos por um dispositivo eletrónico (U.S. Department of Justice, 2008).

Este meio de prova (PD) pode dividir-se em três tipos de maior relevância em termos de investigação criminal (IC). Em primeiro lugar temos a *Internet*, através da qual as primeiras provas digitais utilizadas em investigações foram recolhidas de sites de comunicação. Alguns *softwares* que utilizam *Internet* foram pensados especificamente para permitir ocultar a identidade e localização de indivíduos que estão a utilizar ou partilhar informações. Em segundo lugar temos os computadores, a partir dos quais o acesso à *Internet* é feito, sendo que nestes ficam, geralmente, guardados arquivos temporários da *Internet*, *cookies* e um histórico de navegação e cada um desses itens pode ser usado numa investigação para apontar a atividade da *web* do utilizador. Por último, e talvez os mais importantes, temos os dispositivos eletrónicos portáteis, tais como telemóveis, *smartphones* ou *tablets*, que neste momento são o principal foco de interesse para os examinadores e investigadores, pelo facto de serem como que um microcomputador, dos quais podem ser retiradas praticamente todas as tipologias de PD como, por exemplo fotografias, vídeos, localização GPS e mensagens de texto (Goodison *et al*, 2015).

A violência doméstica (VD) é um crime de elevada gravidade que representa uma clara violação dos direitos humanos. A prevenção e repressão deste tipo de crime constitui um grande desafio, dado que este se verifica entre pessoas que mantêm ou mantiveram laços de intimidade e de confiança e em espaços reservados, tal como o lar (Gonçalves, 2015).

De um total 33.841 inquéritos de VD, realizados entre 2012 e 2015, cerca de 77,8% (26.313) resultou em arquivamento, 17,5% (5.932) em acusação e 4,7% (1.596) em suspensão provisória do processo. Analisando os motivos de arquivamento constata-se que entre os 26.313 processos arquivados foram arquivados ao abrigo do artigo (art.º) 277.º, n.º 2 do Código de Processo Penal (CPP), isto é, devido à falta de prova, 5.932 processos ao abrigo do art.º 277.º, n.º 1 do CPP, o que corresponde à ausência de crime ou ao facto do

arguido não ter praticado o crime, e 1.596 processos ao abrigo do art.º 282.º, n.º 3 do CPP, o que significa que foi finalizado por suspensão provisória do processo (MAI, 2016).

O Ministério Público (MP) definiu como áreas estratégicas para o triénio 2015-2018 o cibercrime e a obtenção da PD, justificando-o com a problemática de, frequentemente, os agentes do crime recorrerem a meios informáticos, especialmente ao acesso à *Internet*, para cometer os crimes, o que tem criado particulares desafios à IC (PGR, 2015a).

Os agentes do crime, por via das redes de comunicação, têm possibilidade de agir à distância e de atingir um grande número de vítimas, dissimulando pelo ciberespaço os vestígios dessa atividade, em localizações e formatos que dificultam a respetiva deteção, dificultando todo o tipo de fenómeno criminal. Esta necessidade de obtenção de elementos de prova em ambiente digital é partilhada por todas as jurisdições, com maior ênfase nas áreas criminais e de família e menores (Goodison *et al*, 2015).

Por parte do MP, foi também definido como área prioritária, para o ano judicial 2018, o cibercrime e a PD através do documento que define os objetivos estratégicos para este mesmo ano, em que se propõe a capacitar os magistrados do MP e a reforçar a cooperação com os Órgãos de Polícia Criminal (OPC) na obtenção de PD e no combate ao cibercrime, o que nos leva a acreditar que a PD tem vindo a ganhar relevância e é, neste momento, um dos principais focos na área judicial (PGR, 2017b).

O processo de delegação de competência para investigação nos OPC, por parte do MP, geralmente necessita de algum percurso burocrático, o que faz com que decorra um lapso de tempo significativo, durante o qual não é realizado qualquer ato relativo à IC. Nos casos em que, no momento da aquisição da notícia do crime, se torna necessária a recolha de PD, o percurso burocrático referido anteriormente acaba por ser infrutífero, dado que o processo tem que ser, novamente, levado a despacho ao MP, esgotando-se tempo que, frequentemente, torna inviável a obtenção dessa prova, pois esta acaba por ser destruída (PGR, 2015b).

Tem sido cada vez mais recorrente, a necessidade de, na fase de inquérito, proceder à apreensão de dispositivos de comunicação móveis como telemóveis, *tablets* ou *smartphones* e, nalguns destes casos, é necessária a intervenção do Juiz de Instrução Criminal (JIC), como, por exemplo, no caso de haver necessidade de apreender mensagens eletrónicas ou dados suscetíveis de desrespeitar a privacidade do visado. No entanto, os OPC, muitas vezes, não têm o conhecimento destes factos, resultando na nulidade de uma eventual prova obtida (PGR, 2015).

Com base na análise destes dados, é possível verificar que a falta de prova é o principal motivo para o arquivamento dos processos-crime relativos à VD, daí resulta toda a pertinência deste trabalho de investigação, uma vez que o intuito do mesmo é perceber o contributo que a recolha da PD pode proporcionar ao MP para prosseguir com a acusação, com objetivo de reduzir esta taxa de arquivamento por falta de prova.

Desta forma, a elaboração deste Relatório Científico Final no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, pretende demonstrar-se relevante para a Guarda Nacional Republicana (GNR) e para as restantes Forças e Serviços de Segurança (FSS). Cabe a estas, assumirem conscientemente que esta é uma problemática que está presente nos dias de hoje e que continuará a ganhar ênfase num futuro próximo.

A problemática deste trabalho centra-se, assim, na compreensão desta crescente necessidade de uma resposta ao grande número de arquivamentos por falta de prova nos processos-crime de VD, bem como à recolha da PD no âmbito destes mesmos processos e do contributo que esta tem ou não, ou que poderia ter se fosse melhor aproveitada.

Segundo Sarmiento (2013), após definirmos o tema a investigar, o seu enquadramento e delimitação, que se traduz na questão central (QC) da investigação e nas questões derivadas (QD) da investigação, passamos à descrição dos objetivos da investigação, que originam uma lista de conhecimentos e competências a adquirir.

Como objetivo principal decidimos determinar qual a importância da recolha da PD durante as diligências do inquérito, nos inquéritos delegados pelo MP à GNR, para a eficácia do sistema judicial, isto é, para que os processos-crime relativos à VD sejam levados para julgamento.

No que consta aos objetivos específicos, foram definidos os seguintes:

OE1: Determinar a tipologia de PD recolhida, assim como os dispositivos eletrónicos analisados durante a fase de inquérito, por parte dos investigadores da GNR, no âmbito dos processos-crime de VD;

OE2: Compreender as competências técnicas e o conhecimento dos requisitos e formalidades processuais que os investigadores da GNR possuem para manusear a PD;

OE3: Averiguar quais são os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado no âmbito dos processos-crime de VD;

OE4: Avaliar se a PD tem contribuído para construir o despacho final do inquérito no processos-crime de VD.

Traduzir um projeto de investigação sob a forma de uma questão central só será útil se essa pergunta for corretamente formulada (Quivy & Campenhoudt, 2005). A prossecução dos objetivos requer o estabelecimento de questões, cujas respostas contribuam para o esclarecimento da investigação. Posto isto, a questão central, que serve como linha de orientação do processo de investigação e através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber (Quivy & Campenhoudt, 2005), é a seguinte:

QC: De que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas na fase de inquérito, nos processos-crime relativos à VD?

A fim de responder a esta questão central, e com o intuito de atingir os objetivos específicos, elaborámos algumas questões derivadas, que se anunciam no Capítulo 2 que versa sobre a metodologia.

A estrutura desta investigação segue as orientações da NEP 522/1ª – Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação, aprovada pelo Exmo. Comandante da Academia Militar em 20 de janeiro de 2016, estando o mesmo dividido em quatro capítulos essenciais.

No primeiro capítulo, do enquadramento teórico, iniciamos com um breve estudo do fenómeno VD, desde os conceitos ao enquadramento legal, debruçando-nos também sobre a génese e a organização da GNR e dos seus núcleos para o seu combate e apoio às vítimas. Por fim, abordaremos a PD e os seus conceitos e tipologias, fazendo um enquadramento legal para que a sua recolha possa ser válida e usada em tribunal como meio de prova.

O segundo capítulo reporta-se à metodologia e explica, tanto a metodologia adotada, como os métodos e materiais utilizados, debruçando-se sobre o tipo de abordagem, os métodos e técnicas de recolha de dados a que recorreremos, os procedimentos de amostragem e as técnicas de tratamento e análise de dados.

O terceiro capítulo, refere-se à apresentação, análise e discussão dos resultados, englobando as conclusões mais relevantes da abordagem empírica avançada em busca duma ponte entre a margem legislativa e a margem operativa da recolha da PD no âmbito dos processos-crime de VD.

O quarto e último capítulo, aponta as principais conclusões desta investigação e responde às questões derivadas e à questão central, definidas no início do trabalho.

Após esta primeira parte de introdução à investigação, a dissertação prossegue no Capítulo 1 com a revisão de literatura sobre os temas relacionados com a investigação.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este Capítulo do enquadramento teórico resulta da revisão da bibliografia. Dá a conhecer o “estado da arte”, focando os principais conceitos, perspectivas teóricas e pesquisas empíricas de referência e relevantes para a problemática da VD e da recolha de PD.

1.1. Violência Doméstica

Neste subcapítulo de enquadramento teórico são analisados os domínios da VD, nomeadamente, no âmbito da sua definição enquanto conceito, do seu enquadramento legal em Portugal, da GNR e dos seus níveis de intervenção quanto à VD, terminando com os procedimentos a adotar aquando das queixas/denúncias de VD. Começamos então pelo conceito de VD, essencial para esta investigação.

1.1.1. Conceito de Violência Doméstica

Importa definir o que se entende por VD e para Giddens (2009, p. 196), a VD é um “abuso físico de um membro da família em relação a outros membros”. Já para Valente (2009), o conceito de VD é mais abrangente, definindo este fenómeno como:

“Uma ação de um agressor para com uma vítima que habite no mesmo agregado familiar ou que não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, ascendente ou descendente, sendo que esta ação não corresponde apenas a agressões físicas, mas também “sexuais, psicológicas ou económicas”, provocados de forma direta ou indireta”.

Para a definição deste conceito, contribuiu também a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), através do seu Relatório Anual de 2014, referindo uma definição mais extensa, porém mais explícita, que entende a VD como:

“Qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade” (APAV, 2014).

Por último, vejamos a definição de VD, enquanto fenómeno, apresentada por Mascoli (2015), que se refere a toda a violência que se comete no seio da relação familiar em sentido

amplo, compreendendo qualquer ação ou omissão destinada a prejudicar, podendo ser perpetrada por um ou vários elementos da família, contra outros (Mascoli, 2015). Portanto, depois de definido o conceito, passamos ao enquadramento legal deste crime em Portugal.

1.1.2. Enquadramento legal da Violência Doméstica em Portugal

Quanto ao enquadramento legal da VD em Portugal, o Código Penal (CP), no n.º 1 do art.º 152.º, prevê os casos em que se considera VD, sendo que:

“Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais ao cônjuge ou ex-cônjuge, a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação, a progenitor de descendente comum em 1.º grau, a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal” (n.º 1 do art.º 152.º do CP).

Este crime encontra-se integrado nos crimes contra a integridade física, de natureza pública desde as alterações que foram realizadas ao CP pela Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro de 2007. Esta alteração determinou que o procedimento criminal não depende de queixa apenas é necessário haver denúncia ou conhecimento por parte do MP para que este possa promover o processo, nos termos do art.º 48º do CP, sendo que este não admite desistência, ao contrário do que se verifica nos crimes de natureza particular ou semipúblicos.

Neste sentido, Quaresma (2012, p. 57) afirma que:

“Qualquer cidadão pode assim reportar uma situação de VD a uma das várias autoridades competentes para o efeito: Órgãos de Polícia Criminal (OPC), entre os quais as Forças de Segurança, GNR e PSP, junto dos serviços do MP, nas delegações e gabinetes do Instituto Nacional de Medicina Legal, digitalmente através do Sistema de Queixa Eletrónica do MAI e do sistema de queixa online da Polícia Judiciária podendo ainda ser feita denúncia por mandatário (advogado com procuração)”.

“Sem uma intervenção atempada e eficaz, a violência no contexto familiar pode elevar a gravidade e conduzir ao homicídio” (Mascoli, 2015, p. 30). Portanto, é de todo pertinente perceber como se organiza a GNR para combater este crime.

1.1.3. A Guarda Nacional Republicana e os níveis de intervenção na Violência Doméstica

Após a reorganização da IC em Portugal em 2003 através do Despacho n.º 7/03 – OG, de 21 de janeiro de 2003, a GNR criou o projeto Núcleo Mulher e Menor (NMUME),

com o intuito de trabalhar assuntos relacionados com as questões de VD praticadas em mulheres e menores e foi implementado em quatro fases (Gonçalves, 2015).

A primeira deu-se em 2004 com a criação de 23 NMUME, que eram constituídos por dois a três militares que integravam os Grupos Territoriais de todo o país (Gonçalves, 2015).

A segunda fase verificou-se entre 2005 e 2008, com a seleção e formação especializada a ser ministrada aos militares das equipas dos postos territoriais (EII/PTer) com o intuito de proporcionar uma aproximação ao cidadão e permitir um atendimento profissional e especializado às vítimas de VD (Gonçalves, 2015).

A terceira fase verificou-se entre 2005 e 2011, em que o projeto foi alargado a vítimas especialmente vulneráveis nomeadamente pessoas idosas, deficientes, minorias étnicas e as populações de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transsexuais (LGBT) tendo-se alterado para projeto denominado Investigação e Apoio a Vítimas Específicas que ainda hoje se mantém, alargando-se a formação (curso IAVE) a outros militares das EII/PTer (Gonçalves, 2015).

A última e quarta fase relaciona-se com a consolidação e avaliação do Projeto IAVE, originando o programa vocacionado para as vítimas específicas que tem como objetivo sensibilizar os militares da GNR para a problemática e especificidade da VD proporcionando uma maior abrangência e qualidade à atuação dos militares (Gonçalves, 2015).

Hoje em dia, o Programa IAVE está distribuído por todos os Comandos Territoriais da GNR, com recurso aos Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) que, com base no Despacho n.º 18/14-OG de 11 de março, dependem hierarquicamente do Chefe da Secção de Informações e Investigação Criminal (SIIC). Este Despacho prevê que os NIAVE têm as seguintes competências:

“Proceder à investigação dos crimes cometidos, essencialmente, contra as mulheres, as crianças, os idosos e outros grupos de vítimas especialmente vulneráveis e prestar o apoio que, para cada caso, for adequado e possível; colaborar com as autoridades judiciárias no acompanhamento dos casos mais críticos, designadamente, através de uma continuada avaliação do risco; e, outras que, direta ou indiretamente relacionadas com a investigação criminal, lhe sejam cometidas.” (GNR, 2014).

Estes NIAVE's atuam em três níveis de intervenção: policial; processual-penal; e psicossocial. A intervenção policial reporta à reação às ocorrências, à sinalização de situações de VD, à identificação e acompanhamento de casos concretos, ao atendimento especializado a vítimas e, em certas circunstâncias, aos agressores e à proteção adequada às vítimas. Quanto à intervenção processual-penal, esta surge na sequência da missão da GNR enquanto OPC e materializa-se em comunicar ao MP as queixas-crime, realizar todos os atos cautelares necessários e urgentes por forma a assegurar os meios de prova e proceder à

investigação dos crimes da sua competência, ou que lhe sejam delegados. Por último, a intervenção psicossocial reporta-se ao apoio prestado por militares do NIAVE às vítimas, assim como a relação de proximidade que se estabelece entre ambos (Gonçalves, 2015).

A GNR dispõe de 327 núcleos/seções no âmbito do Projeto IAVE, das quais 24 são pertencentes ao NIAVE e 303 EII (Equipas de Investigação e Inquérito) pertencentes aos Postos Territoriais, com um total de 443 efetivos afetos (Gabinete SGSSI, 2016).

A apresentação de uma queixa-crime inicia um processo-crime e pode ser feita em qualquer Posto da GNR e, por isso, apresentamos de seguida o processo das queixas de VD.

1.1.4. A Denúncia de Violência Doméstica

No momento da participação da ocorrência de VD, os OPC elaboram Auto de Notícia ou de Denúncia, que posteriormente será remetido ao MP “no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias” (art.º 245.º do CPP). Após a notícia do crime, o MP promove a abertura do inquérito, durante o qual se realizam um “conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação” (art.º 262.º do CPP). A direção do inquérito é da responsabilidade do MP (art.º 263.º do CPP), podendo este ser coadjuvado pelos OPC, e a estes pode ser conferido “o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito” (art.º 270.º do CPP).

Concluída a fase de inquérito, o MP arquiva ou deduz acusação (art.º 276.º CPP). Verifica-se o arquivamento nos casos em que se “tiver recolhido prova bastante de se não ter verificado crime, de o arguido não o ter praticado a qualquer título ou de ser legalmente inadmissível o procedimento, ou quando “não tiver sido possível ao MP obter indícios suficientes da verificação de crime ou de quem foram os agentes” (art.º 277.º do CPP). Por outro lado, o MP acusa quando “tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado crime e de quem foi o seu agente, deduzindo, no prazo de 10 dias, acusação contra aquele” (art.º 283.º n.º 1 do CPP).

O arguido ou o assistente, no prazo de 20 dias a contar da notificação de arquivamento ou acusação, pode solicitar a abertura da instrução (art.º 287.º do CPP), com o intuito de obter uma “comprovação judicial da decisão de deduzir acusação ou de arquivar o inquérito em ordem a submeter ou não a causa a julgamento” (art.º 286.º do CPP). No caso de haver fase de instrução, um JIC será o responsável pela direção desta fase, assistido pelos OPC (art.º 288º n.º 1 do CPP), sendo esta terminada “nos prazos máximos de dois meses, se houver

arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação, ou de quatro meses, se os não houver” (art.º 306º n.º 1 do CPP). “Se, até ao encerramento da instrução, tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança, o juiz, por despacho, pronuncia o arguido pelos factos respetivos; caso contrário, profere despacho de não pronúncia” (art.º 308º n.º 1 do CPP).

Com a publicação da Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro, alterada pela Lei n.º 24/2017 de 24 de maio, foi estabelecido o regime jurídico aplicável à prevenção da VD, à proteção e à assistência das suas vítimas, tendo para tal desenvolvido um conjunto de medidas, que visam desenvolver políticas de sensibilização para esta problemática em diversas áreas, bem como proteção e apoio à vítima, em contexto de saúde, social, económico e laboral (art.º 3.º da Lei n.º 112/2009).

Esta lei introduziu o Estatuto da Vítima (art.º 14.º da Lei n.º 112/2009), o qual é atribuído pelas Autoridades Judiciárias ou pelos OPC competentes, no momento da apresentação de denúncia da prática do crime de VD, desde que não existam fortes indícios de que a mesma possa ser infundada.

Os processos-crime de VD são de natureza urgente, mesmo que não haja arguidos presos e para assegurar a proteção da vítima deste tipo de crime, um conjunto de medidas de coação de carácter urgente está previsto no art.º 28.º e 31.º da Lei n.º 112/2009.

No art.º 27.º dessa mesma Lei n.º 112/2009, está prevista a criação de gabinetes de atendimento a vítimas, a funcionar nas instalações dos OPC, com o intuito de assegurar a prevenção, atendimento e acompanhamento das situações de VD sendo que cada Força é responsável pela constituição da sua rede de gabinetes de atendimento, e deverão possuir condições adequadas para garantir a privacidade no momento do atendimento de vítimas.

As denúncias de crimes de VD são, sempre que possível, registadas em Auto de Notícia padronizado especialmente direcionados para a prevenção, IC e o apoio às vítimas (art.º 29.º da Lei n.º 112/2009).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 veio aprovar o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à VD e de Género, 2014-2017 (V PNPCVDG), e no que respeita à VD, o V PNPCVDG procura consolidar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área, assimilando as mais recentes orientações europeias e internacionais sobre a matéria. Alinhado com o recomendado na Convenção de Istambul de 11 de maio de 2011, este plano procura difundir uma cultura de igualdade e de não-violência, criando assim uma sociedade

respeitadora dos direitos fundamentais. Para tal, o V PNPCVDG, definiu um conjunto de 55 medidas, distribuídas em cinco áreas estratégicas e são elas: prevenir, sensibilizar e educar; proteger as vítimas e promover a sua integração; intervir junto de agressores (as); formar e qualificar profissionais; e investigar e monitorizar.

Tendo assim terminado este subcapítulo sobre o estudo do fenómeno VD, a definição do seu conceito, o seu enquadramento legal, tendo-nos debruçado também sobre a génese e a organização da GNR e dos seus Núcleos para o seu combate e apoio às vítimas, bem como os momentos aquando das denúncias de VD, passamos para o estudo do fenómeno PD.

1.2. Ciência Forense Digital

Ramalho (2017) entende a Ciência Forense Digital como o ramo da ciência forense com enfoque na realidade digital e que abrange, em sentido amplo, as atividades de identificação, recolha e análise da PD e que inclui a Ciência Forense Computacional.

Segundo Ramalho (2017, p. 102), a PD:

“Está hoje presente na generalidade dos processos de natureza criminal. Encontra-se em computadores, *tablets*, *smartphones*, dispositivos de armazenamento USB, câmaras fotográficas e ou de vídeo digitais, aparelhos periféricos (como leitores de cartões, impressoras ou *scanners*), gravadores de áudio, sistemas de videovigilância, consolas de videojogos, servidores, *routers*, *access points*, ou em movimento por redes de comunicações eletrónicas, entre outros locais”.

Nesta etapa da revisão de literatura, explora-se o conceito de PD, comparando as contribuições de diversos autores, tanto por nacionais como internacionais, dado que este não está previsto no ordenamento jurídico português. Este subcapítulo incide igualmente sobre a pesquisa e apreensão de dados informáticos, sobre a estrutura da GNR no âmbito do manuseamento da PD e dos procedimentos que os OPC devem adotar para efetuar este manuseamento da forma correta, terminando com alguma jurisprudência sobre a recolha de prova em suporte eletrónico, em Portugal, ao longo dos últimos anos.

1.2.1. A Prova Digital

A sociedade contemporânea encontra-se em constante mutação, sendo particularmente relevante aquela que se prende com a utilização das novas tecnologias, “na qual as distâncias físicas são uma realidade em revisão, porque deixaram de fazer sentido” (Verdelho, 2009b, p. 410).

Desde logo, importa definir o conceito de PD, visto que este não vem descrito no ordenamento jurídico português, surgindo apenas o termo “dados informáticos”¹ como “qualquer representação de factos, informações ou conceitos sob uma forma suscetível de processamento num sistema informático, incluindo os programas aptos a fazerem um sistema informático executar uma função”, no entanto, esta definição parece insuficiente e, por isso, vários autores têm contribuído para que o conceito de PD seja comum.

Rodrigues (2009, p. 722) descreve a PD como “qualquer tipo de informação, com valor probatório, armazenada em repositório eletrónico-digitais de armazenamento, ou transmitida em sistemas e redes informáticas ou redes de comunicações eletrónicas, privadas ou publicamente acessíveis, sob a forma binária ou digital”.

Já Ramos (2014, p. 86) apresenta uma definição mais clara e classifica a PD como a “informação passível de ser extraída de um dispositivo eletrónico (local, virtual ou remoto) ou de uma rede de comunicações. Pelo que esta PD, para além de ser admissível, deve ser também autêntica, precisa e concreta”.

Porém, o *Scientific Working Group on Digital Evidence* avança com uma definição mais curta e simples, referindo a PD como “informação com valor probatório que é armazenada ou transmitida na forma binária” (SWGDE, 2016, p. 7).

A definição mais clara e concisa parece ser, no entanto, a apresentada na ISO/IEC 27037² que vem definir a PD como “informação ou dados, armazenados ou transmitidos, na forma binária que podem ser considerados prova”.

Ramalho (2017) destaca a imaterialidade e a invisibilidade como características distintivas da PD, pois resulta de um processo de leitura de dados de origem elétrica e meramente virtual e que, sem meios técnicos que a permitam aceder, recolher ou interceder, esta não é fisicamente apreensível. Esta ausência de fixação material num suporte físico, torna a PD especialmente frágil e volátil. Frágil porque a sua manipulação descuidada facilmente resultará na alteração das suas propriedades ou no seu desaparecimento. Volátil porque facilmente poderá desaparecer na sequenciada verificação de certos eventos ou apenas por, em certos casos, se tratar de informação, por natureza, temporária. Assim, podemos caracterizar a PD como “fragmentária, dispersa, frágil, volátil, alterável, instável, apagável e manipulável, invisível e espacialmente dispersa” (Rodrigues, 2011, p. 29).

¹ Conferir (Cfr.) alínea b) do art.º 2.º da Lei n.º 109/2009.

² Diretiva para o manuseamento de evidências digitais que define procedimentos e facilita o intercâmbio de provas digitais entre jurisdições diferentes, para dispositivos e/ou funções.

Passemos então para a recolha e/ou aquisição de dados, isto é, para o “conjunto de dispositivos e documentação (apreendidos e recolhidos) que podem conter provas ou cópias de informação existente nos dispositivos” (Marques, 2013, p. 19).

1.2.2. Aquisição de dados (Pesquisa de dados informáticos)

Durante a fase de inquérito, realiza-se um “conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação”³.

A LC aplica-se quando se verificam processos-crime relativos a crimes “em relação aos quais seja necessário proceder à recolha de prova em suporte eletrónico”⁴.

Para se proceder à recolha de PD, os OPC realizam pesquisas informáticas com o intuito de “obter dados informáticos específicos e determinados, armazenados num determinado sistema informático”⁵, “quando no decurso do processo se tornar necessário à produção de prova, tendo em vista a descoberta da verdade”⁶.

Nestas pesquisas informáticas “são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as regras de execução das buscas previstas no CPP e no Estatuto do Jornalista”⁷. Como tal, é ordenada busca, sendo neste caso uma pesquisa informática, quando houver indícios de que, quaisquer objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova, se encontram em lugar reservado ou não livremente acessível ao público⁸.

Estas pesquisas informáticas, como as buscas, têm de cumprir formalidades que vêm transcritas tanto no CPP⁹ como na LC¹⁰, formalidade como a necessidade de despacho pela Autoridade Judiciária (AJ) competente para a realização das pesquisas, devendo esta, sempre que possível, presidir à diligência. Assim como na necessidade de despacho da AJ competente, os prazos da autorização para a realização da pesquisa informática são iguais aos da busca¹¹, isto é, têm um prazo máximo de trinta dias, sob pena de nulidade¹². Apesar

³ Cfr. n.º 1 do art.º 262.º do CPP.

⁴ Cfr. alínea c) do n.º 1 do art.º 11.º da LC.

⁵ Cfr. n.º 1 do art.º 15.º da LC.

⁶ Cfr. n.º 1 do art.º 15.º da LC.

⁷ Cfr. n.º 6 do art.º 15.º da LC.

⁸ Cfr. n.º 2 do art.º 174.º do CPP.

⁹ Cfr. n.º 3 do art.º 174.º do CPP.

¹⁰ Cfr. n.º 1 do art.º 15.º da LC.

¹¹ Cfr. n.º 4 do art.º 174.º do CPP.

¹² Cfr. n.º 2 do art.º 15.º da LC.

de ser necessário o despacho da AJ competente para a realização das pesquisas informáticas, tal como nas buscas, existem casos em que os OPC o podem fazer sem prévia autorização.

A primeira verifica-se quando a pesquisa “for voluntariamente consentida por quem tiver a disponibilidade ou controlo desses dados, desde que o consentimento prestado fique, por qualquer forma, documentado”¹³.

A segunda verifica-se quando estamos perante “casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em grave risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa”¹⁴.

No entanto, para que se realizem estas pesquisas informáticas sem prévia autorização da AJ competente, é preciso que, nos casos previstos no parágrafo anterior, esta diligência seja “imediatamente comunicada à AJ competente e por esta apreciada em ordem à sua validação”, sob pena de nulidade¹⁵. Outra das formalidades necessária, esta em qualquer dos dois casos, é a elaboração e remissão à AJ competente de relatório¹⁶ onde se menciona, de forma resumida, as investigações levadas a cabo, os resultados das mesmas, a descrição dos factos apurados e as provas recolhidas”¹⁷.

Quanto à pesquisa informática, está também, prevista uma extensão:

“Quando, no decurso de pesquisa, surgirem razões para crer que os dados procurados se encontram noutro sistema informático, ou numa parte diferente do sistema pesquisado, mas que tais dados são legitimamente acessíveis a partir do sistema inicial, a pesquisa pode ser estendida mediante autorização ou ordem da autoridade competente”¹⁸.

Atualmente é infundável a quantidade de suportes onde é possível efetuar a guarda de dados informáticos, que, por sua vez, cada vez mais são aliados dos criminosos, o que leva a maiores dificuldades na apreensão de dados informáticos (Ramos, 2014).

1.2.3. Apreensão de dados informáticos

Outra das diligências que os OPC podem realizar durante a fase de inquérito para proceder à recolha de provas é a apreensão de dados informáticos, prevista no art.º 16.º da LC, que vai buscar fundamento ao CPP, na medida em que está determinada a apreensão de:

¹³ Cfr. alínea a) do n.º 3 do art.º 15.º da LC.

¹⁴ Cfr. alínea b) do n.º 3 do art.º 15.º da LC.

¹⁵ Cfr. alínea a) do n.º 4 do art.º 15.º da LC.

¹⁶ Cfr. alínea b) do n.º 4 do art.º 15.º da LC.

¹⁷ Cfr. n.º 1 do art.º 253.º do CPP.

¹⁸ Cfr. n.º 5 do art.º 15.º da LC.

“Objetos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir a prática de um crime, os que constituírem o seu produto, lucro, preço ou recompensa, e bem assim todos os objetos que tiverem sido deixados pelo agente no local do crime ou quaisquer outros suscetíveis de servir a prova”¹⁹.

A LC vem então prever a apreensão de dados informáticos:

“Quando, no decurso de uma pesquisa informática ou de outro acesso legítimo a um sistema informático, forem encontrados dados ou documentos informáticos necessários à produção de prova, tendo em vista a descoberta da verdade”²⁰.

As apreensões de dados informáticos, tal como as de objetos, têm de ser autorizadas ou ordenadas por despacho da AJ competente²¹. Porém, estas apreensões podem ser feitas pelos OPC sem prévia autorização “no decurso de pesquisa informática legitimamente ordenada e executada, bem como quando haja urgência ou perigo na demora”²².

Quanto ao prazo para validação, como no CPP²³, as “apreensões efetuadas por OPC são sempre sujeitas a validação pela AJ, no prazo máximo de setenta e duas horas”²⁴.

Consoante a adequabilidade e a proporcionalidade, as apreensões de dados informáticos podem revestir quatro formas²⁵:

1. Apreensão do suporte onde está instalado o sistema ou apreensão do suporte onde estão armazenados os dados informáticos, bem como dos dispositivos necessários à respetiva leitura;
2. Realização de uma cópia dos dados, em suporte autónomo, que será junto ao processo;
3. Preservação, por meios tecnológicos, da integridade dos dados, sem realização de cópia nem remoção dos mesmos; ou
4. Eliminação não reversível ou bloqueio do acesso aos dados.

Na LC estão também previstos casos especiais, como o caso da existência de dados pessoais ou íntimos, que se encaixam no tema deste trabalho, e que nos indica que:

“Caso sejam apreendidos dados ou documentos informáticos cujo conteúdo seja suscetível de revelar dados pessoais ou íntimos, que possam pôr em causa a privacidade do respetivo titular ou de terceiro, sob pena de nulidade esses dados ou

¹⁹ Cfr. n.º 1 do art.º 178.º do CPP.

²⁰ Cfr. n.º 1 do art.º 16.º da LC.

²¹ Cfr. n.º 1 do art.º 16.º da LC.

²² Cfr. n.º 2 do art.º 16.º da LC.

²³ Cfr. n.º 3 do art.º 178.º do CPP.

²⁴ Cfr. n.º 4 do art.º 16.º da LC.

²⁵ Cfr. n.º 7 do art.º 16.º da LC.

documentos são apresentados ao juiz, que ponderará a sua junção aos autos tendo em conta os interesses do caso concreto”²⁶.

No próximo ponto, debruçamo-nos sobre a atuação da GNR no domínio da PD.

1.2.4. A Guarda Nacional Republicana e a recolha de Prova Digital

No mundo globalizado, um dos desafios que mais prementemente se colocam aos Estados é o da segurança, sendo a vertente da cibersegurança incontornável num mundo cada vez mais dependente do eficaz funcionamento de sistemas informáticos (Verdelho, 2005).

Segundo o art.º 1.º da LOIC, a IC:

“Compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”.

A IC tem como objetivo último a recolha de elementos de prova que contribuam para a descoberta da verdade relativamente a factos que constituam crime. Para tal é necessário descobrir de que crime se trata, quais os seus autores, quando ocorreu, onde ocorreu e quais as circunstâncias em que ocorreu o crime (Verdelho, 2004), portanto “compete à investigação criminal, produzir a prova, demonstrando a verdade material de factos pretéritos, penalmente relevantes” (Braz, 2013).

A GNR é um OPC de competência genérica que nos termos da LOIC tem competências específicas de IC. Podemos considerar OPC todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma AJ ou determinados pelo CPP e que assistem o MP na realização do inquérito²⁷, competindo ao MP a direção do inquérito assistido pelos OPC²⁸.

Compete aos OPC coadjuvar as autoridades judiciais na investigação e desenvolver as ações de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes²⁹. Os OPC atuam no processo sob a orientação e dependência funcional do MP, sem prejuízo da organização hierárquica da GNR mantendo esta a autonomia técnica e tática³⁰.

Neste sentido, como OPC, a GNR:

²⁶ Cfr. n.º 3 do art.º 16.º da LC.

²⁷ Cfr. alínea c) do art.º 1.º e art.º 55.º do CPP.

²⁸ Cfr. alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º e n.º 1 do art.º 263.º do CPP).

²⁹ Cfr. alínea a) e b) do n.º 4 do art.º 3.º da LOIC.

³⁰ Cfr. n.º 1, 2 e 3 do art.º 2.º da LOIC.

“Desenvolve um conjunto de ações que visam prevenir a criminalidade em geral e efetuar diligências necessárias tendentes a investigar a existência de um crime e proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, a sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções” (Branco, 2010, p. 246).

A IC da GNR caracteriza-se pela sua tripla valência: operativa, criminalística e de análise de informação (Branco, 2010). Na sua valência operativa temos: os Núcleos de Investigação Criminal (NIC); os Núcleos de Apoio Operativo (NAO); os Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE); os Núcleos de Investigação de Crimes e Contraordenações (NICCO); os Núcleos de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais (NICCOA); e os Núcleos de Investigação de Crimes de Acidentes de Viação (NICAV). A vertente de análise de informação é feita pelos Núcleos de Análise de Informações e Informação Criminal (NAIIC). Por fim, a vertente de criminalística está repartida pelos: Núcleos Técnico-Periciais (NTP); e Núcleos de Apoio Técnico (NAT) (GNR, 2014).

O Despacho n.º 18/14-OG que estrutura a IC na GNR, refere que, no âmbito do manuseamento da PD, são competências genéricas da Direção de IC (DIC), efetuar recolha de PD e investigar ciber incidentes.

Para aqueles que adquirem, preservam, analisam e/ou examinam PD (ou supervisionam essas funções) são identificadas e definidas quatro categorias pelo *Scientific Working Groups on Digital Evidence* (2010).

Na primeira categoria temos o *Digital Evidence First Responder* (DEFR) que é o agente que em primeiro lugar chega ao local do crime ou incidente e é por isso, o primeiro a ter de assegurar, preservar e/ou recolher PD no local do crime (SWDGE, 2010).

Na segunda categoria estão os Técnicos, também conhecidos como *Digital Evidence Specialist* (DES), que são os indivíduos que podem e sabem desempenhar as funções de *First Responder*, mas também possuem conhecimentos, capacidades e habilidades especializadas para lidar com um leque alargado de situações (SWDGE, 2010).

Na terceira categoria temos os Examinadores ou Analistas que representam os elementos que realizam exames, análises e recuperação de PD, podendo também ser responsáveis pela recolha de PD (SWDGE, 2010).

Por último, na quarta categoria temos o Gestor, Comandante ou Supervisor que é o responsável pela definição de políticas da instituição e/ou decidir sobre orçamentos; supervisionar e/ou orientar os elementos ligados à área da PD (SWDGE, 2010).

A DIC articula-se em vários órgãos, no entanto, no que consta à PD, existem dois órgãos relevantes: a Secção de Recolha de Prova Digital (SRPD) que realiza estudos, pareceres, exames e perícias referentes à recolha de prova em qualquer dispositivo, sistema ou infraestrutura no âmbito das tecnologias de informação e comunicação; e o Núcleo Técnico-Pericial que realiza estudos, exames e perícias referentes à área da informática forense e apoio técnico no âmbito das tecnologias informáticas (GNR, 2014).

O art.º 125.º do CPP consagra o princípio da admissibilidade de todas as provas que não forem proibidas por lei, pelo que o mesmo deve obedecer às regras gerais relacionadas com a sua admissibilidade, autenticidade, precisão e integridade (Ramos, 2014), daí a importância de percebermos que, se houver incapacidade para lidar com dispositivos eletrónicos de forma adequada, a PD contida nesses dispositivos pode ser considerada meio de prova proibido, por isso vejamos os procedimentos para o fazer de forma correta.

1.2.5. Procedimentos para identificar, preservar, adquirir, analisar e documentar prova em suporte eletrónico

Não existe consenso sobre a metodologia a adotar no processo de recolha, preservação e apresentação da PD, pois os vários autores que se pronunciam sobre este tema, tendem a apresentar modelos distintos, com diferentes etapas, procedimentos e sequências e, por isso, devemos concentrar a nossa atenção no método científico subjacente às atividades de recolha, exame, análise e apresentação da prova, uma vez que é neste plano que jazem as condições que permitem, inicialmente, descobrir a prova e, posteriormente, assegurar a sua aptidão para, validamente e com elevado grau de certeza, demonstrar judicialmente os factos que a mesma visa provar (Ramalho, 2017).

A especial fragilidade e volatilidade da PD resulta na necessidade de uma resposta célere e tecnicamente qualificada, não só para preservação da cadeia de custódia, mas também para tornar possível o acesso a dados de outro modo dificilmente acessíveis, como sejam dados cifrados ou dados, em geral, invisíveis ao utilizador comum (Ramalho, 2017).

No manuseamento da prova em suporte eletrónico, existem quatro aspetos essenciais: a auditabilidade, a repetibilidade, a capacidade de reprodução e a justificabilidade (International Organization for Standardization [ISO], 2012).

A auditabilidade, pois deve ser possível avaliar se o manuseamento foi feito de forma correta ou não por parte do DEFR e do DES, isto será possível através da correta documentação de todas as ações realizadas durante o manuseamento da prova (ISO, 2012).

A repetibilidade é garantida quando os mesmos resultados são produzidos sob as mesmas condições, isto é, sendo sujeitos aos mesmos procedimentos e métodos, usando os mesmos instrumentos sob as mesmas circunstâncias e podendo ser repetidos a qualquer altura após o teste original (ISO, 2012).

A capacidade de reprodução é assegurada quando os mesmos resultados são produzidos sob as mesmas condições: usando o mesmo método de medida; usando instrumentos diferentes em condições diferentes e; podendo ser novamente repetidos, após o teste original, a qualquer altura (ISO, 2012).

Por último, a justificabilidade, pois o DEFR deve estar apto a justificar todas as ações e métodos usados para manusear a PD, podendo justificar-se através da demonstração de que a decisão foi a melhor escolha para obter todo o potencial da PD (ISO, 2012).

Para efetuar a recolha de PD, não poderão ser utilizados os investigadores que seriam utilizados num assalto físico, pelo contrário, será necessário recorrer a um especialista em Ciência Forense Digital que, mediante os procedimentos e ferramentas forenses apropriados, poderá, por hipótese, recuperar ficheiros eliminados, encontrar registos da conta utilizada e, em geral, reconstituir a atividade do criminoso (Ramalho, 2017).

A PD pode ser frágil por natureza, pode ser alterada, adulterada ou destruída se for mal manuseada ou examinada, devendo os seus investigadores ser competentes para identificar e gerir os riscos e consequências das suas ações quando tratam a PD (ISO, 2012), pois tal como refere Ramalho (2017, p. 103) “é necessário que no processo de recolha da prova a mesma não seja irremediavelmente contaminada”.

Nesta investigação decidimos expor o modelo apresentado na ISO 27037, pois esta cumprindo a(s) lei(s) da República, define procedimentos para que seja criada uma linguagem comum, adotando procedimentos de acordo com as boas práticas e facilitando o intercâmbio de PD entre jurisdições diferentes.

O processo inicial de manuseamento da PD consiste em quatro pontos: identificar, colecionar, adquirir e preservar o potencial da PD (ISO, 2012).

O processo de identificação da PD envolve o reconhecimento e a documentação da mesma. Deve identificar o dispositivo de armazenamento da memória e os aparelhos que possam conter PD relevante, priorizando a recolha com base na sua volatilidade (ISO, 2012).

As especificidades da PD, por vezes, dão origem a influências externas, por parte dos agentes do crime, das vítimas, ou de quem recolha a prova, que, independentemente da intenção do seu agente, alteram, realocam, obscurecem ou obliteram a prova, entre o

momento em que a mesma é recolhida e aquele em que é valorada. São ocorrências que, de algum modo, contaminam a prova, a tornam inutilizável e/ou dificultam a prova da sua autenticidade e fidedignidade (Ramalho, 2017).

Portanto, assim que os dispositivos eletrónicos tiverem identificados, o DEFR e/ou o DES deve decidir se os coleciona ou adquire a sua informação. Se optar por colecionar, os aparelhos que podem conter PD relevante são removidos da sua localização original para um laboratório ou outro ambiente controlado para posteriormente serem analisados e adquiridos os dados essenciais nele existentes. O processo envolve documentar todo a abordagem, assim como o empacotamento desses aparelhos para transporte, sendo importante recolher qualquer informação que possa estar relacionada com aqueles dispositivos eletrónicos (passwords, padrões de desbloqueamento, carregadores, etc.) (ISO, 2012).

No entanto, se optar por adquirir a informação relevante, é feita uma cópia da PD (do disco rígido completo, da partição, de um conjunto de ficheiros) e são documentados todos os métodos e ações realizadas (ISO, 2012).

Por fim, a PD deve ser preservada para garantir a sua utilidade para a investigação, é importante proteger a sua integridade. Isto envolve a salvaguarda da sua adulteração ou destruição, devendo ser iniciado e mantido ao longo do manuseamento da PD. O DEFR deve ser capaz de demonstrar que a prova não foi modificada desde que foi coletada ou adquirida (ISO, 2012). No entanto, como refere Ramalho (2017, p. 115):

“A referida parametrização das etapas identificadas não implica que o seu conteúdo não possa variar em função do cenário de recolha. Assim, estas materializar-se-ão em procedimentos distintos consoante o cenário da recolha e o tipo de dados visados. Quanto ao cenário de recolha, haverá que adaptar os procedimentos caso (i) o sistema informático esteja desligado, na posse do examinador e, como tal, isolado de potenciais influências externas (*dead box scenario*), (ii) o sistema informático esteja ligado desde que foi encontrado e, possivelmente, ainda conectado a uma rede (*live data scenario*), (iii) o examinador tenha acesso direto ou remoto à fonte da prova digital ou os dados estejam acessíveis na *Internet*, publicamente ou mediante a introdução prévia de credenciais. No que concerne ao tipo de dados visados, o examinador terá e usar procedimentos específicos, consoante (i) os dados visados estejam armazenados na posse de terceiros, (ii) os dados estejam armazenados em sistema informático na posse do examinador, ou (iii) os dados estejam em trânsito”.

“Ora, quanto mais reduzido for o acesso do examinador forense à fonte direta da prova digital e quanto maior for a exposição daquela à intervenção contaminadora de terceiros, maior será a urgência na recolha da prova” (Ramalho, 2017, p. 115).

Porém, subsiste o “princípio da livre apreciação da prova” (art.º 127.º do CPP), isto é, o juiz pode decidir “de acordo com a sua livre convicção em face do rol de provas

apresentadas no processo” (Andrade, 2010, p. 40), por isso, o próximo subcapítulo versará sobre jurisprudência no que à PD diz respeito, pois neste âmbito, tem-se verificado ambiguidades no que consta à validação deste tipo de prova.

1.2.6. Jurisprudência sobre Prova Digital

“Existe um dever ético, e jurídico, de procurar a verdade material. Mas também existe um outro dever ético, e jurídico, que leva a excluir a possibilidade de empregar certos meios na investigação criminal” (Andrade, 2013, p. 59).

O legislador considera que a produção probatória não deve ser uma atividade tipificada e juridicamente vinculada à utilização de determinados meios pré-definidos e, numa afirmação implícita do princípio da liberdade probatória, consagra no art.º 126.º do CPP que são amissíveis todas as provas que não forem proibidas por lei (Braz, 2013).

A PGR (2017a), através do Gabinete do Cibercrime, emitiu a Nota Prática n.º 12/2017, na qual atualiza as referências jurisprudenciais de tribunais superiores sobre PD, publicadas e disponíveis na *Internet*. Deste conjunto de decisões, foram extraídas apenas as que se verificam mais frequentemente em casos de VD.

1.2.6.1. Mensagens SMS e correio eletrónico

Cada vez mais, as mensagens curtas de texto (SMS) têm sido utilizadas como prova. Por isso, é relevante observar alguma jurisprudência quanto à desnecessidade de intervenção judicial na obtenção e junção ao processo dessas mensagens, quando o seu destinatário, que é frequentemente o lesado, der autorização para essa junção, como por exemplo quando é ele mesmo quem faculta o telefone para a obtenção das mensagens (PGR, 2017a).

Se o arguido enviou ao ofendido uma mensagem SMS, o seu destinatário pode fazer da missiva o uso que entender, tal como apresentá-la à AJ para poder servir como prova de um crime de que é vítima (Acórdão (Ac.) Tribunal da Relação do Porto, de 2016-01-20).

Assim como sugere este acórdão, também outros vieram afirmar que “a transcrição de mensagens SMS do telemóvel de um queixoso que espontaneamente as fornece, pode valer como prova, apesar de não ter sido ordenada pelo juiz” (Ac. Tribunal da Relação de Guimarães, de 2012-10-15).

O art.º 17.º da LC prevê um regime especial para a apreensão de correio eletrónico e de outros registos semelhantes relativos a comunicações eletrónicas, sempre que estes se afigurem de interesse para o apuramento da verdade.

Segundo Verdelho (2009a), não é requerida uma autorização prévia do juiz para a realização da apreensão de mensagens de correio eletrónico, devendo as mesmas ser apresentadas a posteriori para que este ordene a sua apreensão, permitindo, a apreensão de mensagens encontradas durante uma pesquisa informática para posterior junção ao processo.

No entanto, Ramos (2014) refere que o CPP não o diz expressamente, mas tanto a doutrina como a jurisprudência, assumem que este regime apenas se aplica para a correspondência fechada. Donde a correspondência aberta tem igual tratamento como se de um documento se tratasse, ou seja, quando um OPC procede à apreensão de mensagens de correio eletrónico, se o “envelope”, que aparece associado a este tipo de programas de mensagens, se encontra fechado terá que ser o juiz o primeiro a tomar conhecimento do conteúdo destas mensagens. Caso contrário, ou seja, se o dito “envelope” estiver aberto, o OPC poderá imediatamente ter conhecimento do teor das mensagens de correio eletrónico.

No entanto, de que serve proteger-se o correio eletrónico, como as mesmas características inerentes à correspondência, se o suspeito pode ter no seu computador outros ficheiros, tais como documentos escritos, fotografias, vídeos, de cariz mais íntimo ou até mesmo mais comprometedor para o crime em investigação? (Ramos, 2014).

1.2.6.2. Vídeos e Fotografias

A lei processual penal não regula expressamente, como prova válida, as imagens gravadas por cidadãos. No entanto, a jurisprudência vem ajudar neste sentido, permitindo a sua utilização, sob a condição de, na sua origem, não esteja nenhum propósito ilícito.

Portanto, no caso de gravações ocasionais feitas por indivíduos, esta ilicitude tem sido aferida, caso a caso, segundo os pormenores de cada um. Quanto à gravação por sistemas de vigilância, esta ilicitude não é posta em causa por falta formal ou burocrática, por exemplo, de não submissão prévia do pedido anterior à CNPD. O Ac. de 29 de março de 2016 do Tribunal da Relação de Évora, refere que:

“Filmar a materialidade de autoria de um crime e de utilizar posteriormente o vídeo como prova do facto, embora possa eventualmente preencher a factualidade típica do crime de gravações e fotografias ilícitas (art.º 199.º do CP), pode ser lícito, por exemplo, se quem filmou agiu ao abrigo do direito de necessidade (art.º 34.º do CP)”.

O Parecer n.º 10/2017 do Conselho Consultivo da PGR de 8 de junho de 2017, vem corroborar o parágrafo anterior, acrescentando que a utilização de câmaras de vídeo:

“Carece de autorização judicial se abranger interior de casa ou edifício habitado ou sua dependência, quando não exista consentimento dos proprietários e de quem o habite legitimamente. Existindo notícia de crime relativamente ao qual a gravação possa compreender elementos de investigação e/ou prova, o suporte original das imagens e sons deve ser transmitido ao MP para que pondere os valores em causa (por um lado, a tutela da privacidade, proteção da imagem e palavra; por outro, aos interesses e fins do processo penal, nomeadamente de recolha e preservação de meios de prova)”.

Por isso, podemos então perceber que a captação de imagens, apesar de terem sido obtidas de forma ilícita, poderão vir a servir como meio de prova se estiverem em causa outros direitos ou valores que devem prevalecer, como o Direito da Necessidade. No entanto, o Ac. de 29 de março de 2016 do Tribunal da Relação de Évora vem esclarecer que:

“É prova válida a gravação de filme, com telemóvel, de situação de conflito na qual vem a ocorrer um crime. Já será prova proibida a que resulta de fotografias tiradas já depois de o crime ter ocorrido, ao autor deste, para demonstrar a respetiva presença no local”.

Vejamos a jurisprudência que se reporta aos ilícitos cometidos em redes sociais.

1.2.6.3. Redes Sociais

“A generalização da utilização da *Internet* e das redes sociais e, por outro lado, o aumento da capacidade e da conectividade dos equipamentos de computação e comunicação, potenciaram a divulgação, na *Internet*, de conteúdos suscetíveis de violarem a honra de outrem, ou a privacidade, ou o direito à imagem de terceiros” (PGR, 2017a, p. 13).

Pertence ao MP a competência para pedir a identificação do utilizador de um determinado endereço, a um operador de comunicações, a identificação do seu cliente que utilizou um determinado endereço IP num determinado dia e hora (PGR, 2017a). O Ac. de 22 de abril de 2014 do Tribunal da Relação de Évora vem reforçar esta afirmação:

“A identificação completa, morada e endereço de correio eletrónico do titular de determinado *blog*, *Facebook* ou outra rede social, bem como o IP de criação dessa rede social e o IP onde foi efetuado determinado post constituem dados de base, que embora cobertos pelo sistema de confidencialidade, podem ser comunicados a pedido de uma autoridade judiciária”.

Portanto, daqui podemos perceber que o MP tem competência para identificar alguém que, através das redes sociais, tenha cometido algum tipo de ilícito. Outra situação

comum, são também as publicações em murais de *Facebook* sem restrições de acesso, e para este caso o Ac. de 5 de abril de 2017 do Tribunal da Relação do Porto esclarece que:

“Constitui prova legal a cópia de informação que alguém publicita no seu mural do *Facebook* sem restrição de acesso, nada impede a impressão de informação livremente acessível a todos, no *Facebook*, ou noutra plataforma na *Internet*”.

As informações que hoje circulam nas redes sociais são imensas e basta uma pesquisa num motor de busca para descobrir muita informação sobre uma determinada pessoa/empresa. Sendo verdade que muita desta informação é cedida livremente pelas pessoas, nomeadamente nas redes sociais, não é menos verdade também que muita informação surge na rede independentemente da vontade daquelas (Ramos, 2014).

Geralmente, as redes sociais estão também associadas a outros dois tipos de crime: o de fotografias ilícitas e o de pornografia de menores. Quanto ao primeiro, o Ac. de 12 de julho de 2017 do Tribunal da Relação do Porto vem dizer que:

“Constitui o crime de fotografias ilícitas (art.º 199º do CP), a realização de cópias informáticas de fotografias livremente acessíveis no *Facebook* e o seu envio posterior por *e-mail*, por ter sido feita contra a vontade de quem elas retratavam. O facto de as fotografias estarem livremente acessíveis no *Facebook* não confere qualquer legitimidade para fazer cópias informáticas das mesmas e enviá-las por *e-mail*, contra a vontade de quem elas retratavam”.

Quanto ao crime de pornografia de menores, o Ac. de 7 de junho de 2017 do Tribunal da Relação do Porto vem-nos explicitar que:

“Se uma jovem de 14 anos tirou fotografias de partes do seu corpo sem vestuário e as enviou a terceiro, através do *Facebook*, este último pratica o crime de pornografia de menores (art.º 176.º do CP), se remeter tais fotografias a outrem, que as recebeu e visualizou”.

Transitamos então para a questão das buscas, pois estas podem tornar-se numa diligência que requer muita atenção a tudo o que nos rodeia, visto que hoje em dia é possível guardar dados informáticos nos locais mais recônditos e inimagináveis (Ramos, 2014).

1.2.6.4. Apreensões e Buscas

As buscas, são um meio de obtenção de prova que visa a recolha de informação relativamente a um ou mais crimes, sendo um dos procedimentos invasivos suscetível de afetar a reserva da intimidade da vida privada das pessoas (art.º 26.º, n.º 1, da CRP), por isso a sua realização deve respeitar todas as regras impostas por lei.

No que consta à legitimidade para efetuar apreensões e buscas no âmbito da recolha de prova em suporte eletrónico, o que muitas vezes se verifica no âmbito da VD, veio o Tribunal da Relação do Porto, através do Ac. de 14 de outubro de 2015 afirmar que:

“É legítimo proceder a uma busca domiciliária com vista à apreensão de fotografias ou filmes que se suspeita estarem nesse domicílio, em computador, telemóvel, câmara ou noutro suporte digital, se houver indícios da prática de um crime de gravações e fotografias ilícitas” (Artigo 199º, nº 2, a) do CP).

Terminamos, assim, o Capítulo do enquadramento teórico, passando agora para o Capítulo 2, em que é apresentada a metodologia de base, são fundamentadas as opções seguidas, nomeadamente quanto ao tipo de abordagem. É exposto o modelo de análise, com a questão central e as questões derivadas, assim como a definição de hipóteses. O contexto de observação, no tempo e no espaço é indicado, sendo também descritos os métodos e técnicas de recolha de dados utilizados, referindo igualmente os procedimentos de amostragem e as técnicas de tratamento e análise de dados.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

Neste capítulo apresenta-se o modelo de análise proposto, assim como as hipóteses em estudo nesta investigação. Expõe-se também a discussão e análise da fase metodológica da investigação a que recorreremos durante a realização da mesma. Refere-se igualmente questões relacionadas com a amostra e procedimentos de amostragem, bem como com as técnicas estatísticas utilizadas na análise dos dados.

Trata-se de um capítulo essencial, do ponto de vista da estruturação do processo de investigação que antecede a análise e discussão dos dados propriamente dita, quer na sua abordagem qualitativa, quer na perspetiva quantitativa, assim como na combinação de ambos os métodos. Começamos então, pela génese da investigação científica.

2.1. Origem da investigação científica

Este estudo foi desenvolvido na lógica de um trabalho de investigação aplicada, representando uma dissertação, isto é, um estudo teórico, de natureza reflexiva, que consiste na ordenação de ideias sobre determinado tema e, por isso, requer sistematização, ordenação e interpretação dos dados. Por ser um estudo formal, exige metodologia própria do trabalho científico (Marconi & Lakatos, 2003).

Para a realização deste tipo de investigações, é essencial adotar uma metodologia para encontrar a resposta ao nosso problema, sendo que o método científico constitui “um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento. Este conhecimento pode ser completamente novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes” (Sarmento, 2013, p. 7).

2.2. Método de abordagem ao problema

A presente investigação alicerça-se no método científico hipotético-dedutivo ou de verificação das hipóteses proposto por Karl Popper e baseia-se na formulação de hipóteses ou conjecturas, que melhor relacionam e explicam os fenómenos (Sarmento, 2013).

A hipótese de investigação é a resposta temporária e provisória, é uma suposição que o investigador propõe perante uma interrogação formulada a partir de um problema de investigação ou questão central (Huot, 2002, cit. in Sarmento, 2013).

Nesta investigação optámos pelo método hipotético-dedutivo que:

“É um método de tentativas e eliminação de erros, que não leva à certeza total, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável não é alcançado. Este método é logicamente válido, pois fundamenta-se na reunião de observações, factos e ideias, que validam as hipóteses” (Sarmento, 2013, p. 9).

Um método de investigação comporta dois elementos: o paradigma do investigador e a estratégia utilizada para atingir o objetivo fixado (Norwood, 2000 cit. in Fortin, 2009). O paradigma do investigador refere-se à sua visão do mundo, às suas crenças, que determinam a perspetiva segundo a qual ele coloca uma questão de investigação e estuda um fenómeno, quanto à estratégia, refere-se à metodologia ou aos procedimentos utilizados pelo investigador para estudar o fenómeno que suscita o seu interesse (Fortin, 2009).

Nesta investigação recorreremos à abordagem quantitativa para pôr em causa ou sustentar diferentes ideias acerca de uma dada realidade (Stoneman & Brunton-Smith, 2016), dado que “coloca tónica na explicação e na predição, assenta na medida dos fenómenos e na análise dos dados numéricos” (Fortin, 2009, p. 27).

Por outro lado, recorreremos também à abordagem qualitativa que consiste na “descrição de modos ou de tendências e visa fornecer uma descrição e uma compreensão alargada de um fenómeno” (Parse, 1996 cit. in Fortin, 2009, p. 32).

A combinação dos métodos mistos têm sido usada para melhorar os resultados das investigações e o nível de fiabilidade das mesmas (Kelle, 2001 cit. in Gilbert & Stoneman, 2016), para gerar novo conhecimento através da síntese de diferentes abordagens (Foss & Ellefsen, 2002 cit. in Gilbert & Stoneman, 2016), para ouvir várias opiniões sobre o mesmo fenómeno e trazê-las para a investigação (Mason, 2006 cit. in Gilbert & Stoneman, 2016), para refletir a complexidade de um fenómeno (Coyle & Williams, 2000 cit. in Gilbert & Stoneman, 2016) e para demonstrar que o conhecimento é tanto qualitativo como quantitativo (Bowker, 2001 cit. in Gilbert & Stoneman, 2016). Em suma, usar mais do que um método leva a uma variedade de dados que nos podem ajudar a ganhar um melhor entendimento da vida social (Alexander *et. al.*, 2016 cit. in Gilbert & Stoneman, 2016).

Desta forma, optámos por uma abordagem qualitativa e quantitativa ao problema através da realização de inquéritos por questionário e de entrevistas a especialistas tanto da área da VD como da PD, assim como à recolha de dados estatísticos sobre VD e sobre PD.

O presente trabalho não tem como finalidade debruçar-se sobre toda a problemática em volta da VD e do seu enquadramento legal em Portugal, mas sim, direccionar-se para a área da PD, através das técnicas de recolhas de dados seleccionadas, e identificar

potencialidades e vulnerabilidades da PD, procurando compreender a crescente necessidade da sua recolha e manuseamento, analisando o seu estado atual e de que forma pode contribuir para que os processos-crime de VD na fase de inquérito prossigam para julgamento.

De seguida, veremos os objetivos que foram estabelecidos para esta investigação, pois “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 156).

2.3. Objetivos da Investigação

O objetivo da investigação indica de forma clara e límpida qual é o fim que o investigador persegue (Fortin, 2009). O objetivo deste estudo consubstancia-se na questão central que, para ser suficientemente sistemática, clara e específica, deve, acima de tudo, ser possível de investigar e, para o ser, a questão central deve possuir seis características: ser interessante, relevante, factual, ética, concisa e passível de resposta (Green & Stoneman, 2016). Como tal, definimos a seguinte questão central:

QC: De que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas na fase de inquérito, nos processos-crime relativos à VD?

Para alcançarmos a resposta, devemos caminhar em busca da resposta às várias questões derivadas que desmembram o problema de partida, tal como indica Fortin (2009, p. 164) “as questões de investigação decorrem diretamente do objetivo e precisam o que o investigador quer obter como informação”, por isso, foram definidas as seguintes questões:

QD1: Quais são as tipologias de PD recolhida e quais os dispositivos eletrónicos analisados na fase de inquérito nos processos-crime de VD?

QD2: Os investigadores da GNR possuem competências técnicas e conhecem os requisitos e as formalidades processuais para o manuseamento da PD?

QD3: Quais são os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado no âmbito dos processos-crime de VD?

QD4: A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2005, p. 46) as “hipóteses de trabalho, que constituem os eixos centrais de uma investigação, apresentam-se como proposições que respondem à questão central, constituem os eixos centrais de uma investigação”. Posto isto, foram designadas as seguintes Hipóteses de Investigação:

HI1: As principais tipologias de PD recolhida são as mensagens SMS, conversas em redes sociais, fotos e vídeos e os dispositivos eletrónicos são os telemóveis e computadores.

HI2: Os investigadores da GNR têm poucas competências técnicas e não conhecem as formalidades e requisitos processuais para o manuseamento da PD.

HI3: Os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado no âmbito dos processos-crime de VD derivam da pouca formação dos militares e consequente má preservação e aquisição da prova em suporte eletrónico.

HI4: Sim, nos casos em que a sua preservação, aquisição, análise e documentação é feita de forma correta.

Após termos definido a questão central desta investigação, as suas questões derivadas e hipóteses de investigação, debruçamo-nos então sobre a metodologia que consiste nos “métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando o encaminhamento e a resolução de problemas e/ou questões de investigação” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 2013).

2.4. Procedimento metodológico

O procedimento contempla um estudo de caso que se pode considerar um exame detalhado e completo de um fenómeno ligado a uma entidade social (indivíduo, família, grupo, comunidade ou organização), estudo este que pode preencher dois objetivos: pode aumentar o conhecimento que se tem de um indivíduo ou de um grupo e formular hipóteses a este propósito, ou estudar as mudanças suscetíveis de se produzirem ao longo do tempo no indivíduo ou no grupo (Fortin, 2009).

Portanto, procurámos perceber o contributo que a PD tem para que os processos-crime de VD, em fase de inquérito, prossigam para a fase de julgamento, isto pela elevada quantidade de casos de VD que é arquivada por falta de provas, procurando-se que o manuseamento da PD seja feito de forma mais eficiente e eficaz e que represente um meio de prova que possa contribuir para que esta enorme percentagem de arquivamentos diminua e, consequentemente, sejam levados à justiça um maior número de infratores.

Seguidamente, veremos os procedimentos técnicos de recolha de dados, pois “a investigação de campo ou empírica é uma consequência da observação direta de factos e eventos, da recolha de dados, da análise e interpretação dos dados, com base no levantamento bibliográfico e numa fundamentação teórica sólida” (Sarmiento, 2013, p. 10).

2.5. Procedimentos técnicos de recolha de dados

Os dados são recolhidos de diversas formas, “cabe ao investigador determinar o tipo de instrumento de medida que melhor convém ao objetivo do estudo, às suas questões de investigação ou às suas hipóteses” (Fortin, 2009, p. 369).

Um instrumento de recolha de dados é, em princípio, qualquer recurso que o investigador pode recorrer para conhecer os fenómenos e extrair deles a informação. É mediante uma adequada construção dos instrumentos de recolha de dados, que a investigação alcança então a necessária correspondência entre a teoria e os factos (Vilelas, 2009).

Neste âmbito, a elaboração do Capítulo 1 consistiu em análise documental. Foram consultados documentos em suporte físico e em suporte informático, tendo sido igualmente consultados vários acórdãos e relatórios produzidos por entidades oficiais.

Com vista à produção do Capítulo 3, aplicámos entrevistas semiestruturadas a atores com vasta experiência, nas quais foram recolhidas opiniões por parte de magistrados do MP, dado que as entrevistas são “o processo de recolha mais adequado para o estudo por inquérito” (Gressler, 2004 cit. in Vilelas 2009, p. 284). Conjuntamente aplicámos inquéritos por questionário aos membros do NIAVE em todo território nacional e aos militares das Secções de Inquérito que efetuem diligências processuais no âmbito dos processos de VD.

As entrevistas serviram como “complemento aos outros métodos de colheita de dados” (Fortin, 2009, p. 375) contribuindo para a concretização dos objetivos traçados, dado que “uma das principais vantagens da entrevista reside no contacto direto com a experiência individual das pessoas” (Laperrière, 2000 cit. in Fortin, 2009, p. 374), enriquecendo a investigação.

Para esta investigação foram realizadas entrevistas, entre março e abril de 2018, com recurso a gravação áudio, devidamente autorizada pelos entrevistados, tal como refere Sarmiento (2013). Estas entrevistas foram suportadas por um guião de entrevista³¹ “que é um instrumento para a recolha de informações na forma de texto, que serve de base à realização da entrevista propriamente dita” (Sarmiento, 2013, p. 31). O tipo de entrevista escolhido foi a entrevista dirigida para que conseguisse um “elevado controlo sobre o conteúdo e o desenvolvimento das trocas, assim como sobre a análise e a interpretação de medidas” (Waltz, Strickland & Lens, 1991, cit. in Fortin, 2009, p. 376) permitindo assim, a “comparação dos dados entre os respondentes” (Vilelas, 2009, p. 376).

³¹ Cfr. Apêndice A.

Foram também aplicados questionários com o intuito de “recolher informação factual sobre acontecimentos ou situações conhecidas, sobre atitudes, crenças, conhecimentos, sentimentos e opiniões” (Norwood, 2000 cit. in Fortin, 2009, p. 380). A escolha pela opção do inquérito por questionário como meio de recolha de dados resultou do facto do universo em estudo ser elevado e da sua dispersão por todo o território nacional.

O questionário aplicado³² foi por administração direta, visto que foi o próprio inquirido que o preencheu (Quivy & Campenhoudt, 2005). As questões são todas fechadas no que respeita à forma, pois as respostas são pré-estabelecidas (Sarmiento, 2013). Foram usadas duas das três categorias de questões fechadas neste questionário: questões de resposta múltipla, em que “o inquirido escolhe as que entender, do conjunto de respostas possíveis, pode escolher uma, todas ou algumas” (Sarmiento, 2013, p. 107); e questões de resposta com escala em que “há apenas uma resposta possível para a pergunta, que apresenta graduação” (Sarmiento, 2013, p. 106), tendo-se optado pela Escala de Likert, impar com cinco níveis, para avaliar o grau de concordância desde o *discordo totalmente* (nível 1), até ao *concordo totalmente* (nível 5), o que possibilita ao inquirido optar por um valor positivo, um valor negativo ou um valor neutro.

A versão preliminar foi validada e testada ao nível da coerência por um painel constituído por especialistas no domínio técnico e/ou científico da investigação (Sarmiento, 2013), composto pela Doutora Luísa Mascoli e pelo Major Tiago Lopes, com o objetivo de perceber eventuais erros ou ambiguidades na lógica e estruturação das questões colocadas.

De seguida, elaborou-se um questionário pré-definitivo e procedeu-se a um pré-teste junto de um novo painel composto por pessoas que integram a amostra. Este novo painel foi composto pelos elementos da Secção de Inquéritos da GNR de Alcabideche que têm a seu cargo processos-crime de VD e pelos elementos do NIAVE de Lisboa.

Através do *feedback* deste novo painel que preencheu o pré-teste, transformou-se o questionário pré-definitivo em definitivo, modificando-se o enunciado da Pergunta do Questionário (PQ) 13 de “Apesar das restrições da rede da *Intranet*, é acessível recolher a prova digital necessária nas redes sociais ou nos equipamentos das vítimas ou testemunhas” para “As restrições da rede da *Intranet* permitem aos investigadores recolher a prova digital necessária nas redes sociais ou nos equipamentos das vítimas ou testemunhas”.

³² Cfr. Apêndice G.2.

Posteriormente, solicitou-se autorização ao comandante da Direção de IC da GNR para difundir o questionário pelo dispositivo³³, tendo-se aplicado o questionário final à amostra de investigadores e depois analisado os resultados do mesmo e, assim, foi possível aliar uma vertente predominantemente teórica a uma componente observada presencialmente pelos inquiridos. Na conjugação de toda a informação, serão testadas as hipóteses de investigação e respondidas as questões, numa caminhada que culminará com uma resposta sustentada à questão central.

2.6. Amostragem: composição e justificação

“Na seleção do processo de amostragem desenvolve-se um procedimento sistemático de recolha de dados que assegure a fiabilidade e a comparabilidade desses dados”. Por isso, “o processo de amostragem deverá ser escolhido, de tal modo que a amostra final seja representativa da população” (Sarmiento, 2013, p. 75).

Esta investigação teve como população membros do NIAVE de todo o país, assim como militares das Secções de Inquérito que efetuem diligências processuais no âmbito dos processos-crime de VD para os questionários, quanto às entrevistas, Magistrados do MP, um JIC e um Advogado, conciliando militares que lidam, no dia a dia, com processos-crime de VD, com pessoas que trabalham quase diariamente com a VD ou com a PD e que possuem um vasto conhecimento na questão da valoração dos meios de prova em Tribunal.

A entrevista foi colocada a indivíduos com uma vasta experiência a nível da justiça e da valoração dos meios de prova. Destas entrevistas foram apenas transcritos os excertos imprescindíveis para a investigação³⁴. Apresentamos assim, a listagem da amostra³⁵, salvaguardando a confidencialidade.

Por fim, descrevemos as técnicas de tratamento e análise de dados, identificando os procedimentos adotados para obter informações dos resultados (Prodanov & Freitas, 2013).

2.7. Técnicas de tratamento e análise de dados

A análise dos resultados tem por finalidade considerar em detalhe os resultados obtidos, procurando realçar o essencial, permitindo evidenciar as variáveis que serviram para

³³ Cfr. Apêndice G.1.

³⁴ Cfr. Apêndice E.2.

³⁵ Cfr. Apêndice C.

caraterizar a amostra e as que foram ligadas entre si, e para determinar se as hipóteses postas à prova por meio de testes estatísticos são confirmadas ou infirmadas (Fortin, 2009).

A análise das respostas às questões foi feita através da análise de conteúdo que consiste “em efetuar a categorização dos dados brutos da entrevista, que passam a dados organizados e com sentido bem estabelecido” (Sarmiento, 2013, p. 53).

Quanto às entrevistas, antes da realização das mesmas, foi endereçada uma carta de apresentação e o guião da entrevista, disponível no Apêndice A, com o intuito de enquadrar o tema. No início da realização da entrevista foi solicitada a autorização para a sua gravação, tal como indica Sarmiento (2013), com o objetivo de tratar o conteúdo numa fase posterior.

Os dados obtidos pelas entrevistas, após devidamente tratados, foram analisados através de uma matriz de registo de análise de conteúdo, que visa encontrar os focos das respostas. “Nas colunas escrevem-se as unidades de contexto e as unidades de registo e em linha as respostas dos entrevistados para essa questão” (Sarmiento, 2013, p. 59).

Este estudo realizou-se dentro das suas fronteiras de tempo, local, eventos e processos, com um recurso a fontes múltiplas de dados e a triangulação de métodos, nomeadamente, estatísticas, entrevistas e questionários. Só deste modo, pôde ser alcançada a compreensão, a exploração e descrição dos factos, de modo a proporcionar conhecimento.

Os inquéritos por questionário foram realizados a partir do *Google Forms*, tendo sido previamente testados e, não tendo os sujeitos que testaram o pré-teste encontrado quaisquer incongruências ou falhas, seguiram para serem autorizados superiormente antes de distribuídos pelo dispositivo da GNR que serviu de amostra, autorização esta que foi concedida e foram assim, partilhados pelos respondentes.

Os resultados dos inquéritos por questionário, bem como das entrevistas apresentam-se no Capítulo seguinte da presente investigação.

CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A questão central da investigação e as suas questões derivadas, bem como os objetivos gerais e específicos que se pretendem alcançar, geram as hipóteses de investigação, que necessitam de verificação (total ou parcial) ou não verificação e, para isso, é preciso desenvolver a investigação empírica, através de diversos métodos, sendo os mais usuais em ciências sociais e humanas: o inquérito e/ou a entrevista. O inquérito tem como base as opiniões de terceiros sobre um dado objeto que se investiga e quanto maior for a amostra, mais significativos são os resultados obtidos (Sarmiento, 2013).

No presente capítulo, são apresentados, analisados e discutidos todos os dados recolhidos através das entrevistas e dos questionários realizados, assim como das estatísticas recolhidas junto da SRPD de Lisboa e do NTP de Coimbra.

3.1. Análise Documental

3.1.1. Dados estatísticos de Violência Doméstica

As fontes secundárias “podem ser fontes internas ou fontes externas, consoante os dados possam ser recolhidos no interior ou no exterior da organização” (Sarmiento, 2013, p. 17). Como tal, foram usadas tanto fontes internas como externas à organização. As fontes externas usadas foram, essencialmente, o RASI e as fontes internas os dados estatísticos fornecidos pelo NTP de Coimbra e pela SRPD de Lisboa.

Começando pelas Estatísticas do fenómeno VD a nível nacional, é de salientar que, apesar da constante preocupação e aplicação de novas medidas para combater este tipo de crime, o número de inquéritos findos continua a subir, bem como número de inquéritos que são terminados por arquivamento ou por outros motivos, o que demonstra a impunidade, perante as vítimas, daqueles que praticam este crime, dado que apenas cerca de 15% dos inquéritos encerra por acusação³⁶.

No que respeita às detenções pelo crime de VD, foram detidos pelas forças de segurança 703 suspeitos, o que corresponde a menos 27 detenções (-3,7%) face a 2016, no entanto salienta-se que o número de detenções apresentava um aumento contínuo desde 2009

³⁶ Cfr. Anexo A, Figura n.º 46.

(com exceção da situação verificada entre 2013 e 2016), tendo o seu valor triplicado entre 2009 e 2017 (+227%)³⁷. Passamos agora para os dados estatísticos relativos à PD.

Por último, importa salientar o número total de processos-crime de VD, registados pela GNR, entre 2015 e 2017, por Distrito, sendo possível depreender que os Distritos com maior registo são: Porto (5.798), Aveiro (3.711), Braga (3.506), Setúbal (3.039), Faro (2.447) e Lisboa (2.426), perfazendo um total de processos a rondar os 11.500 por ano³⁸.

3.1.2. Dados estatísticos sobre Prova Digital

Começando a nível nacional, foram realizados, entre 2015 e 2017, 24.587 exames e perícias no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, divididos entre GNR, PSP, Polícia Judiciária e Polícia Marítima³⁹, tendo-se realizado, só no ano de 2017, 5.968 perícias.

Destes 5.968 exames e perícias realizados pelas quatro entidades referidas anteriormente, 1.871 foram realizados pela GNR através do NTP de Coimbra e da SRPD de Lisboa, o que representa um aumento de 19,41% (1.106) entre 2015, em que a percentagem era 11,84% (765), e 2017, em que a percentagem era de 31,35%⁴⁰ (1.871), graças à criação da SRPD que veio capacitar a GNR com um maior número de meios e de homens.

Do total de exames e perícias realizados pela GNR, entre 2015 e 2017, revelou-se pertinente verificar as quantidades e tipologias de dispositivos eletrónicos analisados, no âmbito da VD, no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa durante este período, salientando-se, desde logo, o crescente número de dispositivos analisados, que subiu de 76 para 94 entre 2015 e 2017, e a elevada quantidade de *Smartphones* e telemóveis que foram alvo de análise, denotando-se cada vez mais *Smartphones* e uma diminuição nos telemóveis⁴¹.

Relativamente ao número de processos-crime de VD em que houve recolha de PD, no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017, é de salientar que este número tem vindo a crescer, tendo começado em 2015 com 32 processos-crime de VD e no passado ano de 2017 teve 64, o que representa exatamente o dobro dos processos e, somando também o ano de 2016 (49 processos-crime de VD), um total de 145⁴², o que denota a cada vez maior

³⁷ Cfr. Anexo A, Figura n.º 46.

³⁸ Cfr. Apêndice H.

³⁹ Cfr. Apêndice D, Figura n.º 1.

⁴⁰ Cfr. Apêndice D, Figura n.º 2.

⁴¹ Cfr. Apêndice D, Figura n.º 3.

⁴² Cfr. Apêndice D, Figura n.º 4.

remissão de dispositivos eletrónicos, por parte dos investigadores da GNR, para estes Núcleos, com o intuito de recolher PD, no âmbito da VD.

Por último, importa também verificar o número de processos-crime de VD, por Unidade da GNR e também do MP, que necessitaram de recolha de PD por via de exames forenses, realizados no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017 e, neste sentido, é possível verificar que apenas dez dos vinte Comandos Territoriais da GNR recorreram a estes Núcleos especializados, essencialmente o de Coimbra que envolveu 82 processos-crime, o que nos leva a crer que muitos dos investigadores não sabe em que situações deve recorrer a estes Núcleos ou não sabe da sua existência e das suas capacidades.

Após concluir que os dados secundários não proporcionam a informação necessária à prossecução dos nossos objetivos para a investigação e verificação das hipóteses formuladas, o investigador tem de recolher dados primários (Sarmiento, 2013), daí a realização das entrevistas e dos inquéritos, apresentados nos subcapítulos seguintes.

3.2. Análise e discussão das entrevistas

Neste subcapítulo, apresentamos tanto a análise como a discussão das entrevistas, pois segundo Marconi & Lakatos (2013, p. 112) a análise “deve ser feita a fim de atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa”.

3.2.1. Análise de conteúdo das entrevistas

A seleção dos seis entrevistados assentou em dois critérios. Serem indivíduos que trabalhem com processos-crime de VD e terem contado com apoio dos elementos da GNR no âmbito da PD. As pessoas escolhidas para serem entrevistadas podem ajudar-nos a melhorar o nosso conhecimento do terreno, expondo-nos não só os resultados dos seus trabalhos, mas também os procedimentos que utilizaram, os problemas que encontraram e os erros a evitar (Quivy & Campenhoudt, 2005). A lista de entrevistados encontra-se no Apêndice C.

A análise qualitativa e quantitativa das entrevistas confirmatórias consistiu na verificação da presença ou ausência de determinadas características no conteúdo da entrevista. Depois de efetuar a transcrição e a leitura reflexiva⁴³ das entrevistas que, segundo

⁴³ A leitura reflexiva é composta pela leitura de todas as entrevistas que irão ser analisadas, bem como pela leitura das respostas, pergunta a pergunta (Sarmiento, 2013).

Sarmiento (2013, p. 52) “é crucial para uma boa análise de conteúdo”, efetuou-se a análise das mesmas⁴⁴, com recurso à metodologia de Sarmiento (2013).

Numa primeira fase, identificaram-se os segmentos nos conteúdos das questões, que constituíram as unidades de registo⁴⁵ (UR), surgindo estas UR ligadas a unidades de contexto⁴⁶, dado que sem elas o conteúdo não pode ser entendido. Posteriormente, produziu-se a matriz de análise de conteúdo, composta por categorias, subcategorias, UR, entrevistados, unidades de enumeração (UE)⁴⁷ e resultados, disponível no Quadro n.º 1.

Quadro n.º 1 – Análise qualitativa e quantitativa das entrevistas confirmatórias.

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados						UE	Resultado
			E1	E2	E3	E4	E5	E6		
Pergunta 1. Da sua experiência profissional nos processos-crime de VD, de que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas?										
Contributo da PD	Junta ao processo meios de prova	UR 1.1	X					X	2	2/6 (33%)
	Perceber a dimensão dos factos	UR 1.2		X					1	1/6 (17%)
	Perceber se o crime ocorreu	UR 1.3			X	X	X		3	3/6 (50%)
	Corroborar as declarações da vítima	UR 1.4				X	X		2	2/6 (33%)
	Escassos meios de prova	UR 1.5		X			X		2	2/6 (33%)
Pergunta 2. Nos processos que tem conhecimento, quais são as principais tipologias de PD recolhida em dispositivos eletrónicos (correio eletrónico, mensagens SMS ou MMS, Vídeos, Fotografias, etc.) na fase de inquérito nos processos de VD?										
Tipologias de PD	Mensagens SMS	UR 2.1	X	X	X	X	X	X	6	6/6 (100%)
	Redes Sociais	UR 2.2	X	X	X	X		X	5	5/6 (83%)
	Vídeos e Fotografias	UR 2.3		X		X			2	2/6 (17%)
	Registo chamadas	UR 2.4			X				1	1/6 (17%)
	E-mails	UR 2.5				X	X	X	3	3/6 (50%)
	Gravações de voz	UR 2.6	X		X	X			2	3/6 (50%)

⁴⁴ Cfr. Apêndice E.2.

⁴⁵ Segundo Sarmiento (2013, p. 54), as UR são “fragmentos mínimos de conteúdo, que exprimem uma característica ou atributo e fazem parte de uma dada subcategoria”.

⁴⁶ Segundo Sarmiento (2013) são segmentos do texto que contêm as unidades de registo e que permitem “compreender o significado das unidades de registo”.

⁴⁷ Segundo Sarmiento (2013, p. 54) as UE “são aritméticas e contam o número de vezes que se repete a unidade de registo (as frases) numa entrevista e/ou várias”.

Pergunta 3. Considera que os investigadores da GNR conhecem os requisitos e as formalidades processuais para identificar, preservar, apreender ou pesquisar prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?										
Investigadores da GNR	Conhecem	UR 3.1	X	X	X	X	X	X	X	6/6 (100%)
Pergunta 4. A sua perceção profissional permite-lhe afirmar que os investigadores da GNR possuem competências técnicas e/ou conhecimento necessário para identificar, preservar, adquirir e analisar a prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?										
Investigadores da GNR	Possuem	UR 4.1	X	X	X	X	X	X	X	6/6 (100%)
Pergunta 5. Na sua opinião quais serão os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado nos processos-crime de VD?										
Problemas na validação da PD	Gravação sem consentimento	UR 5.1	X	X		X			3	3/6 (50%)
	Jurisprudência diferente	UR 5.2	X	X					2	2/6 (33%)
	Recolha de PD incorreta	UR 5.3			X				1	1/6 (17%)
	Não houve problemas	UR 5.4					X	X	2	2/6 (33%)
Pergunta 6. A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?										
Contributo da PD	Contribui	UR 6.1	X	X	X	X	X	X	X	6/6 (100%)
Pergunta 7. Que grau de importância atribui à recolha imediata/cautelar de PD na aquisição da notícia do crime (queixa/denúncia) nos casos de VD? Porquê?										
Importância da PD	Importante	UR 7.1	X	X	X	X	X	X	X	6/6 (100%)
Pergunta 8. Já contou com apoio da GNR no âmbito da recolha de PD em processos-crime de VD? Esse contributo foi dado de forma eficaz e célere?										
Investigadores da GNR	Sim, foi dado de forma eficaz e célere	UR 8.1	X	X	X	X	X	X	X	6/6 (100%)

Fonte: Elaboração Própria.

Os resultados demonstrados resultam da aplicação do guião de entrevista. Como tal, expressam-se interpretações relativamente aos dados acima descritos.

No que diz respeito à **Pergunta 1. “Da sua experiência profissional nos processos-crime de VD, de que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas?”** foi possível perceber que, tendo em conta que a VD é um crime que se caracteriza por, na maioria dos casos, serem escassos os meios de prova para além do depoimento da vítima⁴⁸, importa juntar ao processo todos os meios de prova existentes que possam ajudar a construir o despacho de acusação e, é aí, que a PD contribui principalmente em três pontos: na perceção da dimensão dos factos, isto é, na gravidade da situação, pois podemos estar perante um mero desentendimento conjugal ou perante um caso de VD que perdura há anos; na perceção de que o crime ocorre ou não, pois,

⁴⁸ Segundo as declarações do E2.

muitas vezes, as alegadas vítimas apresentam falsas denúncias; e por último, na corroboração das declarações da vítima que, muitas vezes, são o único meio de prova existente.

Quanto à **Pergunta 2. “Nos processos que tem conhecimento, quais são as principais tipologias de PD recolhida em dispositivos eletrônicos (correio eletrônico, mensagens SMS ou MMS, Vídeos, Fotografias, etc.) na fase de inquérito nos processos de VD?”** todos os entrevistados indicam as mensagens SMS como a principal tipologia de PD recolhida nos processos-crime de VD, tendo cinco dos entrevistados (83%) também indicado as redes sociais, por outro lado, verificaram-se em menor número e-mails, vídeos, fotografias, registos de chamadas, mensagens de *voice mail* e gravações de voz.

Relativamente à **Pergunta 3. “Considera que os investigadores da GNR conhecem os requisitos e as formalidades processuais para identificar, preservar, apreender ou pesquisar prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?”** a totalidade dos entrevistados respondeu que sim, referindo que “têm bastante cuidado”⁴⁹ e que “as coisas geralmente são feitas de forma correta”⁵⁰.

No que concerne à **Pergunta 4. “A sua perceção profissional permite-lhe afirmar que os investigadores da GNR possuem competências técnicas e/ou conhecimento necessário para identificar, preservar, adquirir e analisar a prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?”** todos os entrevistados responderam que sim, pois “nunca sentiram nenhuma dificuldade por parte dos militares da GNR”⁵¹ nem “nunca tiveram quaisquer problemas”⁵².

Em referência à **Pergunta 5. “Na sua opinião quais serão os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado nos processos-crime de VD?”** dois dos entrevistados referiram que “não tem havido problemas”, pois “os militares da GNR atuam sempre com bastante cuidado”, no entanto foram alertadas certas situações por outros entrevistados em que a PD tem enfrentado dificuldades na validação.

Uma das situações verifica-se quando existe uma gravação de som ou imagem sem o consentimento do arguido ou do JIC, visto que estamos perante uma colisão de direitos em que, o arguido tem o direito da reserva da vida privada e a vítima o do direito à vida. Esta

⁴⁹ Segundo as declarações do E3.

⁵⁰ Segundo as declarações do E1.

⁵¹ Segundo as declarações do E2 e E6.

⁵² Segundo as declarações do E4 e E5.

situação leva-nos a uma ambiguidade em termos jurisprudenciais, dado que têm havido diferentes decisões, como indica o **E1**, “cada tribunal é cada tribunal, cada juiz é cada juiz”.

Outra das situações verifica-se quando a recolha da PD não é efetuada da forma correta, isto é, não se consegue afirmar que os dados recolhidos são efetivamente do arguido para a vítima ou vice-versa, o que leva a que a prova não possa ser valorada⁵³.

Tendo em consideração a **Pergunta 6. “A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?”** a plenitude dos entrevistados aludiu que sim, a PD “cada vez mais”⁵⁴ tem contribuído para o despacho final do inquérito, “enriquecendo-o bastante”⁵⁵, dado que “o modo de expressão deste crime passa muito pela recolha de prova digital”⁵⁶, “não só para se apurar o conteúdo do que é transmitido à vítima, mas também para perceber a reiteração, assim como despistar casos em que não são verdadeira violência doméstica”⁵⁷, “corroborando assim, as declarações da vítima”⁵⁸, tornando-se “fundamental para o despacho final”⁵⁹.

No que se refere à **Pergunta 7. “Que grau de importância atribui à recolha imediata/cautelar de PD na aquisição da notícia do crime (queixa/denúncia) nos casos de VD? Porquê?”** a concordância foi absoluta, dado que todos consideraram importante a recolha da PD no momento da aquisição da notícia do crime porque, muitas vezes, as pessoas perdem ou mudam de telemóvel, ou este até é retirado pelo agressor e a PD acaba por desaparecer ou ser mais difícil de recolher, devendo “ser feita o mais depressa possível”⁶⁰.

Por último, na **Pergunta 8. “Já contou com apoio da GNR no âmbito da recolha de PD em processos-crime de VD? Esse contributo foi dado de forma eficaz e célere?”** a resposta foi unânime, visto que todos os entrevistados responderam que já haviam contado com o apoio da GNR no âmbito da recolha de PD nos processos-crime de VD e que este caracterizou-se pela sua celeridade e eficácia, tendo “desenvolvido um trabalho excecional”⁶¹ e considerado pelo **E3**, como “o OPC que melhor trabalha nesta área”.

O processo da análise e discussão das entrevistas termina com a discussão dos resultados, com base nas conclusões das questões do guião, evidenciando-se os resultados

⁵³ Segundo as declarações do **E3**.

⁵⁴ Segundo as declarações do **E1**.

⁵⁵ Segundo as declarações do **E3**.

⁵⁶ Segundo as declarações do **E1**.

⁵⁷ Segundo as declarações do **E2**.

⁵⁸ Segundo as declarações do **E5**.

⁵⁹ Segundo as declarações do **E4** e **E6**.

⁶⁰ Segundo as declarações do **E6**.

⁶¹ Segundo as declarações do **E4**.

superiores a 50% e enfatizando-se os resultados maiores ou iguais a 80% (Sarmiento, 2013), portanto passamos agora para essa mesma discussão.

3.2.2. Discussão dos resultados das entrevistas

Dos resultados obtidos evidenciamos o facto dos entrevistados considerarem que o crime de VD se caracteriza por escassos meios de prova para além das declarações da vítima e do arguido e, é aí, que a PD tem relevância, pois não será, segundo Almeida (2014, p. 47):

“um meio de prova que dê resposta a todas as dúvidas colocadas em audiência, no entanto, demonstrar-se-á inúmeras vezes, ser o único meio de prova suscetível de criar convicção de veracidade no julgador”.

Portanto, a PD contribui para a eficácia das diligências do inquérito, na medida em que nos permite perceber se estamos perante o crime de VD ou não, corroborando as declarações da vítima e juntando meios de prova ao processo. Estes resultados vão de encontro com os resultados apresentados por Almeida (2014, p. 47), pois este refere que:

“É válida e necessária a Prova Digital, em momento que se torne imperativo consubstanciar ou apurar a veracidade de uma alegação de parte em audiência, não existindo outro meio, serve então esta, para comprovar declarações, ações e porventura decifrar intenções que se denotam fundamentais para a convicção do julgador no que diz respeito ao dolo”.

A totalidade dos entrevistados referiu que as mensagens SMS são a principal tipologia de PD recolhida no âmbito dos inquéritos de VD, o que vai de encontro do resultado obtido nos inquéritos por questionários que aplicámos nesta investigação, em que 96% (120) dos entrevistados também referiram as mensagens SMS como a principal tipologia.

Quanto ao conhecimento das formalidades processuais e às competências técnicas para identificar, preservar, adquirir e analisar a PD nos processos de VD, todos os entrevistados consideraram que os investigadores da GNR as tinham, porém, segundo a investigação levada a cabo por Mateus (2016, p. 31), “as capacidades técnicas destes investigadores não se encontram ajustadas à obtenção de PD”, o que denota desacordo entre a opinião dos entrevistados, pelo que será, mais à frente, discutido com recurso aos resultados obtidos nos inquéritos por questionário.

Apesar de alguns dos entrevistados terem referido que não existiram problemas na validação da PD, outros referiram a gravação de imagem ou som sem o consentimento do visado, pois tal como refere Costa (2017, p. 151) “sendo a prova obtida mediante um método proibido e ilícito, proibida é a prova adquirida como o será a prova derivada dessa ou

mediata”. Assim, “o depoimento de uma testemunha que tenha por base o visionamento das imagens recolhidas através de um método proibido não pode ser valorado”.

Alguns dos entrevistados reportaram também o facto de haver algumas divergências no que toca à jurisprudência no âmbito da PD, pois se por um lado temos intromissão na vida privada, desrespeitando o direito ao domicílio do arguido, por outro temos o direito à vida, em que se mostra que aquele meio de prova é imprescindível à descoberta da verdade material, daí que Ramalho (2017, p. 131) afirme que “o quadro legal aplicável à prova digital é um verdadeiro labirinto normativo”.

Debruçando-nos sobre a contribuição da PD para o despacho final dos inquéritos de VD, a plenitude dos entrevistados referiu a importância crescente deste meio de prova para a resolução destes processos-crime, pois na VD, assim como refere Simões (2015, p. 34), “mais de metade dos processos em fase de inquérito caem por falta de meios de prova, o que confirma a escassez de meios de prova”.

Esta importância da PD verifica-se, principalmente, quando nos referimos à corroboração das declarações das vítimas, pois tal como afirma Nogueira (2016, p. 94), a corroboração “é a fiscalização da credibilidade da declaração através de elementos exteriores à própria declaração interpretáveis como confirmação dos factos da acusação”.

É de enfatizar, de igual modo, o facto de todos os entrevistados terem referido o quão importante é a recolha da PD existente no momento da aquisição da notícia do crime, essencialmente porque, como alude Mateus (2016, p. 50):

“A PD é um tipo de prova muito importante não só na fase de inquérito, mas também na aquisição da notícia de crime. Isto porque a PD é volátil, e como tal, deve ser identificada e recolhida assim que possível”.

Assim como indicam os entrevistados por Mateus (2016, p. 38) “das repostas obtidas quase todas são de opinião positiva sobre os relatórios de resultados elaborados pela GNR, por contribuírem de forma eficaz para a validação das provas em julgamento”, também a totalidade dos entrevistados nesta investigação afirmou que os investigadores da GNR contribuíram de forma eficaz e célere, através da recolha de PD, nos processos-crime de VD. Passemos então para a análise e discussão dos inquéritos por questionário.

3.3. Análise e discussão dos inquéritos por questionário

Sarmento (2013) define que o inquérito é um instrumento de pesquisa, que permite a recolha de dados, os quais após a sua introdução numa base de dados e aplicação adequada

de métodos de análise, originam informações, que se consubstanciam em resultados. Estes resultados são analisados, comparados e comentados nos subcapítulos seguintes.

Para que os resultados possam produzir conclusões, a sua representatividade tem de ser assegurada (Quivy & Campenhoudt, 2005). Como tal e, tendo em conta o universo pretendido, a amostra necessitava de ser composta, no mínimo, por 112 militares, tendo-se obtido uma amostra total de 125 militares, considera-se alcançado este objetivo.

A precisão do processo de amostragem, necessita de ter a fiabilidade aferida, dado que, o ato de generalizar um certo universo, partindo de uma amostra, releva sempre um valor de erro associado. Este estudo obteve um nível de confiança (λ), que é, segundo Sarmiento (2013, p. 90), “a probabilidade do intervalo de confiança conter o verdadeiro valor do parâmetro”, de 95,46%, cuja normal estandardizada é de 1,96 e a margem de erro (ϵ) associada foi de 8%, atribuindo assim, o grau “*Importante*” à validade do estudo.

A análise dos resultados das perguntas dos questionários (PQ) aplicados nesta investigação encontra-se dividida em três partes, com o intuito de facilitar a compreensão dos mesmos. Na primeira parte abordamos a caracterização sociodemográfica da amostra, na segunda parte o conhecimento e competências técnicas dos investigadores da GNR, no âmbito da PD e, na última e terceira parte, abordamos uma parte mais prática quanto aos procedimentos de recolha de PD, assim como algumas opiniões destes investigadores.

3.3.1. Parte 1. Caraterização da amostra

O presente inquérito por questionário foi endereçado a todos os militares dos NIAVE (99 militares), assim como aos militares das Secções de Inquérito dos Postos Territoriais (339 militares) que têm a seu cargo processos-crime de VD, constituindo um total de 438 militares, registando-se uma taxa de resposta de 28,54% (125 respostas válidas).

Quanto à constituição da amostra, 112 (90%) Guardas constituíram a amostra, sendo os restantes 13 (10%) Sargentos⁶². No que toca ao nível etário, encontra-se dividido em cinco intervalos, destacando-se o facto dos dois intervalos “31 a 40” com 61 (49%) dos inquiridos e “41 a 50” com 53 (42%) dos inquiridos constituírem 114 (91%) elementos da amostra⁶³. No que se refere às habilitações literárias, é de salientar que a grande maioria 79 (63%) dos inquiridos tem o 12.º ano de escolaridade⁶⁴. No que diz respeito ao nível a que pertencem,

⁶² Cfr. Apêndice F, Figura n.º 6.

⁶³ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 7.

⁶⁴ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 8.

91 (73%) dos inquiridos são das Secções de Inquérito e 34 (27%) são dos NIAVE. Por último, é de salientar três intervalos no que respeita aos anos de experiência no tratamento de processos-crime de VD, “Menos de 5” com 36 (29%) dos inquiridos, “Entre 5 e 10” com 57 (46%) dos inquiridos e “Entre 11 e 15” com 28 (22%) dos inquiridos, dado que constituem 121 (97%) dos inquiridos da amostra e permitem concluir que a maioria tem menos de 15 anos de experiência no tratamento de processos-crime de VD⁶⁵.

3.3.2. Parte 2: Conhecimento e competências técnicas dos investigadores

Depois da caracterização da amostra, procurámos perceber o conhecimento e as competências técnicas que os investigadores da GNR possuíam, relativamente à PD.

Foi possível perceber que grande parte da amostra, isto é, 94 amostra (75,2%) dos inquiridos, conhecia o conceito de PD⁶⁶, e considera ter conhecimento das disposições processuais que regulam os procedimentos e competências dos OPC relativos aos meios de obtenção de PD, uma vez que 80 (64%) dos inquiridos⁶⁷, respondeu que tinha esse conhecimento.

Porém, quando inquiridos se possuem competências técnicas para efetuar a recolha de PD, apenas 38 (30,4%) dos inquiridos respondeu positivamente⁶⁸, bem como quando questionados se têm o conhecimento necessário para identificar, preservar, adquirir e analisar a PD, somente 48 (38,4%) inquiridos afirmaram que sim⁶⁹, o que demonstra um certo grau de insegurança no manuseamento da PD pela maior parte da amostra, pois apesar de conhecerem o conceito de PD e as disposições processuais a si associadas, quando partimos para a parte técnica e mais prática, as incertezas parecem surgir.

Com o intuito de especificar os conhecimentos dos inquiridos no que toca aos requisitos e formalidades processuais, foram colocadas três questões: conhecimento para ordenar a preservação dos dados sem autorização da AJ; conhecimento para proceder à apreensão de dispositivos eletrónicos sem autorização da AJ; e conhecimento para proceder à pesquisa de PD, quando a mesma é voluntariamente consentida pelo detentor desse direito, as respostas foram bastante similares, na medida em que, na primeira questão⁷⁰ 50 (40%)

⁶⁵ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 9.

⁶⁶ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 10.

⁶⁷ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 11.

⁶⁸ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 12.

⁶⁹ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 13.

⁷⁰ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 14.

dos inquiridos e na segunda⁷¹ e na terceira⁷² 41 (32,8%) dos inquiridos demonstraram não saber ou ter alguma incerteza, o que, mais uma vez, vai de encontro ao referido no parágrafo anterior, visto que, quando falamos da parte mais operacional, surgem dificuldades.

No que respeita à questão que versa sobre o conhecimento da existência de Núcleos especializados para a recolha e análise da PD, 92 (73,6%) dos inquiridos afirmaram que sim⁷³, no entanto, é possível perceber que os restantes 33 (26,4%) dos inquiridos não sabiam ou não tinham a certeza da sua existência, o que representa uma fatia em nada diminuta.

Passando agora para as necessidades de formação, no início desta investigação, percebemos que uma das potenciais fragilidades dos investigadores da GNR poderia ser a falta de formação específica na área da PD e, como tal, direccionámos algumas perguntas para perceber qual a experiência destes militares quanto à sua formação nesta área.

A primeira questão colocada aos inquiridos, foi se estes consideravam que a formação técnica ou processual recebida, relativa ao manuseamento da PD, foi a necessária, à qual 105 (84%) dos inquiridos respondeu negativamente⁷⁴, o que demonstra bem a sua experiência quanto à falta de formação neste âmbito.

No mesmo sentido, foi colocada a PQ 29, pois quando questionados se têm sentido necessidade de formação técnica em matéria de PD, 50 (40%) responderam “Às Vezes”, 48 (38%) responderam “Frequentemente” e ainda 17 (13%) responderam “Sempre”⁷⁵, o que denota, mais uma vez, a falta de formação que os militares sentem no âmbito da PD.

Quanto à área de formação que consideram necessária no âmbito da PD, as respostas foram divididas, grande parte, entre as “Responsabilidades do OPC nas medidas cautelares e de polícia”, nomeada por 54 (43,2%) dos inquiridos, e os “Procedimentos técnicos para manusear (Identificar e Adquirir)”, mencionada por 41 (33%) dos inquiridos⁷⁶.

3.3.3. Parte 3: Recolha de Prova Digital no âmbito da Violência Doméstica pelos investigadores da GNR

Relativamente à 3ª e última parte, esta versa sobre a recolha de PD, no âmbito da VD, por parte dos investigadores da GNR, abordando as suas dificuldades, opiniões sobre os

⁷¹ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 15.

⁷² Cfr. Apêndice F, Figura n.º 16.

⁷³ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 17.

⁷⁴ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 18.

⁷⁵ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 19.

⁷⁶ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 20.

momentos da recolha, tipologias de PD e dispositivos eletrônicos carregados para o processo, assim como a importância que atribuem à PD nos processos de VD.

Quanto à utilização do computador ou do *smartphone* para efetuar a recolha de PD em dispositivos eletrônicos de vítimas ou testemunhas, 52 (41,6%) dos inquiridos responderam “Às Vezes” e 27 (21,6%) dos inquiridos responderam “Frequentemente”, o que nos indica que esta situação se verifica várias vezes⁷⁷, porém 45 (36%) dos inquiridos afirmou que “Raramente” ou “Nunca” recorreu ao *smartphone* ou ao computador para recolher PD, o que revela diferenças entre o *modus operandi* dos investigadores.

Em relação às restrições da rede da *Intranet* no acesso às redes sociais, que causam alguns problemas, dado que, muitas vezes, é necessário ter acesso às mesmas através dos computadores ligados à *Intranet* e estes computadores têm limitações no acesso a estas redes sociais, não sendo possível aceder, para, por exemplo, tirar um *Print Screen* de uma dada publicação ou mensagem e, quanto a isto, as respostas dos inquiridos foram divididas, na medida em que, 46 (36,8%) dos inquiridos responderam que não se torna acessível recolher a PD, no entanto 55 (44%) dos inquiridos afirmaram que é acessível na mesma⁷⁸, o que nos leva a ponderar uma eventual alteração das definições de acesso às redes sociais para estes investigadores que atuam no âmbito dos processos-crime de VD.

Em relação aos momentos em que os inquiridos julgam ser importantes para efetuar a recolha de PD, o momento da aquisição da notícia do crime obteve 36,8% de “Concordo” e 53,6% de “Concordo Totalmente”, o que perfaz um total de 113 (90,4%) inquiridos, por isso, a grande maioria considera que este momento é importante⁷⁹.

Quanto ao momento em que se realizam buscas domiciliárias, também foi considerado importante por parte dos investigadores da GNR, dado que obteve 57,6% de “Concordo” e 32,8% de “Concordo Totalmente” o que totaliza, de igual modo, 113 (90,4%) inquiridos⁸⁰. Ainda no âmbito das buscas domiciliárias, foi também colocada a PQ 24, sobre a necessidade de apreensão de dispositivos eletrônicos durante a realização de buscas, à qual, a grande maioria⁸¹, isto é, 72 (57,6%) dos inquiridos, responderam “Às Vezes”, o que comprova também a importância das buscas domiciliárias neste âmbito da PD.

⁷⁷ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 21.

⁷⁸ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 22.

⁷⁹ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 26.

⁸⁰ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 27.

⁸¹ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 28.

No momento em que se inquirirem vítimas ou testemunhas, é também, muitas vezes necessário efetuar a recolha de PD com o consentimento da vítima, pois 56 (44,8%) dos inquiridos responderam “Às Vezes” e outros 42 (33,6%) responderam “Frequentemente”⁸².

No tocante aos tipos de PD que foram recolhidas por parte dos investigadores da GNR no âmbito dos processos-crime de VD, quase todos, isto é, 120 (96%) dos inquiridos, assinalaram as “mensagens SMS ou MMS”, sendo que os restantes tipos com maior percentagem foram fotografias, com 98 (78,4%) inquiridos, e as redes sociais, com 97 (77,6%) inquiridos, seguida dos registos de chamadas recebidas e enviadas, com 89 (71,2%) dos inquiridos, do correio eletrónico, com 80 (64%) dos inquiridos, dos vídeos, com 62 (49,6%) dos inquiridos e dos ficheiros de áudio, com 55 (44%) dos inquiridos⁸³.

Sobre os tipos de dispositivos eletrónicos carreados para os processos-crime de VD, os inquiridos identificam, essencialmente, os telemóveis, tanto os *smartphones*, com 96 (77%) dos inquiridos, como os não *smart*, com 87 (70%) dos inquiridos, tendo identificado, essencialmente, outros, tal como o computador, suportes de memória diversos, cartões SIM, *tablets* e câmaras fotográficas, mas estes em menor quantidade⁸⁴.

Quanto à frequência em que a recolha da PD se demonstra necessária nos processos-crime de VD, 65 (52%) dos inquiridos responderam “Frequentemente” e 52 (41,6%) dos inquiridos responderam “Às Vezes”, o que nos indica que a recolha deste tipo de prova neste tipo de crime é bastante recorrente e necessária⁸⁵.

Em relação à apreensão de dispositivos eletrónicos a arguidos para recolha de PD, é possível verificar que esta situação acontece menos vezes, dado que, 44 (35,2%) dos inquiridos responderam “Raramente”, 39 (31,2%) dos inquiridos responderam “Nunca” e 31 (24,8%) dos inquiridos responderam “Às Vezes”⁸⁶.

Relativamente aos Núcleos/Secções de IC, foram colocadas duas questões. A primeira sobre se estes Núcleos/Secções possuem o suporte técnico necessário para efetuar a pesquisa de dados em dispositivos eletrónicos, à qual, a grande maioria dos inquiridos⁸⁷, 87 (69,6%) responderam negativamente, o que manifesta a falta de equipamento/capacidade nestes Núcleos/Secções perante situações em que é necessário efetuar a pesquisa de dados

⁸² Cfr. Apêndice F, Figura n.º 25.

⁸³ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 31.

⁸⁴ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 32.

⁸⁵ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 33.

⁸⁶ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 34.

⁸⁷ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 23.

em dispositivos eletrônicos. A segunda questão versa sobre a frequência com que o Núcleo/Secção analisa a PD para selecionar a relevante para o inquérito, tendo as respostas variado⁸⁸, essencialmente, entre “Às Vezes”, com 43 (34,4%) respostas, “Frequentemente”, com 30 (24%) respostas e “Raramente”, com 27 (21,6%) respostas, o que indica que esta situação se verifica com alguma frequência.

No que diz respeito aos mandados por parte dos investigadores para a AJ, foram igualmente colocadas duas questões. Uma sobre a frequência com que os investigadores solicitam mandados de apreensão e de pesquisa de dados à AJ⁸⁹ e outra sobre a necessidade que têm sentido de promover propostas à AJ para apreender dispositivos eletrônicos⁹⁰. Em ambas as questões, os resultados foram idênticos, na medida em que, a maioria dos inquiridos referiu que “Nunca”, “Raramente” ou “Às Vezes” teve essa necessidade, sendo possível perceber que esta situação não é muito comum.

Por fim, e para perceber se os militares recorrem ao Núcleos especializados (NTP de Coimbra ou SRPD de Lisboa) para efetuar a recolha da PD, grande parte, isto é, 64 (51%) respondeu “Nunca” e 35 (28%) dos inquiridos responderam “Raramente”⁹¹, o que demonstra que, apesar de muitos militares saberem da existência destes Núcleos, poucos recorrem aos mesmos, embora considerem que não têm as competências técnicas para efetuar a recolha e atribuam um grau elevado de importância à recolha da PD.

Apresentados e discutidos os resultados obtidos durante esta investigação, passamos agora para o último capítulo, o das conclusões e recomendações.

⁸⁸ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 24.

⁸⁹ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 29.

⁹⁰ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 30.

⁹¹ Cfr. Apêndice F, Figura n.º 35.

CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Concluída a parte do enquadramento teórico, dos métodos e metodologia, da análise e discussão dos resultados das entrevistas, dos questionários e das estatísticas, chegamos à fase de retirarmos as conclusões deste estudo e fazermos algumas recomendações.

Neste Capítulo são apresentadas as hipóteses de investigação e a sua verificação total, parcial ou não verificação; a confirmação total, parcial ou infirmação dos objetivos gerais e específicos; as respostas às questões derivadas e à questão central da investigação; as reflexões finais do trabalho teórico e empírico, ou seja, os principais e mais relevantes resultados de uma forma qualitativa e quantitativa; as limitações ou problemas encontrados para a elaboração do trabalho e as respetivas soluções, fazendo uma análise crítica do trabalho realizado e, por fim, as futuras investigações.

4.1. Verificação das hipóteses de investigação

Passamos agora para a verificação das hipóteses de investigação, com fundamento nas observações, factos e ideias apuradas anteriormente, pois segundo Sarmiento (2013, p. 9) “as hipóteses são testadas, de modo a confirmar quais são as válidas, ou seja, aquelas em que não há razões para refutar as hipóteses”.

No que diz respeito à **HI1: “As principais tipologias de PD recolhida são as mensagens SMS, conversas em redes sociais, fotos e vídeos e os principais dispositivos eletrónicos são os telemóveis e os computadores”**, esta foi verificada tendo em conta os resultados obtidos na Pergunta 2 do guião de entrevista e na PQ 21 do inquérito por questionário, quanto à tipologia de PD recolhida, e tendo em conta as estatísticas fornecidas pelo NTP de Coimbra e pela SRPD de Lisboa, assim como as respostas à PQ 22 do inquérito por questionário, quanto aos principais dispositivos eletrónicos apreendidos.

Portanto, quanto às principais tipologias de PD recolhida, segundo as respostas dos entrevistados à Pergunta 2 da entrevista, recolhem-se, essencialmente, mensagens SMS e conversas nas redes sociais, no âmbito da VD, verificando-se também, por vezes, vídeos, fotografias, registos de chamadas e *e-mails*, tal como foi possível perceber pelas respostas à PQ 21, em que a maioria dos inquiridos também assinalou, fundamentalmente, estas opções. No que concerne aos principais tipos de dispositivos eletrónicos carregados para os processos-

crime de VD, tanto as estatísticas fornecidas pelos Núcleos especializados da GNR, como as respostas à PQ 22, assinalam, sobretudo, os *smartphones*, os telemóveis, os computadores e os suportes de memória diversos.

Relativamente à **HI2: “Os investigadores da GNR têm poucas competências técnicas e não conhecem as formalidades e requisitos processuais para o manuseamento da PD”**, foi verificada, pois apesar de, por um lado, a totalidade das respostas dos entrevistados ter sido positiva no sentido dos investigadores da GNR conhecerem os requisitos e formalidades (Pergunta 2 do guião de entrevista) e possuírem competências técnicas e/ou o conhecimento necessário para identificar, preservar, apreender ou pesquisar prova em suporte eletrónico, nos processos-crime de VD, tendo referido que “têm bastante cuidado”, que “as coisas geralmente são feitas de forma correta”, que “nunca sentiram nenhuma dificuldade por parte dos militares da GNR” nem “nunca tiveram quaisquer problemas”.

Por outro lado, os resultados obtidos nas respostas aos inquéritos por questionário, vieram demonstrar que grande parte dos investigadores, apesar de conhecer as disposições processuais, não considera ter as competências técnicas nem o conhecimento prático necessário para efetuar a recolha de PD, contrariando assim, a opinião destes entrevistados.

Quanto à **HI3: “Os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado no âmbito dos processos-crime de VD derivam da pouca formação dos militares e consequente má preservação e aquisição da prova em suporte eletrónico”**, esta foi parcialmente verificada neste estudo, através da Pergunta 5 do guião de entrevista, na medida em que foi possível perceber três problemas: a validação de gravações de som e imagem sem o consentimento do arguido ou do JIC, a ambiguidade em termos jurisprudenciais relativamente à validação da PD e também o manuseamento de forma deficiente da PD por parte dos investigadores da GNR. Esta hipótese foi igualmente verificada através da PQ 11, da PQ 29 e da PQ 20, dado que estas questões permitiram demonstrar que a falta de formação dos investigadores é um dos principais problemas neste âmbito.

Por fim, em relação à **HI4: “Sim, nos casos em que a sua preservação, aquisição, análise e documentação é feita de forma correta”**, esta foi totalmente verificada, com base nas respostas à Pergunta 6 do guião de entrevista, em que todos os entrevistados salientaram o crescente contributo que a PD tem proporcionado aos processos-crime de VD, enriquecendo-os bastante através da corroboração das declarações, despistando falsos casos e permitindo perceber a reiteração nos casos em que se confirma existir VD.

4.2. Resposta às questões derivadas da investigação

Segundo Sarmiento (2013, p. 13) “as hipóteses são proposições conjeturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” e, como tal, tendo terminado a verificação das hipóteses de investigação, podemos então proporcionar as respostas às questões derivadas desta investigação.

No tocante à **QD1: “Quais são as tipologias de PD recolhida e quais os dispositivos eletrónicos analisados na fase de inquérito nos processos-crime de VD?”**, é possível perceber a crescente importância, relativamente às tipologias de PD recolhidas, que as mensagens SMS e que as conversas em redes sociais têm tido, tornando-se essenciais no âmbito dos processos-crime de VD nos dias de hoje, constituindo, muitas vezes, os únicos meios de prova existentes, dado que, por vezes, nem existem declarações da vítima, pois esta tem o direito ao silêncio. Associado às mensagens SMS, assim como às conversas em redes sociais, estão, inevitavelmente, os telemóveis e os *smatphones* que, hoje em dia, todos facilmente temos acesso a um e os usamos como meio de comunicação de forma quase espontânea e sistematicamente. É de salientar, igualmente, a importância de outros tipos de PD como fotografias, vídeos, registos de chamadas ou *e-mails*, assim como de outros dispositivos eletrónicos, tais como os computadores e os suportes de memória diversos, no entanto estes verificam-se com menos frequência, no âmbito dos processos-crime de VD.

No que se refere à **QD2: “Os investigadores da GNR possuem competências técnicas e conhecem os requisitos e as formalidades processuais para o manuseamento da PD?”** foi possível realçar dificuldades por parte dos investigadores da GNR no manuseamento da PD. Apesar dos entrevistados referirem que estes militares trabalham de forma célere e eficaz, e de julgarem que estes possuem conhecimentos técnicos e conhecem os requisitos e formalidades processuais para o manuseamento da PD, as respostas dos questionários dirigidos aos próprios militares indicaram que, uma grande parte, embora até conheça alguns requisitos e formalidades processuais associadas à PD, não possui as competências técnicas para identificar, preservar, apreender ou pesquisar prova em suporte eletrónico de forma correta.

No que diz respeito à **QD3: “Quais são os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado no âmbito dos processos-crime de VD?”** concluímos neste estudo que as gravações de voz e de imagem têm enfrentado dificuldades na validação, principalmente por dois fatores: pela sua gravação ser realizada sem o consentimento do

arguido; e pela diferente jurisprudência aplicada, dado que, para alguns Magistrados do MP, faz todo o sentido juntar ao processo estes meios de prova, mesmo que tenham sido obtidos sem o consentimento de quem tem esse direito, pois existe uma necessidade desculpante, no entanto, outros juízes determinam que esses meios de prova foram obtidos de forma ilegal e, por isso, são considerados meios de prova proibidos. Outro dos problemas encontrados tem que ver com a recolha de forma incorreta da PD, que faz com que, posteriormente, a sua legitimidade seja posta em causa no momento da validação, perdendo-se um importante meio de prova.

Quanto à **QD4: “A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?”** depreendemos que a PD se assume como um dos principais meios de prova neste tipo de crime, com uma importância cada vez maior, havendo até inquéritos de VD apenas com base em PD, por isso, podemos considerar este meio de prova fundamental para a construção do despacho final dos inquéritos de VD.

4.3. Resposta à questão central da investigação

Determinadas as respostas às questões derivadas, propomo-nos a responder à **QC: “De que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas na fase de inquérito, nos processos-crime relativos à VD?”**.

Ao longo dos últimos anos, a importância da PD, no âmbito dos processos-crime de VD, tem vindo a crescer. Este facto deve-se à veloz evolução da tecnologia e à facilidade e baixo custo com que podemos adquirir um dispositivo eletrónico que, a maioria de nós, utiliza para fazer quase tudo, esquecendo-nos, por vezes, de que aquilo que fazemos através destes mesmos aparelhos fica sempre registado de alguma forma.

Com esta investigação foi possível perceber que, o modo de expressão do crime de VD passa muito pela PD, principalmente nas gerações mais recentes, dado que existem certos processos-crime de VD que assentam, basicamente, em PD, porque tanto a vítima (Art.º 134 do CPP) como o arguido (Art.º 343.º CPP) podem recusar-se a depor, restando apenas a PD registada, por exemplo, em mensagens SMS ou em conversas nas redes sociais.

Visto que a VD é um tipo de crime que se caracteriza pela escassez de meios de prova, pelo elevado número de crimes (3.º crime mais registado em Portugal) e pela baixa percentagem de inquéritos findos por acusação (15%), é necessário recolher todos os meios de prova existentes e que possam contribuir para haja uma menor percentagem de arquivamentos ou suspensões dos processos.

No tocante à forma como a PD contribui para que os processos-crime de VD prossigam para a fase de julgamento, concluímos que a PD, principalmente as mensagens SMS e as conversas em redes sociais recolhidas em telemóveis e *smartphones*, juntam ao processo, meios de prova que podem ser usados para construir o despacho de acusação, ajudando a perceber a dimensão dos factos, na medida em que nos leva a perceber a reiteração com que o crime é cometido e há quanto tempo já se verifica, assim como proporciona o conteúdo dessas ofensas, permitindo compreender a gravidade das mesmas. Tudo isto orienta o julgador no sentido da descoberta da verdade, ajudando a corroborar as declarações da vítima e despistando casos de falsa VD, enriquecendo bastante o despacho final de acusação.

4.4. Confirmação dos objetivos da investigação

O objetivo geral deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada consistiu em determinar qual a importância da recolha da PD, durante as diligências do inquérito, nos inquéritos delegados pelo MP à GNR, para a eficácia do sistema judicial, isto é, para que os processos-crime relativos à VD sejam conduzidos para julgamento.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, nos subcapítulos 3.1.2, 3.2.1, 3.3.3 e na **QD1**, determinaram-se as principais tipologias de PD recolhida, assim como os principais dispositivos eletrónicos analisados durante a fase de inquérito, por parte dos investigadores da GNR, no âmbito dos processos-crime de VD (**OE1**).

Nos subcapítulos 3.2.1. e 3.3.2, assim como na **QD2**, compreendemos as competências técnicas e o conhecimento dos requisitos e formalidades processuais que os investigadores da GNR possuem para manusear a PD (**OE2**).

Nos subcapítulos 3.2.1 e na **QD3**, averiguámos quais os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado no âmbito dos processos-crime de VD (**OE3**).

Por último, no subcapítulo 3.2.1 e na **QD4**, avaliámos a contribuição da PD para a construção do despacho final do inquérito no processos-crime de VD (**OE4**).

4.5. Reflexões Finais

Terminada a investigação e definida a resposta à questão central e às questões derivadas, salientamos, nos parágrafos seguintes, as conclusões principais que alcançámos com a realização desta investigação.

Primeiramente, importa referir as dificuldades dos militares, no que toca às competências técnicas e ao conhecimento das disposições processuais, no âmbito da PD, que foi possível depreender dos questionários colocados aos investigadores da GNR. Neste contexto, as fragilidades demonstradas por grande parte dos inquiridos, leva-nos a crer que a PD não é utilizada como meio de prova, as vezes que poderia ser, porque os militares não têm a sensibilidade, o conhecimento e as competências técnicas para efetuar a sua preservação, aquisição, análise e documentação de forma correta.

Como consequência das debilidades apresentadas no parágrafo anterior, surge a questão das necessidades de formação destes militares no domínio da PD. Neste âmbito, deduzimos que estes militares deveriam ter formação sobre: o conceito de PD; as disposições processuais associadas à PD; os procedimentos técnicos para manusear a PD (Identificar e Adquirir); os requisitos para preservar dados ou apreender dispositivos sem autorização da AJ e para efetuar recolha de PD com consentimento; os Núcleos Especializados da GNR (NTP de Coimbra e SRPD de Lisboa) e as suas capacidades e potencialidades; incentivar o envio de dispositivos eletrónicos para análise, aos Núcleos anteriormente referidos, com maior frequência, em casos de necessidade; e, por último, a importância do momento em que se inquiram as vítimas ou testemunhas, do momento da aquisição da notícia do crime e durante a realização de buscas domiciliárias, que são as alturas em que a preocupação com a preservação e aquisição da PD é fundamental, tendo em conta a volatilidade e fragilidade da PD.

Por último, importa também realçar o facto do número de processos-crime de VD em que houve recolha de PD, no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017, ter duplicado durante este período (de 32 para 64), no entanto este número de processos está maioritariamente dividido por três Comandos Territoriais, Coimbra (82), Lisboa (20) e Porto (17), o que, se relacionarmos com o número de processos de VD, por distrito, durante este mesmo período, vemos que, por exemplo, Aveiro, Braga, Setúbal e Faro, que se encontram nos cinco distritos com maior número de processos de VD, têm poucas ou nenhuma recolha de PD, efetuadas no âmbito da VD, o que nos induz que nos outros Comandos Territoriais ou não sabem da existência dos Núcleos especializados ou não sabem das potencialidades dos mesmos ou não sabem em que situações remeter os dispositivos eletrónicos para estes Núcleos. Para combater esta fragilidade, a GNR já está a formar mais militares, no âmbito da PD, para colocar mais duas equipas no Porto e outras duas em Faro, para assim constituir mais dois Núcleos especializados no domínio da PD.

4.6. Limitações da investigação

Durante a realização deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada deparámo-nos com algumas limitações. Um dos problemas durante a realização foi a quantidade reduzida de respostas aos inquéritos por questionário (125 respostas num universo de 438 militares), o que representa uma amostra um pouco mais pequena do que a pretendida, isto para que o erro associado fosse o menor possível.

Outra das limitações prende-se com o número reduzido de páginas para este tipo de investigação, pois para que a máxima rentabilidade desta investigação fosse alcançada, optámos por apresentar dados estatísticos e realizar inquéritos por questionário e entrevistas, o que faz com o número máximo de páginas seja diminuto para que todos os requisitos deste tipo de investigação sejam cumpridos.

4.7. Investigações futuras

Para investigações futuras sugerimos um estudo, igualmente, sobre a PD, no entanto direccionada para o crime de tráfico de estupefacientes, que é o crime com maior número de recolhas de PD por parte do NTP de Coimbra e da SRPD de Lisboa, procurando o contributo que este meio de prova tem proporcionado para o despacho final de acusação.

Esperamos que esta investigação constitua uma mais valia para a instituição GNR, proporcionando uma melhoria no tratamento deste meio de prova e quiçá, uma ferramenta que contribua ainda mais para que a verdade seja alcançada e para que um maior número de vítimas possa finalmente “gozar” do sentimento de justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

Livros, artigos científicos, relatórios, outro documento e fontes eletrônicas (*Internet*):

Academia Militar [AM]. (2015). *NEP 522/1.ª: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Academia Militar.

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 29 de março de 2016, Processo n.º 558/13.4GBLLE.E1. In *IGFEJ*. Acedido a 8 de março de 2018 em <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/cc3cf9ccd76a07e280257f93004ecfe6?OpenDocument>.

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 22 de abril de 2014, Processo n.º 15/07.8GFSTB-A.E1. In *IGFEJ*. Acedido a 8 de março de 2018 em <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/1a5ba2eadaa526ab80257cd7004e3c2f?OpenDocument>.

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 15 de outubro de 2012, Processo n.º 68/10.1GCBRG.G1. In *IGFEJ*. Acedido a 8 de março de 2018 em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/d7e67584752588c980257aa0004607bc?OpenDocument>.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 20 de janeiro de 2016, Processo n.º 1145/08.4PBMTS.P1. In *IGFEJ*. Acedido a 8 de março de 2018 em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/54a82f139588437f80257f5a0033e764?OpenDocument>.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 5 de abril de 2017, Processo n.º 671/14.0GAMCN.P1. In *IGFEJ*. Acedido a 8 de março de 2018 em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/16ebc99e65fc19038025810c0051991a?OpenDocument>.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 12 de julho de 2017, Processo n.º 47/15.2T9AGD.P1. In *IGFEJ*. Acedido a 8 de março de 2018 em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/118e597660e117938025817600540bd5?OpenDocument>.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 7 de junho de 2017, Processo n.º 481/14.5JABRG.P1. In *IGFEJ*. Acedido a 8 de março de 2018 em

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/cfe90a60bb8af75e8025814500357148?OpenDocument>.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 14 de outubro de 2015, Processo n.º 78/15.2GAMCN-A.P1. In *IGFEJ*. Acedido a 8 de março de 2018 em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/8eb35250364f88ec80257ef9005ace2e?OpenDocument>.

Alexander, V., Thomas, H., Cronin, A., Fielding, J., & Moran-Ellis, J. (2016). Mixed Methods. In N. Gilbert, & P. Stoneman (Eds.), *Researching Social Life* (4th ed.). Londres: Sage.

Almeida, I. (2014). *A prova digital*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa.

Andrade, M. (2010). *Prática de Direito Processual Penal Questões Teóricas e Hipóteses Resolvidas*. Lisboa: Quid Juris?

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2015). Estatística APAV. Relatório Anual 2014. In *Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*. Acedido a 8 de março de 2018 em https://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anuual_2014.pdf.

Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana: Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo.

Braz, J. (2013). *Investigação criminal: a organização, o método e a prova: os desafios da nova criminalidade* (3^a ed). Coimbra: Edições Almedina.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Fernandes, C., Susano, H. (2016). A Violência Doméstica. In Guerra, P. & Gago, L., *Violência Doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (70-133). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Pena, S., Guerra, P., Perquilhas, M., Fernandes, C., Ribeiro, F., Susano, H. (2016). A Violência Doméstica – O Processo Penal. In Guerra, P. & Gago, L., *Violência Doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (134-276). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2016). A Violência Doméstica. In Guerra, P. & Gago, L., *Violência Doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (20-69). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

- Costa, C. (2017). *As proibições de prova e a prova digital – aproximação aos lugares-comuns de um instituto clássico em face de uma nova realidade*. Dissertação de Mestrado em Direito Judiciário, Universidade do Minho, Braga.
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. (N. Salgueiro, Trad.) Loures: Lusodidáctica.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI]. (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2016*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Editores.
- Gonçalves, J. (2015). A Guarda Nacional Republicana e a Violência Doméstica. In *Centro de I&D sobre direito e sociedade*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper_DSD_A-GUARDA-NACIONAL-REPUBLICANA-E-A-VIOLENCIA-DOM%3%89STIC A.pdf.
- Goodison, S., Davis, R., & Jackson, B. (2015). Digital evidence and the U.S. criminal justice system. In *NCJRS*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/248770.pdf>.
- Green, N. & Stoneman, P. (2016). Formulating and Refining a Research Question. In N. Gilbert, & P. Stoneman (Eds.), *Researching Social Life* (4th ed.). Londres: Sage.
- Gressler, L. (2004). *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios* (2nd ed). São Paulo: Loyola.
- Huot, R. (2002). *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- International Organization for Standardization [ISO] (2012). *ISO/IEC 27037:2012(E)*. Information technology — Security techniques — Guidelines for identification, collection, acquisition, and preservation of digital evidence. In *International Organization for Standardization*. Acedido a 5 de março de 2018 em <https://www.iso.org/standard/44381.html>.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Marques, P. (2013). *Informática Forense Recolha e preservação da prova digital*. Dissertação de Mestrado em Segurança em Sistemas de Informação, Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Engenharia, Lisboa.
- Mascoli, L. (2015). *O homicídio intrafamiliar: contributos para a avaliação de risco*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

- Ministério da Administração Interna [MAI] (2016). Violência Doméstica - 2015. Relatório anual de monitorização. In *Secretaria Geral do MAI*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em <https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Rel%20VD%202015.pdf>.
- Nogueira, S. (2016). *A valoração e motivação do tribunal no âmbito da livre apreciação da prova*. Dissertação de Mestrado em Direito Judiciário, Universidade Lusíada do Porto, Porto.
- Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República n.º 10/2017, de 8 de junho de 2017. In *Diário da República Eletrónico*. Acedido a 8 de março de 2018 em <https://dre.pt/application/file/a/107761870>.
- Procuradoria-Geral da República [PGR] (2015a). Objetivos Estratégicos trianuais e anuais. Triénio 2015-2018. In *Portal do Ministério Público*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/objetivos_ministerio_publico_2015-2018.pdf.
- Procuradoria-Geral da República [PGR] (2015b). Plano de Ação do Ministério Público 2015 – 2016. In *Portal do Ministério Público*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/plano_acao_cibercrime_2015-2016.pdf.
- Procuradoria-Geral da República [PGR] (2017a). Jurisprudência sobre Prova Digital. Nota Prática nº 12/2017. In *Ministério Público*. Acedido a 5 de março de 2018: http://cibercrime.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/nota_pratica_12_jurisprudencia_prova_digital.pdf.
- Procuradoria-Geral da República [PGR] (2017b). Objetivos Estratégicos para o Ano Judicial 2018. In *Ministério Público*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018: http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/objetivos_estrategicos_2017_2018_1.pdf.
- Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Novo Hamburgo: Feevale.
- Quaresma, C. (2012). *Violência Doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: Cadernos da Administração Interna.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, A. (2014). *A prova digital em processo penal: o correio eletrónico*. Lisboa: Chiado Editora.

- Rodrigues, B. (2009). *Direito Penal - Parte Especial - Tomo I - Direito Penal Informático-Digital*. Lisboa: Coimbra Editora.
- Rodrigues, B. (2011). *Da Prova Penal - Tomo IV. Da Prova -Electrónico-Digital e da Criminalidade Informático-Digital*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Scientific Working Group on Digital Evidence [SWGDE] (2010). SWGDE/SWGIT Guidelines & Recommendations for Training in Digital & Multimedia Evidence. In *SWGDE*. Acedido a 8 de março de 2018 em <https://www.swgde.org/pdf/Current%20Documents/1e17485a-df78-380d-9aa4-b649a05ebf47.pdf>.
- Scientific Working Group on Digital Evidence [SWGDE] (2016). SWGDE Digital & Multimedia Evidence Glossary Disclaimer. In *SWGDE*. Acedido a 8 de março de 2018 em <https://www.swgde.org/documents/Current%20Documents/SWGDE%20Digital%20and%20Multimedia%20Evidence%20Glossary>.
- Simões, S. (2015). *O crime de Violência Doméstica: Aspectos materiais e processuais*. Dissertação de Mestrado em Direito Forense, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Stoneman, P. & Brunton-Smith, I. (2016). Quantitative Research. In N. Gilbert, & P. Stoneman (Eds.), *Researching Social Life* (4th ed.). Londres: Sage.
- U.S. Department of Justice. (2008). Electronic Crime Scene Investigation: A Guide for First Responders. In *NCJRS*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/219941.pdf>.
- Valente, M. (2009). *Reuniões e Manifestações. Atuação Policial*. Coimbra: Almedina.
- Verdelho, P. (2004). *A obtenção de prova no ambiente digital*. Revista do Ministério Público, Ano 25, n.º 99, julho/setembro 2004.
- Verdelho, P. (2005). Cibercrime e Segurança Informática. *Polícia e Justiça - Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais*. 6, p. 159.
- Verdelho, P. (2009a). A Nova Lei do Cibercrime. *Scientia Iuridica*. 320, pp. 717-749.
- Verdelho, P. (2009b). Phishing e outras formas de defraudação nas redes de comunicação. *Direito da Sociedade da Informação*. 8, p. 410.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação – O Processo de Construção do Conhecimento* (1ª Edição). Lisboa: Edições Sílabo.

Legislação:

Assembleia da República [AR] (1987). Decreto lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro: Código de Processo Penal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 40, 619- 699.

Assembleia da República [AR] (1995). Decreto lei n.º 48/95, de 15 de março: Código Penal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 63, 1350-1416.

Assembleia da República [AR]. (2008b). Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto: Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 165.

Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro: Lei do Cibercrime. *Diário da República*, 1ª série, n.º 179.

Assembleia da República [AR] (2009). Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro: Regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. *Diário da República*, 1ª série, n.º 180.

Conselho de Ministros [CM] (2013). Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 de 31 de dezembro. *Diário da República*, 1ª Série B, n.º 253.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2003). Despacho 07/03-OG, de 21 de janeiro.

Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014). Despacho 18/14-OG, de 11 de março.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

Recolha da prova digital nos processos-crime de violência doméstica

Autor: Aspirante Aluno de GNR Infantaria Tiago André Matos Silva

Orientador: Major de GNR Infantaria Tiago Lourenço Lopes

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar (AM) tem por missão formar Oficiais destinados aos quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana, habilitando-os ao exercício das funções que estatutariamente lhes são cometidas, conferir as competências adequadas ao cumprimento das missões do Exército e da GNR e promover o desenvolvimento individual para o exercício de funções de comando, direção e chefia.

Na fase final dos ciclos de estudos integrados, com vista à obtenção do grau de mestre, os Alunos da AM executam um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que visa desenvolver competências próprias no âmbito da pesquisa, metodologia e investigação em assuntos de natureza multidisciplinar em contexto e ambiente profissional, que permitam uma aprendizagem autónoma ao longo da vida.

Posto isto, eu, Aspirante de Infantaria da GNR, Tiago Silva, a frequentar o 5.º e último ano do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, venho por este meio solicitar a colaboração de V. Ex.^a, uma vez que a recolha de informações e o esclarecimento de incertezas decorrentes da investigação leva à necessidade de realização de entrevistas.

Este TIA está subordinado ao tema: *“Recolha da Prova Digital nos Processos-crime de Violência Doméstica”*, tendo como objetivo geral determinar qual a importância da recolha da Prova Digital (PD) durante as diligências do inquérito, nos inquéritos delegados pelo Ministério Público (MP) à GNR, para a eficácia do sistema judicial, isto é, para que os processos-crime relativos à VD sejam levados para julgamento.

Os entrevistados foram escolhidos com base no seu elevado grau de conhecimento e domínio sobre os assuntos tratados na investigação.



Solicito a V. Ex.^a que me conceda uma entrevista, tendo em conta que o seu contributo será preponderante para que se atinjam os objetivos propostos na investigação.

Grato pela colaboração e disponibilidade.

Cordiais cumprimentos,

Tiago Silva

Aspirante de Infantaria da GNR

	GUIÃO DE ENTREVISTA <i>Recolha da prova digital nos</i> <i>processos-crime de violência doméstica</i>	
1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)		
<p>1.1. Organização/Órgão:</p> <p>1.2. Departamento/Serviço:</p> <p>1.3. Função:</p> <p>1.4. Habilitações literárias:</p> <p>1.5. Data:</p>		
2. ENQUADRAMENTO		
<p>A violência doméstica (VD) é um crime de elevada gravidade que representa uma clara violação dos direitos humanos. A prevenção e repressão deste tipo de crime constitui um grande desafio, dado que este se verifica entre pessoas que mantêm ou mantiveram laços de intimidade e de confiança e em espaços reservados, tal como o lar (Gonçalves, 2015).</p> <p>De um total 33.841 inquéritos de VD, realizados entre 2012 e 2015, cerca de 78% resultou em arquivamento, 17,5% em acusação e 5% em suspensão provisória do processo. Analisando os motivos de arquivamento constata-se que entre os 26.313 processos arquivados, cerca de 74,5% foram arquivados ao abrigo do art.º 277.º, n.º 2 do CPP, isto é, devido à falta de prova (Ministério da Administração Interna [MAI], 2016).</p> <p>Mudanças significativas na tecnologia da informação ao longo das últimas duas décadas, tornaram a recolha e análise de provas digitais um instrumento cada vez mais importante para a resolução de crimes. A Prova Digital (PD) pode ser entendida como a informação e os dados relevantes para a investigação que são armazenados, recebidos ou transmitidos por um dispositivo eletrónico (U.S. Department of Justice, 2008).</p> <p>Por parte do MP, foi também definido como área prioritária para o ano judicial 2018, o cibercrime e a PD através do documento que define os objetivos estratégicos para este mesmo ano, em que se propõe a capacitar os magistrados do MP e a reforçar a cooperação com os OPC na obtenção de PD e no combate ao cibercrime, o que nos leva a acreditar que a PD tem vindo a ganhar relevância e é, neste momento, um dos principais focos na área judicial (PGR, 2017).</p> <p>Tem sido cada vez mais recorrente, a necessidade de, na fase de inquérito, proceder à apreensão de dispositivos de comunicação móveis como telemóveis, tablets ou smartphones e</p>		

nalguns destes casos é necessária a intervenção do juiz de instrução, como por exemplo no caso de haver necessidade de apreender mensagens eletrônicas ou dados suscetíveis de desrespeitar a privacidade do visado. No entanto, os OPC, muitas vezes, não têm o conhecimento destes factos, resultando na nulidade de uma eventual prova obtida (PGR, 2015).

Referências bibliográficas:

Gonçalves, J. (2015). A Guarda Nacional Republicana e a Violência Doméstica. In *Centro de I&D sobre direito e sociedade*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper_DSD_A-GUARDA-NACIONAL-REPUBLICANA-E-A-VIOLENCIA-DOM%3%89STICA.pdf.

Ministério da Administração Interna [MAI] (2016). Violência Doméstica - 2015. Relatório anual de monitorização. In *Secretaria Geral do MAI*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em <https://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Rel%20VD%202015.pdf>.

Procuradoria-Geral da República [PGR] (2015). Plano de Ação do Ministério Público 2015 – 2016. In *Portal do Ministério Público*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/plano_acao_cibercri_me_2015-2016.pdf.

Procuradoria-Geral da República [PGR] (2017). Objetivos Estratégicos para o Ano Judicial 2018. In *Ministério Público*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018: http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/objetivos_estrategicos_2017_2018_1.pdf.

U.S. Department of Justice. (2008). Electronic Crime Scene Investigation: A Guide for First Responders. In *NCJRS*. Acedido a 28 de fevereiro de 2018 em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/219941.pdf>.

3. GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Da sua experiência profissional nos processos-crime de VD, de que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas?
2. Nos processos que tem conhecimento, quais são as principais tipologias de PD recolhida em dispositivos eletrónicos (correio eletrónico, mensagens SMS ou MMS, Vídeos, Fotografias, etc.) na fase de inquérito nos processos de VD?
3. Considera que os investigadores da GNR conhecem os requisitos e as formalidades processuais para identificar, preservar, apreender ou pesquisar prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?
4. A sua perceção profissional permite-lhe afirmar que os investigadores da GNR possuem competências técnicas e/ou conhecimento necessário para identificar, preservar, adquirir e analisar a prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?
5. Na sua opinião quais serão os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado nos processos-crime de VD?

6. A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?
7. Que grau de importância atribui à recolha imediata/cautelar de PD na aquisição da notícia do crime (queixa/denúncia) nos casos de VD? Porquê?
8. Já contou com apoio da GNR no âmbito da recolha de PD em processos-crime de VD? Esse contributo foi dado de forma eficaz e célere?

4. LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

AM	Academia Militar
CPP	Código de Processo Penal
GNR	Guarda Nacional Republicana
MAI	Ministério da Administração Interna
MP	Ministério Público
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PD	Prova Digital
PGR	Procuradoria-Geral da República
VD	Violência Doméstica
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada

APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA

Quadro n.º 2 – Quadro resumo das questões de investigação e do guião de entrevista.

Questão Central	Questões Derivadas	Guião de Entrevista
De que forma a recolha da PD, nos processos-crime de VD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas?	1. Quais são as tipologias de PD recolhida e quais os dispositivos eletrónicos analisados na fase de inquérito nos processos-crime de VD?	2. Nos processos que tem conhecimento, quais são as principais tipologias de PD recolhida em dispositivos eletrónicos (correio eletrónico, mensagens SMS ou MMS, Vídeos, Fotografias, etc.) na fase de inquérito nos processos de VD?
	2. Os investigadores da GNR possuem competências técnicas e conhecem os requisitos e as formalidades processuais para o manuseamento da PD?	3. Considera que os investigadores da GNR conhecem os requisitos e as formalidades processuais para identificar, preservar, apreender ou pesquisar prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?
		4. A sua perceção profissional permite-lhe afirmar que os investigadores da GNR possuem competências técnicas e/ou conhecimento necessário para identificar, preservar, adquirir e analisar a prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?
	3. Quais são os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado no âmbito dos processos-crime de VD?	5. Na sua opinião quais serão os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado nos processos-crime de VD?
		8. Já contou com apoio da GNR no âmbito da recolha de PD em processos-crime de VD? Esse contributo foi dado de forma eficaz e célere?
	4. A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?	1. Da sua experiência profissional nos processos-crime de VD, de que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas?
		7. Que grau de importância atribui à recolha imediata/cautelar de PD na aquisição da notícia do crime (queixa/denúncia) nos casos de VD? Porquê?
		6. A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE C – CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA DAS ENTREVISTAS

Quadro n.º 3 – Caraterização da amostra.

Entrevistados	Organização/ Órgão	Departamento/ Secção	Função	Habilitações Literárias	Data	Modo
E1	Tribunal Comarca Lisboa-Oeste	Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) Cascais	Procurador- Adjunto	Licenciatura em Direito	15 de março de 2018	Presencial
E2	Tribunal Comarca Lisboa-Oeste	DIAP Cascais	Procurador- Adjunto	Licenciatura em Direito	15 de março de 2018	Presencial
E3	Tribunal Comarca Lisboa-Oeste	DIAP Cascais	Procurador- Adjunto	Licenciatura em Direito	20 de março de 2018	Presencial
E4	Tribunal Comarca Lisboa-Oeste	DIAP Sintra	Procurador- Adjunto	Licenciatura em Direito	20 de março de 2018	Presencial
E5	Tribunal Comarca Lisboa-Oeste	DIAP Sintra	Juiz de Instrução Criminal	Licenciatura em Direito	20 de março de 2018	Presencial
E6	Tribunal Comarca Lisboa-Oeste	Ordem dos Advogados de Sintra	Advogado	Licenciatura em Direito	21 de março de 2018	Presencial

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE D – DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE PROVA DIGITAL

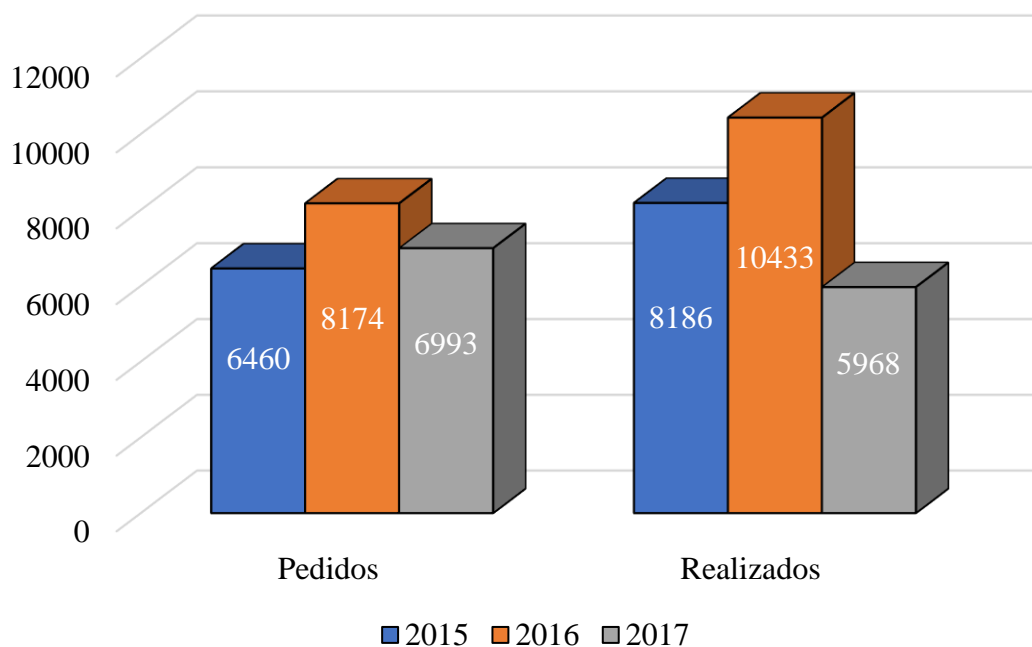


Figura n.º 1 – Exames e perícias no âmbito das tecnologias de informação e comunicação⁹² entre 2015 e 2017.

Fonte: RASI 2015, 2016 e 2017.

⁹² Dados GNR, PSP, Polícia Judiciária e Polícia Marítima.

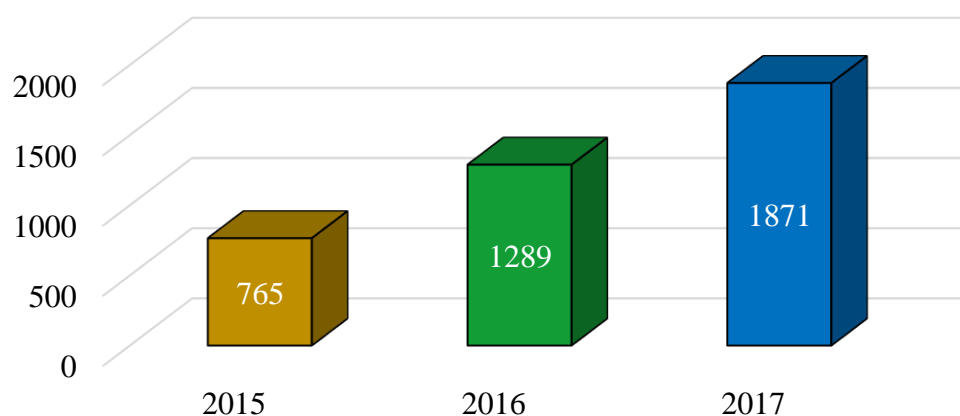


Figura n.º 2 – Número total de exames a dispositivos eletrónicos efetuados pelo NTP de Coimbra e pela SRPD de Lisboa entre 2015 e 2017.

Fonte: NTP de Coimbra e SRPD de Lisboa.

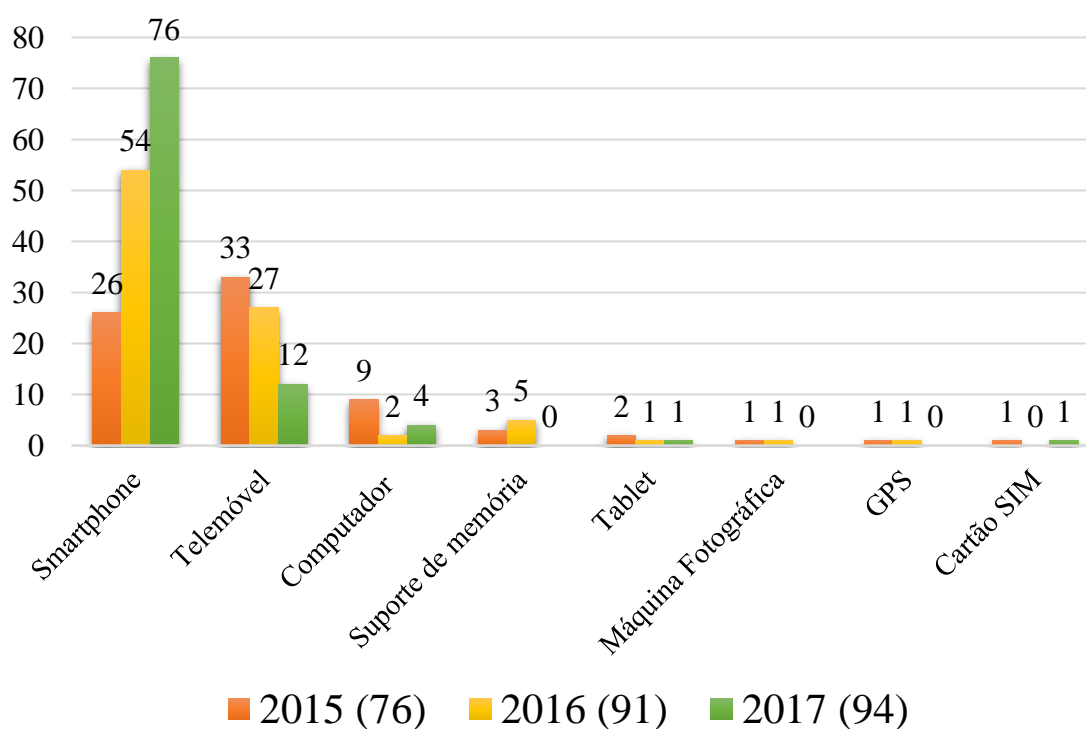


Figura n.º 3 – Número e tipo de dispositivos eletrónicos analisados, no âmbito da VD, no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017.

Fonte: NTP de Coimbra e SRPD de Lisboa.

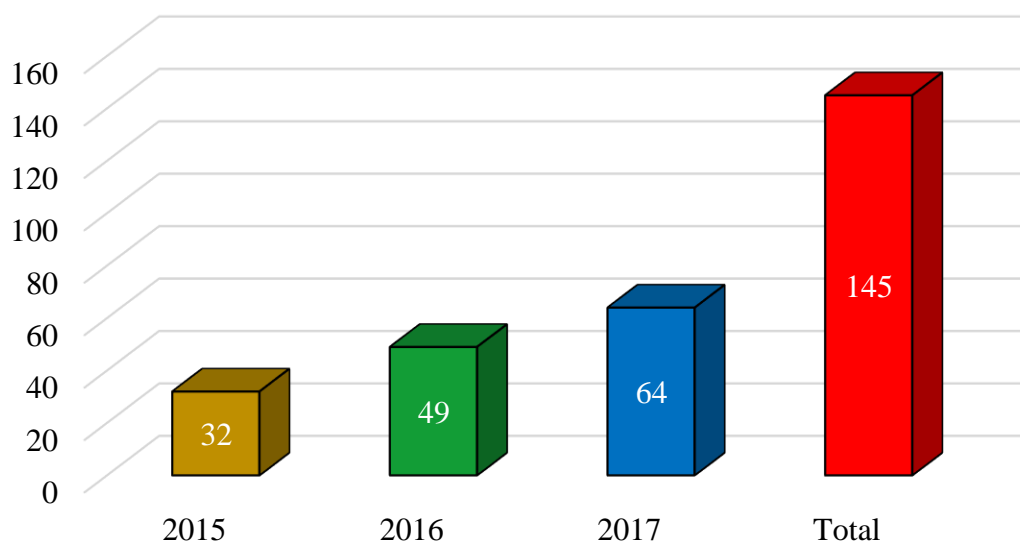


Figura n.º 4 – Número de processos-crime de VD em que houve recolha de PD, no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017.

Fonte: NTP de Coimbra e SRPD de Lisboa.

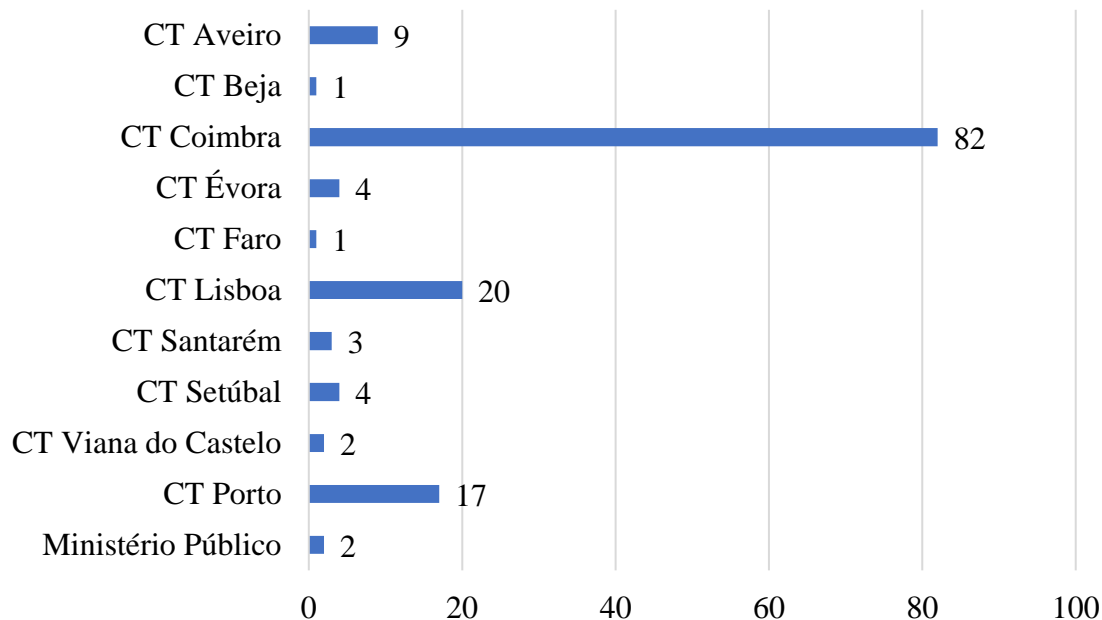


Figura n.º 5 – Número de processos-crime de VD, por Unidade da GNR e MP, que necessitaram de recolher PD por via de exames forenses, realizados no NTP de Coimbra e na SRPD de Lisboa, entre 2015 e 2017.

Fonte: NTP de Coimbra e SRPD de Lisboa.

APÊNDICE E – ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

E.1. Codificação alfanumérica cromática das entrevistas

Da análise das entrevistas resultou o Quadro n.º 3, que explana a codificação numérica e cromática utilizada na investigação.

Quadro n.º 4 – Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas.

Pergunta da Entrevista	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo (UR)
1. Da sua experiência profissional nos processos-crime relativos à VD, de que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas?	Contributo da PD	Junta ao processo meios de prova	UR 1.1
		Perceber a dimensão dos factos	UR 1.2
		Chegar o mais depressa possível à verdade	UR 1.3
		Corroborar as declarações da vítima	UR 1.4
		Escassos meios de prova	UR 1.5
2. Nos processos que tem conhecimento, quais são as principais tipologias de PD recolhida em dispositivos eletrónicos (correio eletrónico, mensagens SMS ou MMS, Vídeos, Fotografias, etc.) na fase de inquérito nos processos de VD?	Tipologias de PD	Mensagens SMS	UR 2.1
		Redes Sociais	UR 2.2
		Vídeos e Fotografias	UR 2.3
		Registo chamadas	UR 2.4
		E-mails	UR 2.5
		Gravações de voz	UR 2.6
3. Considera que os investigadores da GNR conhecem os requisitos e as formalidades processuais para identificar, preservar, apreender ou pesquisar prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?	Investigadores da GNR	Conhecem	UR 3.1
4. A sua perceção profissional permite-lhe afirmar que os investigadores da GNR possuem competências técnicas e/ou conhecimento necessário para identificar, preservar, adquirir e analisar a prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?	Investigadores da GNR	Possuem	UR 4.1
5. Na sua opinião quais serão os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado nos processos-crime de VD?	Problemas na validação da PD	Gravação sem consentimento	UR 5.1
		Jurisprudência diferente	UR 5.2
		Recolha de PD incorreta	UR 5.3

		Não houve problemas	UR 5.4
6. A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?	Contributo da PD	Contribui	UR 6.1
7. Que grau de importância atribui à recolha imediata/cautelar de PD na aquisição da notícia do crime (queixa/denúncia) nos casos de VD? Porquê?	Importância da PD	Importante	UR 7.1
8. Já contou com apoio da GNR no âmbito da recolha de PD em processos-crime de VD? Esse contributo foi dado de forma eficaz e célere?”	Investigadores da GNR	Sim, foi dado de forma eficaz e célere	UR 8.1

Fonte: Elaboração Própria.

E.2. Análise de conteúdo por questão

A análise do conteúdo foi realizada por cada questão da entrevista. Dessa análise resultaram os quadros seguintes.

Quadro n.º 5 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 1.

Entrevistado	U.R.	Unidade de Contexto
Pergunta 1. “Da sua experiência profissional nos processos-crime relativos à VD, de que forma a recolha da PD, durante as diligências do inquérito, contribui para a eficácia das mesmas?”		
E1	UR 1.1	“A prova digital é muito relevante nos processos-crime de VD e contribui para a eficácia das diligências do inquérito dado que junta ao processo meios de prova que podem ser usados para construir o despacho de acusação ”
E2	UR 1.5	“Cada vez mais assume muita importância, até porque tendo em conta o tipo de crime, normalmente, para além do depoimento da vítima são escassos os meios de prova ”.
	UR 1.2	“portanto, quando existem, são muito importantes também para perceber a dimensão da violência ou do tipo de factos que estão em causa. ”
E3	UR 1.3	“Contribui essencialmente para determinar a medida de coação mais adequada e para chegar o mais depressa possível à verdade para evitar desfechos dramáticos como muitos vezes sucede”.
E4	UR 1.3	“Pode ser um elemento importante, pois se a vítima optar por não prestar declarações, dado que tem o direito de o fazer, existem outros elementos que nos permitem chegar à conclusão de que o crime ocorreu ou não ”.
	UR 1.4	“ Reforçando, assim, a posição da vítima, ajudando a sustentar as declarações da vítima se esta as prestar ”.
E5	UR 1.5	“Sim, é uma prova relevante, porque é um tipo de crime em que não há muitos elementos de prova , dado que, uma grande parte das vezes, é praticado dentro de casa só com o agente e com a vítima, em que a análise da prova centra-se nas declarações que cada um apresenta”.
	UR 1.4	“Neste caso, se houver algum tipo de Prova Digital, ela é muito importante para corroborar aquilo que a vítima diz, constituindo um elemento mais objetivo que ajuda nessa corroboração dos elementos que, muitas vezes, podem ter fragilidades ”.
	UR 1.3	“Pois, diversas vezes na Violência Doméstica, há conflito emocional/familiar que envolve a prática desse crime e é preciso saber quando é que estamos perante esse tipo de crime ou se temos questões de conflito, ajudando a dar consistência ao depoimento ”.
E6	UR 1.1	“Dado que é permitido à vítima não prestar declarações, e, muitas vezes, esta é a única testemunha do crime, sem essa Prova Digital que complementa a acusação , o arguido acaba por sair em liberdade porque não se consegue, de modo nenhum, provar qualquer tipo de violência”.

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro n.º 6 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 2.

Entrevistado	U.R.	Unidade de Contexto
Pergunta 2. “Nos processos que tem conhecimento, quais são as principais tipologias de PD recolhida em dispositivos eletrónicos (correio eletrónico, mensagens SMS ou MMS, Vídeos, Fotografias, etc.) na fase de inquérito nos processos de VD?”		
E1	UR 2.1	“ <i>Mensagens SMS, sendo estas a mais frequentes</i> ”.
	UR 2.6	“ <i>Chamadas de voz</i> ”.
	UR 2.2	“ <i>e as publicações em redes sociais, visto que hoje em dia as pessoas usam muito as redes sociais para difamar o ex-companheiro, por exemplo</i> ”.
E2	UR 2.1	“ <i>Fundamentalmente mensagens SMS</i> ”.
	UR 2.2	“ <i>Também as redes sociais (Facebook e WhatsApp)</i> ”.
	UR 2.3	“ <i>Vídeos e fotografias também aparecem, mas com menos frequência</i> ”.
E3	UR 2.1	“ <i>Essencialmente mensagens SMS</i> ”.
	UR 2.2	“ <i>também Print Screens de redes sociais</i> ”.
	UR 2.6	“ <i>algumas gravações de voz</i> ”.
	UR 2.4	“ <i>e o número de chamadas realizadas pelo agressor para a alegada vítima</i> ”.
E4	UR 2.3	“ <i>Os vídeos não são muito frequentes</i> ”.
	UR 2.5	“ <i>por vezes surgem e-mails</i> ”
	UR 2.2	“ <i>e redes sociais</i> ”
	UR 2.1	“ <i>o mais frequente são as mensagens SMS</i> ”.
	UR 2.6	“ <i>e as mensagens de voz</i> ”.
E5	UR 2.1	“ <i>Eu diria que são mais as mensagens SMS, sobretudo mensagens SMS</i> ”.
	UR 2.5	“ <i>alguns e-mails também</i> ”.
E6	UR 2.1	“ <i>Essencialmente mensagens SMS</i> ”.
	UR 2.2	“ <i>em alguns casos conversas em redes sociais</i> ”.
	UR 2.5	“ <i>e e-mails, mas estes menos vezes</i> ”.

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro n.º 7 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 3.

Entrevistado	U.R.	Unidade de Contexto
Pergunta 3. “Considera que os investigadores da GNR conhecem os requisitos e as formalidades processuais para identificar, preservar, apreender ou pesquisar prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?”		
E1	UR 3.1	<i>“Normalmente, o que se verifica são as transcrições das SMS do telemóvel, transcrevendo para Auto com o consentimento da vítima sem ser preciso pedir ajuda. Quanto ao Facebook fazem print screen das mensagens, não sendo costume suscitar problemas, as coisas geralmente são feitas de forma correta”.</i>
E2	UR 3.1	<i>“Considero que sim, estão habilitados”</i>
E3	UR 3.1	<i>“Sim, têm bastante cuidado, nunca tive nenhuma situação que desconsiderasse prova nenhuma que tivesse sido recolhida por um OPC da GNR”.</i>
E4	UR 3.1	<i>“Sim, considero que conhecem, aqui funciona tudo muito bem.”</i>
E5	UR 3.1	<i>“Sim, considero que, essencialmente nas mensagens SMS conhecem os requisitos e as formalidades processuais”.</i>
E6	UR 3.1	<i>“Sim, julgo que têm plena consciência disso”.</i>

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro n.º 8 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 4.

Entrevistado	U.R.	Unidade de Contexto
Pergunta 4. “A sua perceção profissional permite-lhe afirmar que os investigadores da GNR possuem competências técnicas e/ou conhecimento necessário para identificar, preservar, adquirir e analisar a prova em suporte eletrónico, nos processos de VD?”		
E1	UR 4.1	<i>“Considero que sim, sabem fazer Print Screen das conversas, assim como a transcrição das mensagens SMS, sendo que muitas vezes têm ajuda dos Núcleos especializados de Coimbra e Lisboa”.</i>
E2	UR 4.1	<i>“Sim, nunca senti nenhuma dificuldade de nenhum militar da GNR, sempre que foi solicitada a extração desses elementos não houve problemas”.</i>
E3	UR 4.1	<i>“Sim, dentro das suas limitações, pois pelo que me parece a GNR tem poucos meios para proceder à recolha de PD e há situações em que demoram algum tempo a fazê-lo”.</i>
E4	UR 4.1	<i>“Sim, não tenho tido quaisquer problemas, normalmente quando é a GNR a fazer, vem sempre tudo de forma muito apresentável”.</i>
E5	UR 4.1	<i>“Considero que sim, fazem-no de forma eficaz, nos meus processos não tenho tido qualquer tipo de problemas”.</i>
E6	UR 4.1	<i>“Sim, julgo que os militares têm essas competências, nunca notei qualquer tipo de dificuldade em fazer a recolha da Prova Digital”.</i>

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro n.º 9 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 5.

Entrevistado	U.R.	Unidade de Contexto
Pergunta 5. “Na sua opinião quais serão os principais problemas que a validação da PD tem enfrentado nos processos-crime de VD?”		
E1	UR 5.1	“Já tive um processo em que uma senhora que foi ameaçada pelo marido com uma faca na sua casa, tendo-se escondido atrás duma porta trancada e gravou as ameaças do marido, eu propus isso como prova e foi declarada prova ilícita, visto que era intromissão no Direito à palavra do arguido, uma vez que a alegada vítima gravou a sua voz sem o seu consentimento ”.
	UR 5.2	“ Em termos jurisprudenciais há divergências , há quem entenda que, apesar de estar a assistir a um homicídio no meio da rua não posso fotografar, mas depois também há quem entenda que há uma causa de justificação, um estado de necessidade, no entanto cada tribunal é cada tribunal, cada juiz é cada juiz ”.
E2	UR 5.1 e 5.2	“A lei diz que são admitidos todos os meios de prova desde que não sejam proibidos por lei e o registo de som e imagem tem um regime específico (Lei n.º 5/2002) que diz que só é permitido o registo naqueles crimes de catálogo, no entanto entendo que não possa fotografar alguém só porque sim, o que não entendo é que não o possa fazer quando estou a assistir ao cometimento de um crime ”.
E3	UR 5.3	“ Por vezes os Print Screen dos telemóveis não são feitos da forma mais correta, pois não se percebe bem o número de emissor e do recetor, nem a data e a hora do evento, vem tudo meio desgarrado , sendo que nestes casos o que se pretende é que seja o mais perceptível e fidedigno possível em termos de conteúdo”.
E4	UR 5.1	“ As gravações sem consentimento no interior do domicílio nem sequer as meto no processo , pois apesar da vítima ter gravado, como não foram autorizadas pelo JIC não serão validadas , visto que a pessoa pratica os atos na reserva da vida privada e no pressuposto de que ali está protegido, existindo outra forma, menos gravosa, de obter o mesmo tipo de prova, que são as declarações de quem presencia as agressões”.
E5	UR 5.4	“Nos meus processos, não tem havido quaisquer problemas , porque há sempre bastante cuidado por parte dos militares ao lidar com este tipo de prova”.
E6	UR 5.4	“ Não tem havido problemas , o arguido até pode recorrer sobre a competência técnica dos militares para fazer a recolha da Prova Digital , no entanto, se isso acontecer, é possível pedir às operadoras o registo das mensagens SMS e, no caso dos cartões pré-pagos, em que não se sabe a quem pertence o cartão, pede-se às operadoras para o identificarem através da conta bancária que procedeu ao carregamento de saldo nesse mesmo cartão”.

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro n.º 10 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 6.

Entrevistado	U.R.	Unidade de Contexto
Pergunta 6. “A recolha da PD tem contribuído para construir o despacho final de inquérito nos processos-crime de VD?”		
E1	UR 6.1	<i>“Sim, hoje em dia cada vez mais porque a forma como se dão os crimes de violência doméstica passa muito por aí, as SMS, as chamadas reiteradas ao longo de vários dias, enfim, o modo de expressão deste crime passa muito pela recolha de prova digital”.</i>
E2	UR 6.1	<i>“Sim, sempre que é relevante transcrevo e fica a constar no despacho de acusação, não só para se apurar o conteúdo do que é transmitido à vítima, mas também para perceber a reiteração, pelo número e frequência com que é enviado à vítima, assim como despistar casos que não são verdadeira violência doméstica”.</i>
E3	UR 6.1	<i>“Completamente, essencialmente pelas transcrições das SMS e pelo número de chamadas efetuadas, enriquecendo bastante o despacho final do inquérito”.</i>
E4	UR 6.1	<i>“Claro que sim, acaba por ser fundamental, tenho um processo de violência doméstica que assenta, basicamente, em mensagens SMS que o arguido envia para a ofendida e um outro que assenta, essencialmente, em Mensagens de Voz deixadas no voice-mail da vítima”.</i>
E5	UR 6.1	<i>“Tem, nos casos em que existem mensagens SMS relevantes para o processo acho que sim, tem servido para corroborar as declarações das vítimas”.</i>
E6	UR 6.1	<i>“Quando falamos de pessoas mais idosas, este tipo de prova acaba por não ter muita relevância, no entanto, a partir de uma determinada geração, este meio de prova é recorrente, é um paradigma e, nesses casos, é fundamental para o despacho final”.</i>

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro n.º 11 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 7.

Entrevistado	U.R.	Unidade de Contexto
Pergunta 7. “Que grau de importância atribui à recolha imediata/cautelar de PD na aquisição da notícia do crime (queixa/denúncia) nos casos de VD? Porquê?”		
E1	UR 7.1	<i>“É muito relevante, o problema verifica-se no terreno porque muitas vezes quem recebe as queixas não é a pessoa especializada e é natural que não exista logo essa preocupação”.</i>
E2	UR 7.1	<i>“É importantíssimo, porque muitas vezes as vítimas podem não estar alertadas e por algum motivo ficaram sem o aparelho ou apagaram as mensagens, dado que muitas vezes as vítimas estão fartas, trocam de número e apagam as mensagens para não ter mais acesso àqueles elementos, portanto deve ser feita a recolha assim que possível”.</i>
E3	UR 7.1	<i>“É fulcral, pois a vítima não tem tempo, dado que a situação muitas vezes já dura há vários anos e o grau de violência já pode ser de tal ordem que leva a uma situação de homicídio/suicídio, pois se se tratar de um processo de divórcio, por exemplo, esta é das ocorrências mais traumáticas da vida do ser humano”. “É essencial recolher o que for possível, logo que possível, tal como mensagens SMS ou conversações em redes sociais”.</i>
E4	UR 7.1	<i>“É importante quando a vítima diz que essa prova existe, pois muitas vezes perdem ou trocam de telemóvel porque o agressor não parava de as incomodar e optaram por trocar de número, tendo deixado o cartão SIM e o telemóvel fora, tornando a recolha mais complicada”.</i>
E5	UR 7.1	<i>“Considero que é mesmo muito importante porque, geralmente, o militar da GNR é o primeiro a ter contacto com a vítima e a forma como ele recolhe essa prova é importante, dado que, muitas vezes, quando essa prova é trazida para análise ao Tribunal, já se passou algum tempo, levando a que muita da prova existente acabe por desaparecer”.</i>
E6	UR 7.1	<i>“A recolha de Prova Digital deve ser feita o mais depressa possível, portanto, no momento da aquisição da notícia do crime, havendo indícios a recolher, deve ser feito com a maior brevidade possível, até porque no caso dos telemóveis estes podem ser perdidos ou até retirados pelo agressor, o que tornaria a recolha da Prova Digital mais difícil”.</i>

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro n.º 12 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão 8.

Entrevistado	U.R.	Unidade de Contexto
Pergunta 8. “Já contou com apoio da GNR no âmbito da recolha de PD em processos-crime de VD? Esse contributo foi dado de forma eficaz e célere?”		
E1	UR 8.1	<i>“Sim já contei várias vezes com o apoio da GNR e considero que sim, foi dado de forma eficaz e célere”.</i>
E2	UR 8.1	<i>“Sim, já pedi especificamente a colaboração à GNR, tendo a sua atuação primado pela celeridade e pela eficácia e conseguindo, ainda que dentro das suas limitações, dar uma boa resposta”.</i>
E3	UR 8.1	<i>“Muito eficaz, muito célere, muito empenhado, foi o OPC que melhor vi trabalhar nesta área”.</i>
E4	UR 8.1	<i>“Perfeito, tanto os NIAVE como os Postos Territoriais com quem trabalho desenvolvem um trabalho excecional neste âmbito da Prova Digital, as coisas correm sempre muito bem”.</i>
E5	UR 8.1	<i>“Sim, sempre que é necessário tem sido feito de forma eficaz e célere”.</i>
E6	UR 8.1	<i>“Já tive casos em que a recolha de Prova Digital feita por militares da GNR foi determinante para a condenação do arguido, de um modo geral, a GNR trabalha bem”.</i>

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE F – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

F.1. Caracterização sociodemográfica

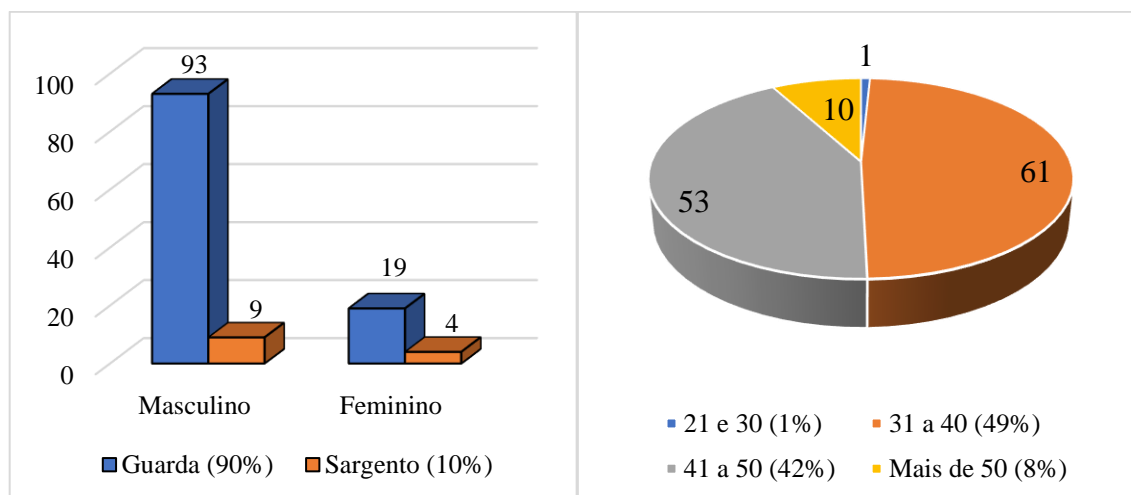


Figura n.º 6 – Posto e género (PQ 2 e 4).

Fonte: Elaboração Própria.

Figura n.º 7 – Nível etário (PQ 1).

Fonte: Elaboração Própria.

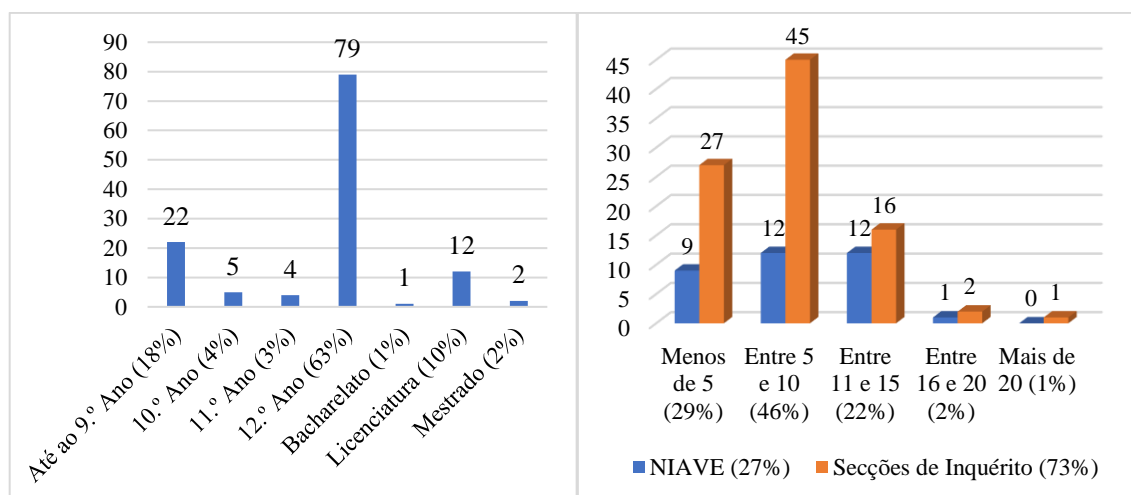


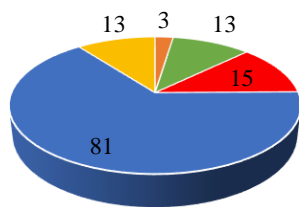
Figura n.º 8 – Habilitações literárias (PQ 3).

Fonte: Elaboração Própria.

Figura n.º 9 – Nível e Anos de experiência (PQ 5 e 6).

Fonte: Elaboração Própria.

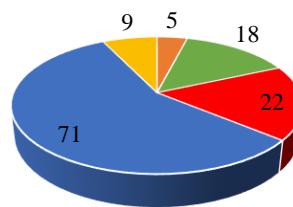
F.2. Conhecimento e competências técnicas dos investigadores



- Discordo Totalmente (2,4%)
- Discordo (10,4%)
- Não Concordo Nem Discordo (12%)
- Concordo (64,8%)
- Concordo Totalmente (10,4%)

Figura n.º 10 – Conhecimento do conceito de Prova Digital (PQ 7).

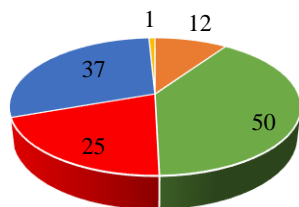
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (4%)
- Discordo (14,4%)
- Não Concordo Nem Discordo (17,6%)
- Concordo (56,8%)
- Concordo Totalmente (7,2%)

Figura n.º 11 – Conhecimento das disposições processuais (PQ 8).

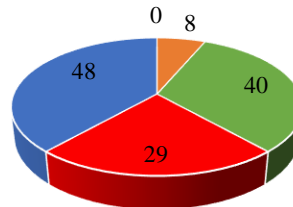
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (9,6%)
- Discordo (40%)
- Não Concordo Nem Discordo (20%)
- Concordo (29,6%)
- Concordo Totalmente (0,8%)

Figura n.º 12 – Competências técnicas para efetuar a recolha de PD (PQ 9).

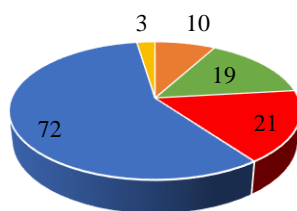
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (6,4%)
- Discordo (32%)
- Não Concordo Nem Discordo (23,2%)
- Concordo (38,4%)
- Concordo Totalmente (0%)

Figura n.º 13 – Conhecimento necessário para efetuar a recolha de PD (PQ 10).

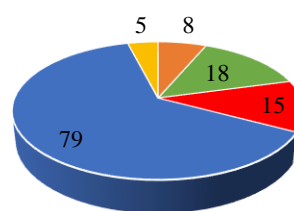
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (8%)
- Discordo (15,2%)
- Não Concordo Nem Discordo (16,8%)
- Concordo (57,6%)
- Concordo Totalmente (2,4%)

Figura n.º 14 – Conhecimento dos requisitos para preservação de dados sem autorização da AJ (PQ 12).

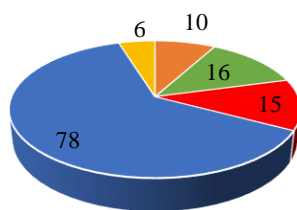
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (6,4%)
- Discordo (14,4%)
- Não Concordo Nem Discordo (12%)
- Concordo (63,2%)
- Concordo Totalmente (4%)

Figura n.º 15 – Conhecimento dos requisitos para apreender PD sem autorização da AJ (PQ 13).

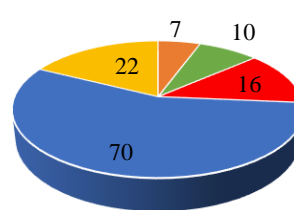
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (8%)
- Discordo (12,8%)
- Não Concordo Nem Discordo (12%)
- Concordo (62,4%)
- Concordo Totalmente (4,8%)

Figura n.º 16 – Conhecimento das formalidades processuais para efetuar a recolha de PD com consentimento (PQ 14).

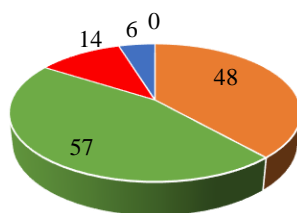
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (5,6%)
- Discordo (8%)
- Não Concordo Nem Discordo (12,8%)
- Concordo (56%)
- Concordo Totalmente (17,6%)

Figura n.º 17 – Conhecimento da existência de Núcleos Especializados em PD (PQ 19).

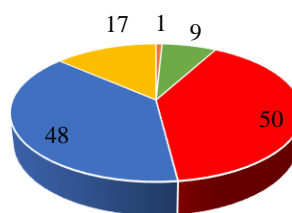
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (38,4%)
- Discordo (45,6%)
- Não Concordo Nem Discordo (11,2%)
- Concordo (4,8%)
- Concordo Totalmente (0%)

Figura n.º 18 – Recebi a formação técnica necessária para efetuar a recolha da PD (PQ 11).

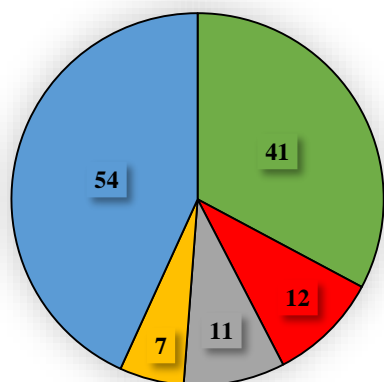
Fonte: Elaboração Própria.



- Nunca (0,8%)
- Raramente (7,2%)
- Às Vezes (40%)
- Frequentemente (38,4%)
- Sempre (13,4%)

Figura n.º 19 – Tem sentido a necessidade de formação técnica em matéria de PD (PQ 29).

Fonte: Elaboração Própria.

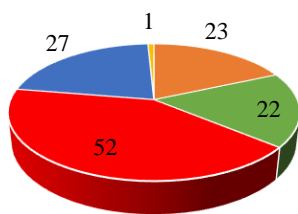


- Responsabilidades do OPC nas medidas cautelares e de polícia (32,8%)
- Disposições processuais, para preservar (9,6%)
- Disposições processuais, para pesquisar (adquirir) (8,8%)
- Disposições processuais, para apreender (5,6%)
- Procedimentos técnicos para manusear (Identificar e Adquirir) (43,2%)

Figura n.º 20 – Área de formação que necessita (PQ 20).

Fonte: Elaboração Própria.

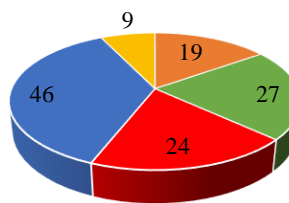
F.3. Recolha de Prova Digital no âmbito da Violência Doméstica pela GNR



- Nunca (18,4%)
- Raramente (17,6%)
- Às Vezes (41,6%)
- Frequentemente (21,6%)
- Sempre (0,8%)

Figura n.º 21 – Utilização do computador ou do *smartphone* para recolher PD (PQ 32).

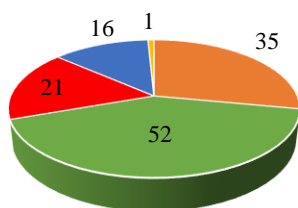
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (15,2%)
- Discordo (21,6%)
- Não Concordo Nem Discordo (19,2%)
- Concordo (36,8%)
- Concordo Totalmente (7,2%)

Figura n.º 22 – Restrições da *Intranet* (PQ 15).

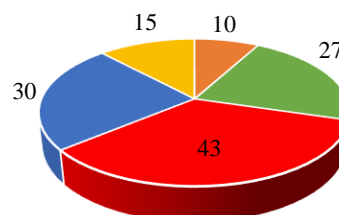
Fonte: Elaboração Própria.



- Discordo Totalmente (28%)
- Discordo (41,6%)
- Não Concordo Nem Discordo (16,8%)
- Concordo (12,8%)
- Concordo Totalmente (0,8%)

Figura n.º 23 – Núcleo/Secção IC tem o suporte técnico necessário (PQ 16).

Fonte: Elaboração Própria.



- Nunca (8%)
- Raramente (21,6%)
- Às Vezes (34,4%)
- Frequentemente (24%)
- Sempre (12%)

Figura n.º 24 – Núcleo/Secção IC analisa a PD para selecionar a relevante para o inquérito (PQ 28).

Fonte: Elaboração Própria.

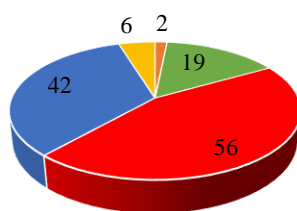


Figura n.º 25 – Obtenção da PD durante a inquirição a vítimas ou testemunhas (PQ 27).

Fonte: Elaboração Própria.

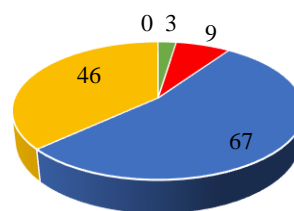


Figura n.º 26 – Obtenção da PD no momento da aquisição da notícia do crime (PQ 17).

Fonte: Elaboração Própria.

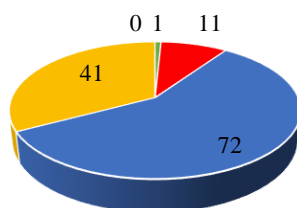


Figura n.º 27 – Obtenção da PD durante as buscas domiciliárias (PQ 18).

Fonte: Elaboração Própria.

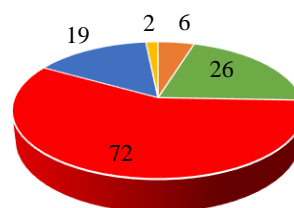
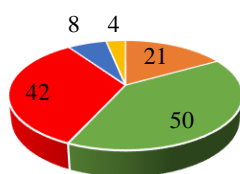


Figura n.º 28 – Necessidade de apreender dispositivos eletrônicos durante a realização de buscas (PQ 24).

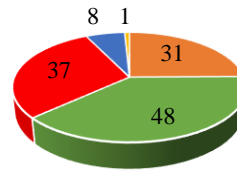
Fonte: Elaboração Própria.



■ Nunca (16,8%)
 ■ Raramente (40%)
 ■ Às Vezes (33,6%)
 ■ Frequentemente (6,4%)
 ■ Sempre (3,2%)

Figura n.º 29 – Solicito mandados de apreensão e de pesquisa de dados (PQ 25).

Fonte: Elaboração Própria.



■ Nunca (24,8%)
 ■ Raramente (38,4%)
 ■ Às Vezes (29,6%)
 ■ Frequentemente (6,4%)
 ■ Sempre (0,8%)

Figura n.º 30 – Necessidade de promover propostas à AJ para apreender dispositivos eletrônicos (PQ 26).

Fonte: Elaboração Própria.

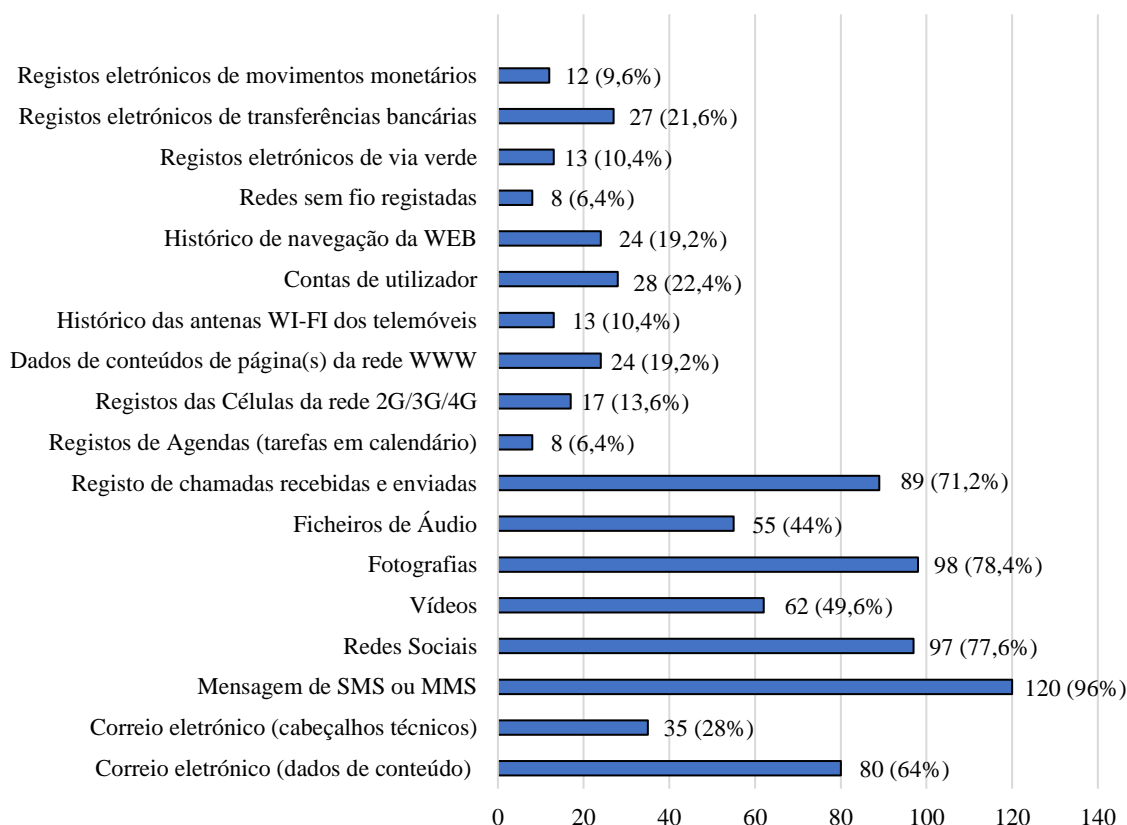


Figura n.º 31 – Tipos de PD recolhida (PQ 21).

Fonte: Elaboração Própria.

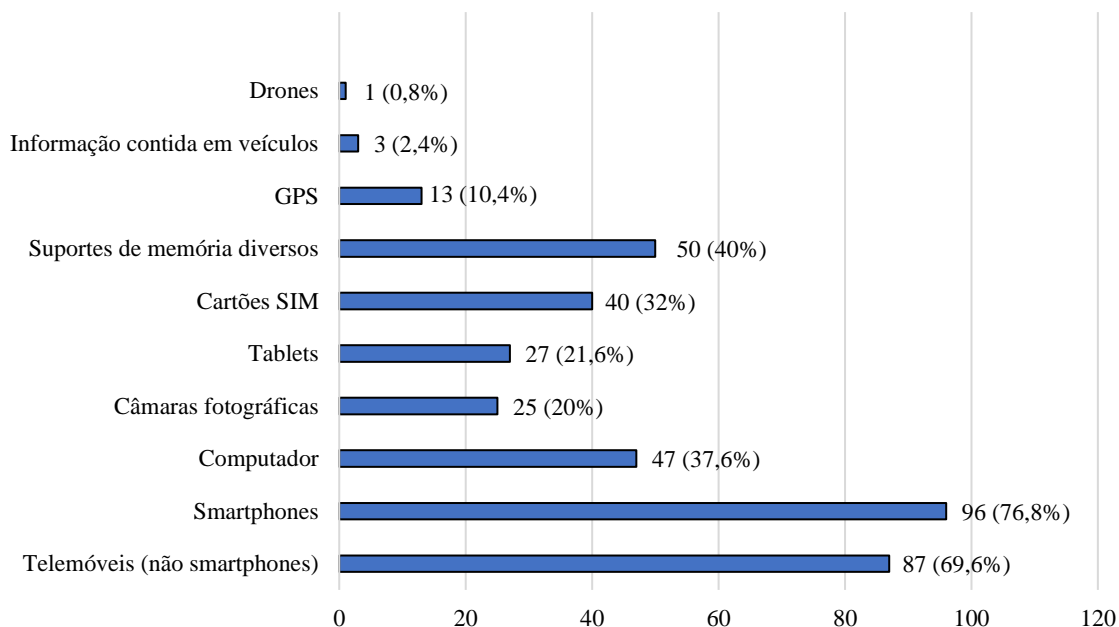
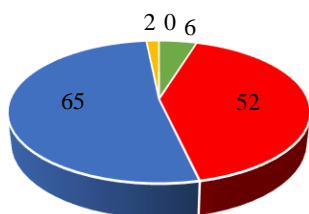


Figura n.º 32 – Tipos de dispositivos eletrônicos carregados para os processos (PQ 22).

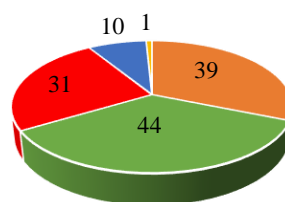
Fonte: Elaboração Própria.



- Nunca (0%)
- Raramente (4,8%)
- Às Vezes (41,6%)
- Frequentemente (52%)
- Sempre (1,6%)

Figura n.º 33 – Necessidade de recolha da PD (PQ 23).

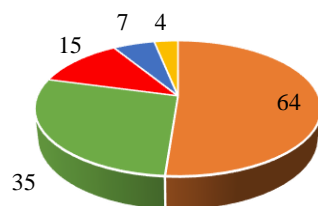
Fonte: Elaboração Própria.



- Nunca (31,2%)
- Raramente (3,2%)
- Às Vezes (24,8%)
- Frequentemente (8%)
- Sempre (0,8%)

Figura n.º 34 – Apreensão de dispositivos eletrônicos a arguidos (PQ 30).

Fonte: Elaboração Própria.



- Nunca (51,2%)
- Raramente (28%)
- Às Vezes (12%)
- Frequentemente (5,6%)
- Sempre (3,2%)

Figura n.º 35 – Remissão de dispositivos eletrónicos para o NTP ou NAT (PQ 31).

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE G – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

G.1. Solicitação para difundir o questionário pelos inquiridos

Questionários - Asp. Tiago Silva

Tiago André Matos Silva

qua 14-03-2018 17:31

Sent Items

Para:Tiago Lourenco Lopes <lopes.tl@gnr.pt>;

Na fase final dos ciclos de estudos integrados, com vista à obtenção do grau de mestre, os Alunos da Academia Militar executam um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que visa desenvolver competências próprias no âmbito da pesquisa, metodologia e investigação em assuntos de natureza multidisciplinar em contexto e ambiente profissional, que permitam uma aprendizagem autónoma ao longo da vida.

Posto isto, eu, Aspirante de Infantaria da GNR, Tiago Silva, a frequentar o 5.º e último ano do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, venho por este meio solicitar a distribuição por todos os militares dos NIAVE em território nacional, bem como todos os militares das Secções de Inquérito dos Postos Territoriais que efetuem diligências processuais no âmbito dos processos-crime de Violência Doméstica, visto que a recolha de informações e o esclarecimento de incertezas decorrentes da investigação leva à necessidade de realização de questionários.

Este TIA está subordinado ao tema: “Recolha da Prova Digital nos Processos-crime de Violência Doméstica”, tendo como objetivo geral determinar qual a importância da recolha da PD durante as diligências do inquérito, nos inquéritos delegados pelo Ministério Público (MP) à GNR, para a eficácia do sistema judicial, isto é, para que os processos-crime relativos à VD sejam levados para julgamento.

A distribuição destes questionários está autorizada superiormente.

Link a ser distribuído para o preenchimento dos Questionários:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdEe3Om9lUX6leZ2mkUns3UFJHax3x8Lvqj36xe-mfLbY-71A/viewform?usp=sf_link

Cordiais cumprimentos,

Tiago André Matos Silva
Aspirante de Infantaria da GNR
Email: silva.tam@gnr.pt
Tlm: 965300345

Figura n.º 36 – E-mail enviado a solicitar a distribuição dos questionários pelo dispositivo da GNR.

Fonte: Elaboração Própria.

G.2. Inquérito por questionário

Recolha da Prova Digital nos Processos-crime de Violência Doméstica

O presente inquérito por questionário realiza-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, necessário para a conclusão do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança. Esta investigação está subordinada ao tema "Recolha de prova digital nos processos-crime de violência doméstica" e está a ser desenvolvida pelo Aspirante de Infantaria da GNR Tiago André Matos Silva.

O questionário dirige-se a todos os militares dos Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) e aos militares das Secções de Inquérito que efetuem diligências processuais no âmbito dos processos-crime de violência doméstica.

Este inquérito por questionário tem como objectivo perceber o conhecimento técnico e processual no manuseamento de prova em suporte eletrónico, bem como identificar os tipos de prova mais comuns no âmbito dos processos-crime de violência doméstica.

Os dados são anónimos e para utilização exclusiva na presente investigação.

Para esclarecimento de dúvidas ou constrangimentos técnicos contacte:

e-mail: silva.tam@gnr.pt

telemóvel: 965300345

*Obrigatório

Considere as seguintes definições para responder às questões:

Prova Digital: "informação ou dados, armazenados ou transmitidos, na forma binária que podem ser considerados prova" (Retirado de ISO/IEC 27037:2012)

Dispositivos eletrónicos: Telemóveis (não smart), Smartphones, Computadores, Câmaras fotográficas, Tablets, Cartões SIM, Suportes de memória diversos (discos externos, pens, cartões de memória, etc ..), entre outros

Violência Doméstica (art.º 152.º do Código Penal): "quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

- a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou
- d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite".

Caraterização Sociodemográfica

1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 21
- ☐ Entre 21 e 30
- ☐ Entre 31 e 40
- ☐ Entre 41 e 50
- ☐ Mais de 50

Figura n.º 37 – Inquérito por questionário (1/9).

Fonte: Elaboração Própria.

2. Género **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Masculino
☐ Feminino

3. Habilitações Literárias **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Até ao 9.º Ano
☐ 10.º Ano
☐ 11.º Ano
☐ 12.º Ano
☐ Bacharelato
☐ Licenciatura
☐ Mestrado
☐ Doutoramento

4. Categoria **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Guarda
☐ Sargento

5. Nível a que pertence **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ NIAVE
☐ Secções de Inquérito

6. Anos de experiência no tratamento de processos-crime de violência doméstica **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Menos de 5
☐ Entre 5 e 10
☐ Entre 11 e 15
☐ Entre 16 e 20
☐ Mais de 20

Para cada afirmação assinale o campo correspondente à resposta que melhor define a sua opinião, de acordo com a escala de Likert (Discordo Totalmente; Não Concordo; Não Concordo Nem Discordo; Concordo; Concordo Totalmente)

Figura n.º 38 – Inquérito por questionário (2/9).

Fonte: Elaboração Própria.

7. **Conheço o conceito de "prova em suporte eletrónico", isto é, "prova digital". ***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

8. **Tenho conhecimento das disposições processuais, que regulam os procedimentos e competências dos OPC relativos aos meios de obtenção de prova digital, previstos na Lei n.º 109/2009 (Lei do Cibercrime). ***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

9. **Pela minha experiência profissional considero que tenho competências técnicas (formação específica) para identificar, preservar, adquirir e analisar a prova em suporte eletrónico. ***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

10. **Pela minha experiência profissional considero que tenho o conhecimento necessário para identificar, preservar, adquirir e analisar a prova em suporte eletrónico. ***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

11. **Recebi a formação técnica ou processual necessária relativa ao manuseamento de prova digital. ***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

Figura n.º 39 – Inquérito por questionário (3/9).

Fonte: Elaboração Própria.

12. **Conheço os requisitos e as formalidades processuais para ordenar a preservação expedita de dados, quando não é possível fazer a aquisição dos mesmos, sem a intervenção a autoridade judicial.***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

13. **Conheço os requisitos e as formalidades processuais para proceder à apreensão de dispositivos eletrônicos, sem autorização da Autoridade Judiciária.***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

14. **Conheço os requisitos e as formalidades processuais para proceder à pesquisa prova digital, quando a mesma for voluntariamente consentida por quem tiver a disponibilidade ou controle desses dados.***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

15. **As restrições da Rede da Intranet permitem aos Investigadores recolher a prova digital necessária nas redes sociais ou nos equipamentos das vítimas ou testemunhas.***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

16. **O Núcleo/Secção IC tem o suporte técnico necessário para efetuar a pesquisa de dados em dispositivos eletrônicos.***
Marcar apenas uma oval.

☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

Figura n.º 40 – Inquérito por questionário (4/9).

Fonte: Elaboração Própria.

17. **Considero importante a obtenção de prova digital no momento da aquisição da notícia do crime nos processos-crime de Violência Doméstica. ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

18. **Considero importante acautelar a recolha de prova digital durante as buscas domiciliárias nos processos-crime de Violência Doméstica. ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo Totalmente
☐ Não Concordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

19. **Tenho conhecimento da existência de Núcleos/Secções da GNR especializados para a recolha e análise de prova digital. ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo Totalmente
☐ Discordo
☐ Não Concordo Nem Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

Para cada afirmação assinale o campo correspondente à resposta que melhor define a sua opinião

20. **A área de formação que necessito relativa ao manuseamento da prova em suporte eletrónico (prova digital) será na área das: ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Responsabilidades do OPC nas medidas cautelares e de polícia
☐ Disposições processuais, para preservar
☐ Disposições processuais, para pesquisar (adquirir)
☐ Disposições processuais, para apreender
☐ Procedimentos técnicos para manusear (Identificar e Adquirir)

Para cada afirmação assinale os campos correspondentes às respostas que melhor definem a sua opinião

Figura n.º 41 – Inquérito por questionário (5/9).

Fonte: Elaboração Própria.

21. Identifique quais os tipos de prova digital que no âmbito do processo-crime de Violência Doméstica tem sentido necessidade de carrear para o processo: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Correio eletrónico (dados de conteúdo)
- ☐ Correio eletrónico (cabeçalhos técnicos)
- ☐ Mensagem de SMS ou MMS
- ☐ Mensagens de aplicações de conversação (WhatsApp, Badoo, Olx, Hangouts, SnapChat, Skype, Messenger, Telegram, etc.)
- ☐ Ficheiros de Vídeos (incluindo CCTV e de câmaras particulares)
- ☐ Ficheiros de Fotografias
- ☐ Ficheiros de Áudio
- ☐ Registo de chamadas recebidas e enviadas
- ☐ Registos de Agendas (tarefas em calendário)
- ☐ Registos das Células da rede 2G/3G/4G
- ☐ Dados de conteúdos de página(s) da rede WWW
- ☐ Histórico das antenas WI-FI dos telemóveis
- ☐ Contas de utilizador
- ☐ Histórico de navegação da WEB
- ☐ Redes sem fio registadas
- ☐ Registos eletrónicos de via verde
- ☐ Registos eletrónicos de transferências bancárias
- ☐ Registos eletrónicos de movimentos monetários
- ☐ Outra: _____

22. Pela sua experiência, identifique quais os tipos de dispositivos/equipamentos eletrónicos que no âmbito do processos-crime de Violência Doméstica tem sentido, com maior frequência, necessidade de carrear para o processo: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Telemóveis (não smartphones)
- ☐ Smartphones
- ☐ Computador
- ☐ Câmaras fotográficas
- ☐ Tablets
- ☐ Cartões SIM
- ☐ Suportes de memória diversos (discos externos ou internos, pens, cartões de memória, etc...)
- ☐ GPS
- ☐ Informação contida em veículos
- ☐ Drones
- ☐ Outra: _____

Para cada afirmação, assinale o campo correspondente à resposta que melhor define a sua opinião, de acordo com a escala de Likert (Nunca; Raramente; Às Vezes; Frequentemente; Sempre):

Figura n.º 42 – Inquérito por questionário (6/9).

Fonte: Elaboração Própria.

23. **Na sua opinião, há inquéritos de Violência Doméstica em que a recolha de prova digital em dispositivos eletrónicos é necessária. ***
Marcar apenas uma oval.
- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às Vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre
24. **Pela sua experiência, durante a realização de buscas, no âmbito da Violência Doméstica, sente a necessidade de apreender dispositivos para recolha de prova digital, dado que estes podem conter prova relevante para o inquérito. ***
Marcar apenas uma oval.
- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às Vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre
25. **No âmbito dos processos-crime de Violência Doméstica, solicito, quando necessário, mandados de apreensão e de pesquisa de dados a dispositivos eletrónicos/redes de computadores ***
Marcar apenas uma oval.
- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às Vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre
26. **Na sequência das diligências do inquérito tenho tido a necessidade de promover propostas para obter ordem judicial para apreender dispositivos eletrónicos ***
Marcar apenas uma oval.
- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às Vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Sempre

Figura n.º 43 – Inquérito por questionário (7/9).

Fonte: Elaboração Própria.

27. Quando realizo a inquirição a vítimas ou testemunhas de Violência Doméstica, tenho necessidade de adquirir e analisar provas contidas em dispositivos eletrônicos, com o consentimento processual. *

Marcar apenas uma oval.

☐ Nunca

☐ Raramente

☐ Às Vezes

☐ Frequentemente

☐ Sempre

28. No âmbito dos processos-crime de Violência Doméstica, o Núcleo/Secção IC analisa a prova digital adquirida no âmbito das diligências, para assim selecionar a relevante para o inquérito. *

Marcar apenas uma oval.

☐ Nunca

☐ Raramente

☐ Às Vezes

☐ Frequentemente

☐ Sempre

29. No âmbito das diligências processuais, tem sentido necessidade de formação técnica em matéria de prova digital. *

Marcar apenas uma oval.

☐ Nunca

☐ Raramente

☐ Às Vezes

☐ Frequentemente

☐ Sempre

30. No âmbito dos processos-crime de Violência Doméstica, apreendi dispositivos eletrônicos a Arguidos para que fosse recolhida prova digital. *

Marcar apenas uma oval.

☐ Nunca

☐ Raramente

☐ Às Vezes

☐ Frequentemente

☐ Sempre

31. Tem remetido dispositivos eletrônicos apreendidos a Arguidos para o Núcleo Técnico Pericial (NTP) ou Núcleo de Apoio Técnico (NAT) para que a recolha da prova digital se efetive. *

Marcar apenas uma oval.

☐ Nunca

☐ Raramente

☐ Às Vezes

☐ Frequentemente

☐ Sempre

Figura n.º 44 – Inquérito por questionário (8/9).

Fonte: Elaboração Própria.

32. **Utilizo o computador ou o smartphone para recolher prova digital contida em dispositivos eletrônicos de Vítimas e Testemunhas.***
Marcar apenas uma oval.

☐ Nunca
☐ Raramente
☐ Às Vezes
☐ Frequentemente
☐ Sempre

Agradecimento
 Obrigado pela colaboração!

Cordiais Cumprimentos,

Tiago André Matos Silva
 Aspirante de Infantaria da GNR

Clique em "Submeter" para terminar o questionário.


Com tecnologia
 Google Forms

Figura n.º 45 – Inquérito por questionário (9/9).

Fonte: Elaboração Própria.

**APÊNDICE H – NÚMERO DE PROCESSOS-CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA,
REGISTADOS PELA GNR, ENTRE 2015 E 2017, POR DISTRITO.**

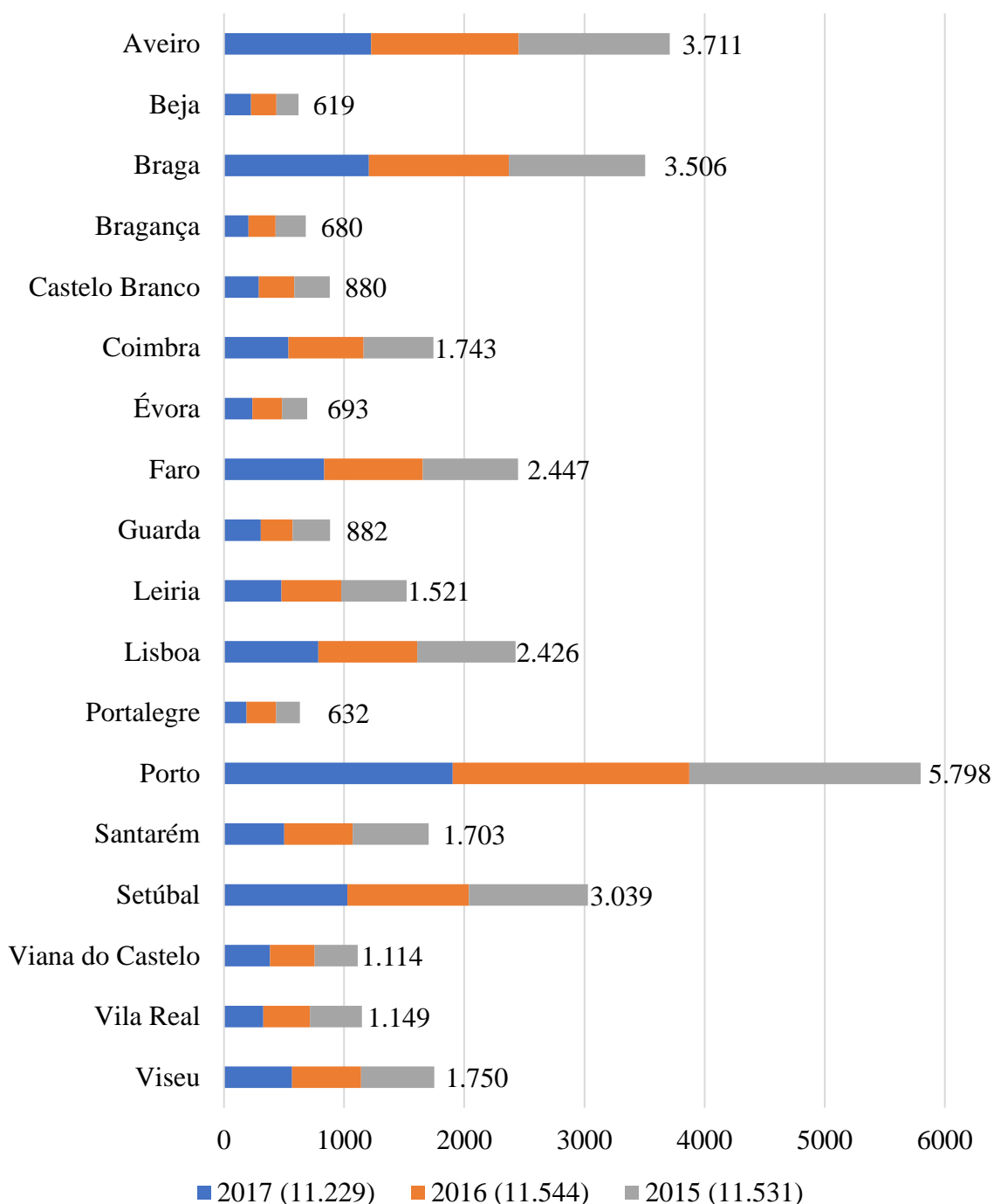


Figura n.º 46 – Número de processos-crime de VD, registados pela GNR, entre 2015 e 2017, por Distrito.

Fonte: Sistema de Informação Geográfica das Estatísticas da Justiça.

ANEXOS

ANEXO A – ESTATÍSTICAS NACIONAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A.1. Inquéritos de Violência Doméstica, a nível nacional, entre 2015 e 2017

Quadro n.º 15 – Inquéritos de Violência Doméstica, a nível nacional, entre 2015 e 2017.

	2015	2016	2017
Inquéritos findos	26.487	27.935	29.711
Por acusação	4.507	4.163	4.465
Por arquivamento	18.067	20.119	20.470
Por outros motivos	3.913	3.653	4.776

Fonte: RASI 2015, 2016 e 2017.

A.2. Número de Suspeitos detidos pelas Forças de Segurança entre 2009 e 2017, no âmbito da Violência Doméstica

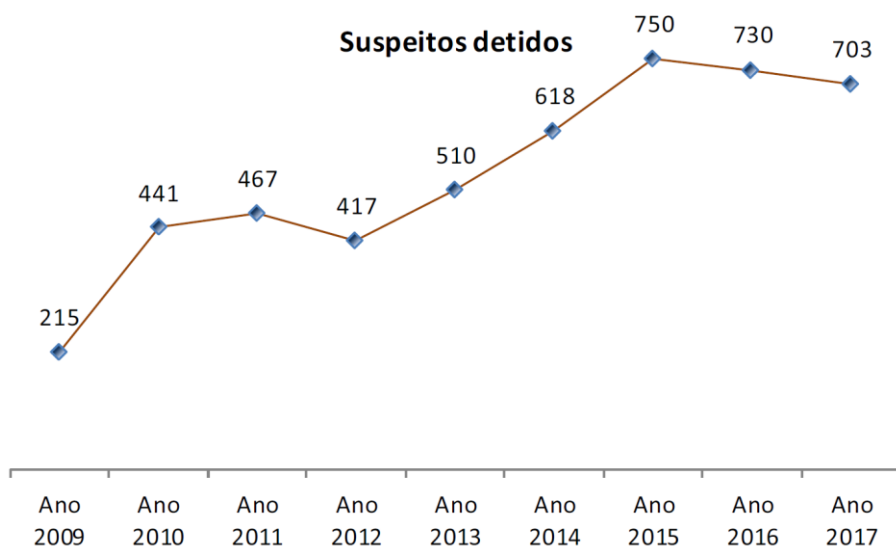


Figura n.º 46 – Número de Suspeitos detidos pelas Forças de Segurança entre 2009 e 2017, no âmbito da Violência Doméstica.

Fonte: RASI 2017.